O MUNDO DA PESCA E A FORMAÇÃO TÉCNICA NO IFRN

DESAFIOS E PERSPECTIVAS (2013–2019)



VARELIO GOMES DOS SANTOS
CARLOS VELOSO DA VEIGA
VALDÊNIA APOLINÁRIO

editoraifrn

O MUNDO DA PESCA E A FORMAÇÃO TÉCNICA NO IFRN

DESAFIOS E PERSPECTIVAS (2013–2019)

VARELIO GOMES DOS SANTOS
CARLOS VELOSO DA VEIGA
VALDÊNIA APOLINÁRIO

editoraifrn
Natal, 2026

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Leonardo Osvaldo Barchini Rosa

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Marcelo Bregagnoli

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

Reitor
José Arnóbio de Araújo Filho

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
Francinaide de Lima Silva Nascimento

Diretora de Comunicação Científica
Magda Renata Marques Diniz

Conselho Editorial do IFRN

Francinaide de Lima Silva Nascimento (Presidente)
Alba Valéria Saboia Teixeira Lopes (Secretária)
Alison Pereira Batista
Alana Driziê Gonzatti dos Santos
Albéris Eron Flávio de Oliveira
Airton Araújo de Souza Júnior
Amilde Martins da Fonseca
Bruno Balbino Aires da Costa
Cedrick Cunha Gomes da Silva
Cláudia Battestin
Elisabete Pianco de Sousa
Ênio Fernandes Amorim
Jobson Martins da Silva Maranhão
Joicy Suely Galvão da Costa
José Everaldo Pereira
José Geraldo Bezerra Galvão Júnior
José Soares Batista Lopes
Julie Thomas
Kaline Andreza de França Correia Andrade
Leonardo Alcântara Alves
Luciana Maria Araújo Rabelo
Magda Renata Marques Diniz
Marilson Donizetti Silvino
Moisés Llopis i Alarcón
Paulo Augusto de Lima Filho
Pedro Felipe de Lima Henrique
Paula Ivani Medeiros dos Santos
Ramon Evangelista dos Anjos Paiva
Rômulo Magno Oliveira de Freitas
Tacicleide Dantas Vieira
Vanilton Pereira da Silva

Projeto gráfico, diagramação e capa
Hanna Andreza Fernandes Sobral

Revisão linguística
Wagner Ramos Campos

Prefixo editorial Editora IFRN
Linha editorial Acadêmica

Disponível para *download* em:
http://memoria.ifrn.edu.br

editoraIfrn

Contato
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, Natal – RN, CEP: 59015-300
Telefones: (84) 4005-0763 l (84) 4005-0863 | E-mail: editora@ifrn.edu.br



Os textos assinados, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente a opinião do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.
É permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte.
As imagens utilizadas nesta obra são de domínio público e foram obtidas em acervos digitais de acesso livre.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte – IFRN
Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi

S237m Santos, Varelio Gomes dos.
O mundo da pesca e a formação técnica no IFRN: desafios e perspectivas (2013–2019) [livro eletrônico] / Varelio Gomes dos Santos, Carlos Veloso da Veiga, Valdênia Apolinário. – Natal : IFRN, 2026.
267 p. ; il. ; PDF

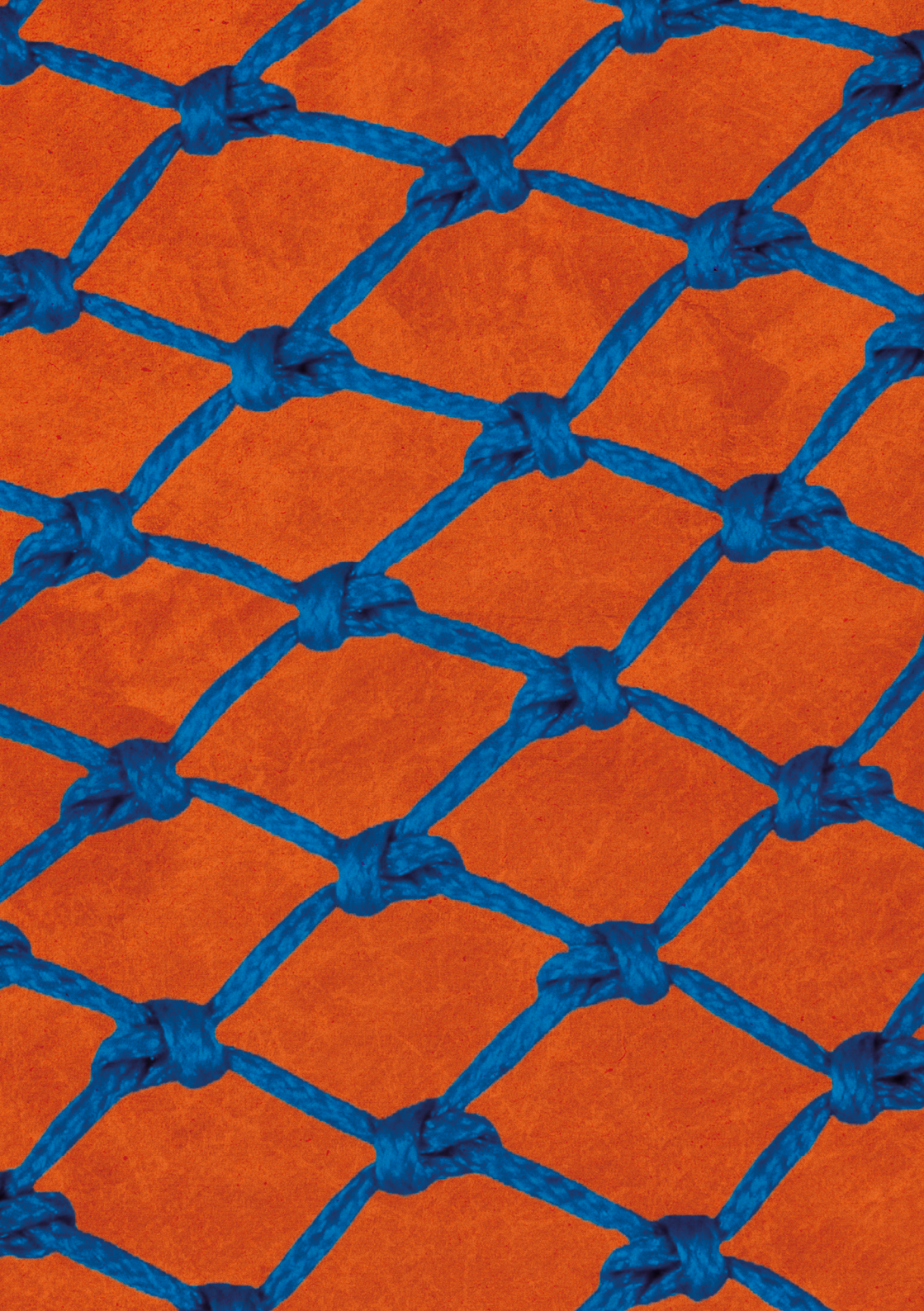
ISBN: 978-85-8333-360-9
Inclui referências

1. Pesca – Brasil. 2. Recursos pesqueiro – Formação – IFRN. 3. Mundo da pesca Problemáticas – Desafios. 4. Educação tecnológica – Recursos pesqueiro. I. Veiga, Carlos Veloso da. II. Apolinário, Valdênia. III. Título.

IFRN/SIBi CDU 639.2

Elaborada pela Bibliotecária
Marise Lemos Ribeiro – CRB-15/418

Esta obra foi submetida e selecionada por meio de edital específico para publicação pela Editora IFRN, tendo sido analisada por pares no processo de editoração científica.



PREFÁCIO

A leitura da obra revela que um dos maiores vilões que seguem os jovens alunos e alunas são suas dúvidas, medos, angústias em relação ao futuro ou a separação dos familiares. Ter em mãos uma obra que aborda o Curso Técnico em Recursos Pesqueiros a partir da perspectiva não apenas dos alunos, mas também de servidores e familiares contribuirá significativamente para o engrandecimento do curso. Além disso, auxiliará na busca de alternativas para o norteamento dos egressos, especialmente no que se refere a seus caminhos profissionais na área, bem como nas ações de divulgação do curso e de seu potencial junto às escolas de ensino fundamental, visando futuros discentes.

Fomentar ações e projetos de pesquisa e de extensão junto aos alunos é de fundamental importância para criar uma ideia de pertencimento no curso. Entretanto, práticas educativas, aulas de campo e visitas técnicas costumam levá-los a uma realidade antes não vivida nos tempos de ensino fundamental, o que os torna sujeitos ativos uma vez ingressos no Curso Técnico em Recursos Pesqueiros.

Por se tratar de um recorte temporal, fruto de investigação doutoral, desde que este estudo foi escrito (2019), passaram-se sete anos. Hoje, o *Campus* Macau do IFRN conta 16 anos de existência, assim como o Curso Técnico em Recursos

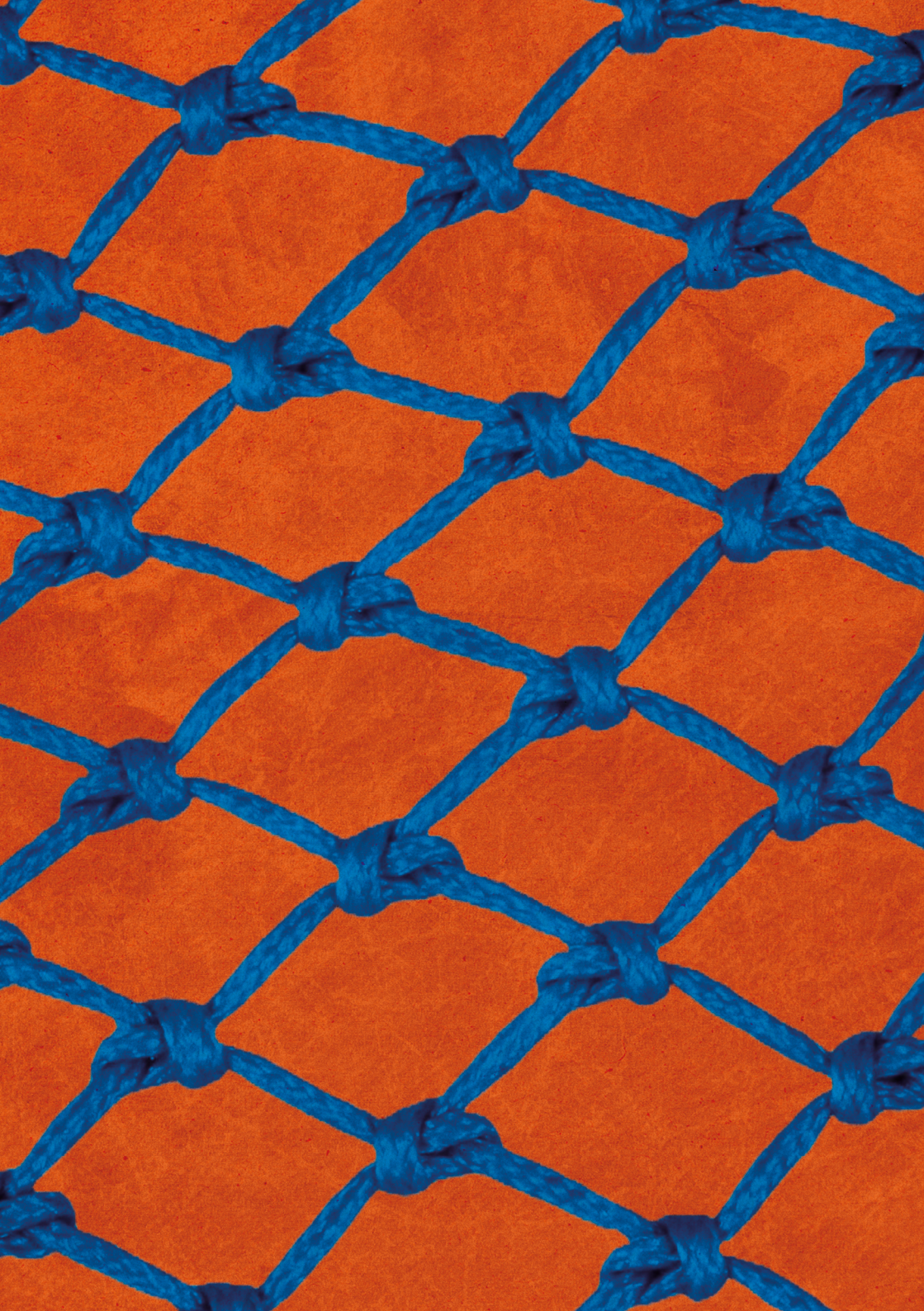
Pesqueiros. Finalmente, destaco a relevância desta obra como forma de registro e parâmetro documental para se conhecer a realidade dos discentes do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros e, assim, expandir, melhorar e planejar ideias futuras para aprimorar as atividades do curso e torná-lo um atrativo aos alunos novatos. Além disso, é preciso garantir um maior número de egressos no mercado de trabalho, prática que tem crescido após 2019, principalmente com o Programa Jovem Aprendiz.

O autor, juntamente com os co-autores, proporcionam ao leitor ideias e proposições sobre o Curso Técnico em Recursos Pesqueiros. Problemas relativos à quantidade de alunos novatos e egressos não dizem respeito apenas ao IFRN, mas ocorrem em IFs de todo o Brasil. Nesta ótica, saber o momento certo de jogar uma rede diante de um cardume, atingindo seu objetivo, também depende de algumas vertentes. Assim é o processo de ingresso, permanência e êxito de alunos no Curso Técnico em Recursos Pesqueiros do IFRN – *Campus* Macau. Portanto, um corpo docente envolvido, um corpo discente estimulado e servidores unidos em prol de um objetivo comum deverá ser a chave para tornar o Curso Técnico em Recursos Pesqueiros um curso de excelência.

Destaco a sensibilidade como pesquisador e o zelo imparcial do autor, pela riqueza de detalhes neste trabalho. Espero que, a partir deste relato captado por vários olhares, o IFRN como um todo e, particularmente, o *Campus* Macau, possam unir forças na certeza de que proporcionar educação de excelência despertará em alunos e alunas o vislumbrar de um futuro promissor. É buscando parceria entre o poder público e a iniciativa privada que jovens egressos poderão ser inseridos

no mundo do trabalho com dignidade e responsabilidade, tornando-os protagonistas de suas histórias.

Luciana do Nascimento Mendes
Engenheira de Pesca
Dr.ª em Ciências Marinhas Tropicais
Prof.ª do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros
IFRN – *Campus* Macau





SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO ____ **15**

2 O MUNDO DA PESCA ____ **33**

2.1 Apresentação do capítulo ____ **35**
2.2 A estruturação do mundo da pesca: contexto e indicadores histórico-sociais e econômicos ____ **37**
2.2.1 A evolução do mundo da pesca no Brasil: um breve retrato sócio-histórico ____ 37
2.2.2 A produção pesqueira no Brasil: alguns indicadores de situação ____ 50
2.2.3 Os desafios da atividade pesqueira no Brasil ____ 59
2.3 A situação do mundo da pesca na Região Nordeste ____ **64**
2.4 A situação do mundo da pesca no estado do Rio Grande do Norte ____ **70**
2.5 A situação do mundo da pesca no município de Macau – RN ____ **78**
2.6 O mundo da pesca e as suas divisões: pesca artesanal vs. pesca industrial ____ **84**



2.6.1 Pesca artesanal: conceito, histórico e características ____ 84
2.6.2 Pesca Industrial: conceito, histórico e características ____ 100
2.7 Síntese do capítulo ____ 109

3 O IFRN E O CURSO DE RECURSOS PESQUEIROS ____ 115

3.1 Apresentação do capítulo ____ 117
3.2 O IFRN, uma instituição centenária: da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal ____ 118
3.3 A formação técnico-profissional para pesca e aquicultura: desafios e perspectivas ____ 131
3.4 O Curso Técnico em Recursos Pesqueiros do IFRN – *Campus* Macau ____ 134
3.4.1 O Perfil do Egresso segundo o PPC do Curso de Recursos Pesqueiros ____ 141

4 A ÓTICA DOS ATORES ENVOLVIDOS NA FORMAÇÃO EM RECURSO PESQUEIROS ____ 145

4.1 Apresentação do capítulo ____ 147
4.2 Análise dos dados coletados ____ 148
4.3 Resultados da pesquisa-piloto ____ 149
4.4 Percepção quanto ao Curso de Recursos Pesqueiros ____ 149
4.5 A pesquisa final ____ 159



4.5.1 Relato e análise dos depoimentos dos jovens ____ 160
4.5.2 Percepção sobre o cotidiano ____ 161
4.5.3 Percepção sobre qualidade de vida ____ 161
4.5.4 O cotidiano familiar dos jovens na comunidade ____ 165
4.5.5 Percepções após ingresso no IFRN ____ 177
4.5.6 As percepções da vida antes e durante
a formação no IFRN ____ 178
4.5.7 Percepção quanto à formação técnica em
Recursos Pesqueiros ____ 181
4.5.8 Percepção sobre a atividade pesqueira ____ 187
4.5.9 Disposição para intervir na realidade pesqueira ____ 188
4.5.10 Depoimentos dos jovens quanto a utilizar a formação
técnica em Recursos Pesqueiros para intervir na pesca ____ 190
4.5.11 Relatos dos jovens quanto a receberem
investimento e não atuarem na área ____ 194
4.5.12 Percepção dos jovens sobre o mundo da pesca em
relação a outras áreas de atuação profissional ____ 196
4.5.13 Percepção sobre os colegas de curso:
como veem a atividade pesqueira ____ 198
4.6 O Mundo da Pesca sob a ótica dos entrevistados ____ 201
**4.7 O Curso de Recursos Pesqueiros e as perspectivas
para o futuro profissional dos jovens ouvidos ____ 202**
**4.8 Percepção da atuação dos órgãos governamentais
(município, estado e União) em relação à área da pesca ____ 205**



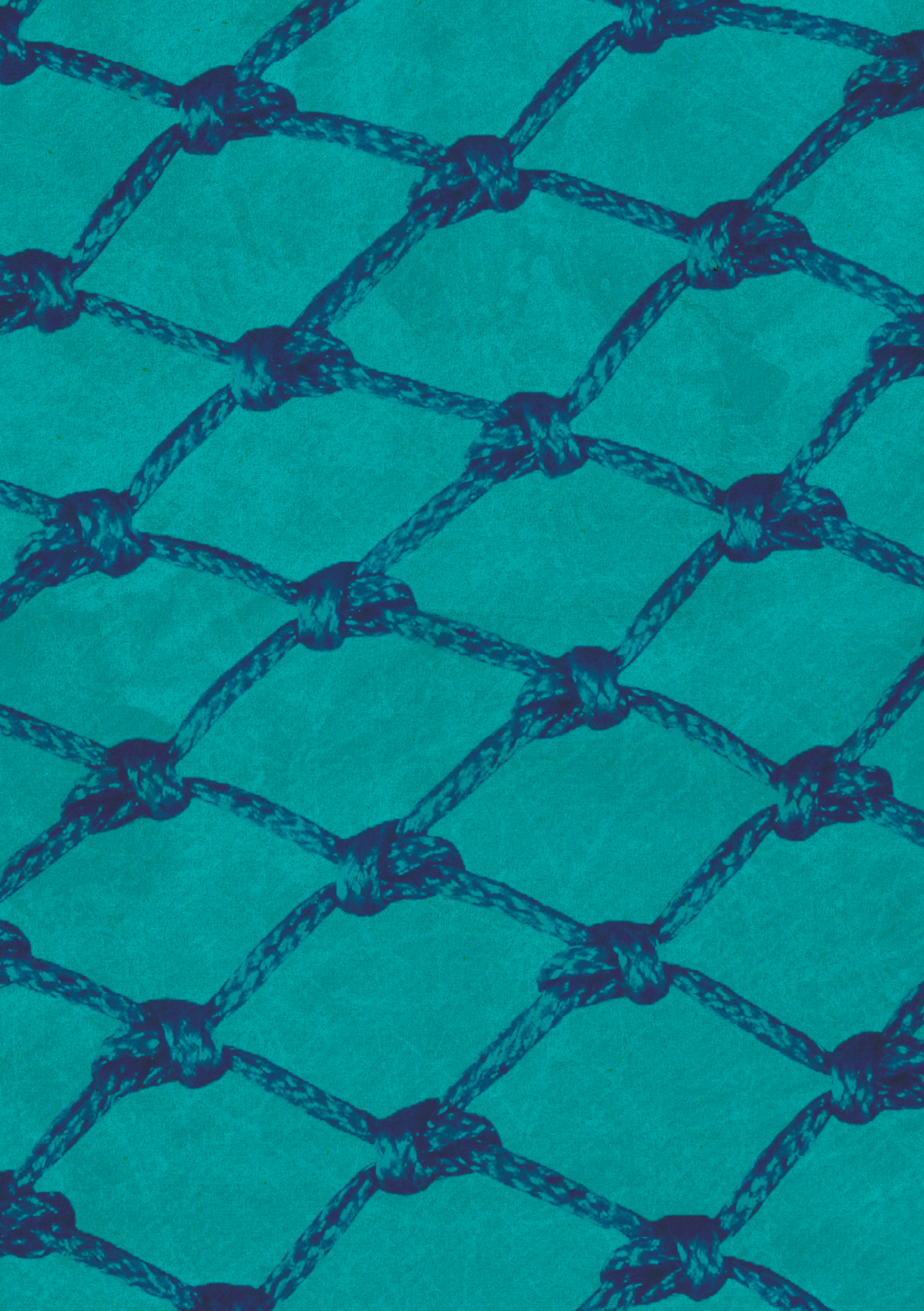
4.9 Percepção sobre o mercado de trabalho da área de Recursos Pesqueiros e a atuação empresarial na atividade pesqueira ____ 210
4.10 Representação social ____ 213
4.11 Interesse profissional dos jovens após o ingresso no IFRN ____ 213
4.12 Incentivo e percepção das famílias e das comunidades sobre o Curso de Recursos Pesqueiros ____ 215

5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS PROBLEMÁTICAS DO MUNDO DA PESCA NO BRASIL ____ 219

5.1 Fatores da desmotivação dos jovens para a formação em Recursos Pesqueiros ____ 233
5.2 Propostas para o IFRN e para a formação em Recursos Pesqueiros ____ 242

6 DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA FORMAÇÃO TÉCNICA EM RECURSOS PESQUEIROS ____ 249

REFERÊNCIAS ____ 259



1



INTRODUÇÃO



1 INTRODUÇÃO

Parece inconcebível o fato de que o Brasil, com mais de quinhentos anos de história, uma das maiores economias do mundo, com uma das maiores reservas hídricas e uma costa litorânea com mais de 8.500 km^2 de extensão, insista ainda em políticas públicas desarticuladas (com pouca produtividade e penetrabilidade), sem objetivos claros que visem à qualificação profissional dos jovens e adultos para atender a atividade pesqueira. Tentando entender melhor essa realidade, e pretendendo estimular a qualificação profissional no país, com vista à geração de emprego e renda, partimos das contribuições teóricas de Giddens, para formularmos propostas que proporcionem uma intervenção positiva no sentido de reverter esse quadro de desinteresse dos jovens em relação à prática da pesca.

Ao longo de nossa história, as atividades produtivas não industriais, no Brasil, se concentraram na agricultura e na pecuária, em detrimento das demais atividades. Isso, apesar de o país possuir uma das maiores reservas hídricas do planeta, com inúmeras possibilidades, dada a extensão das águas continentais. Mesmo assim, a atividade pesqueira não evoluiu em seu território. Ao contrário, é caracterizada como uma exploração rudimentar, com baixos salários, pouca modernização tecnológica, falta de profissionalização, entre outros fatores.

Diante dessa realidade, o objetivo proposto nesse ensaio é desvendar os principais entraves que contribuem para a desvalorização da atividade pesqueira no RN e, em última instância, no Brasil, levando à desmotivação dos jovens que buscam profissionalizar-se.

No Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, promovido pelo IFRN, mais especificamente, olhamos para a percepção social dos jovens em formação técnica no IFRN – Macau como forma de desvelar as nuances da profissionalização nessa área.

Além disso, visa-se identificar e analisar as dificuldades enfrentadas pelo IFRN nesse processo de formação, especificamente sob a ótica da demanda de jovens atendidos. Para tal alcance, além desses sujeitos de pesquisa, buscou-se o testemunho dos demais atores institucionais e sociais envolvidos nesse cenário, a saber: servidores docentes e técnicos-administrativos do IFRN, bem como empresários, gestores públicos e líderes da comunidade ligados à pesca.

A escolha do IFRN como *locus* deve-se ao fato de esta ser uma instituição centenária e com um reconhecido histórico de inúmeras e significativas contribuições no processo de formação profissional no estado do Rio Grande do Norte. E, mais especificamente, por considerar-se esta uma instituição que tem como principal objetivo

> [...] ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a so-

> cialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais (IFRN, 2014, p. 1).

No curso de sua história, o IFRN foi capaz de promover inúmeras mudanças, buscando sempre estar em consonância com os anseios da formação profissional. De escola de aprendizes artífices, em 1909, a Liceu Industrial de Natal em 1932, Escola Industrial de Natal em 1942, Escola Industrial Federal em 1965, Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte em 1968 e, finalmente, Centro Federal de Educação e Tecnologia em 1994, a instituição cumpriu um longo percurso de significativas transformações. A partir daí, começa a fase expansionista, que, de fato, teve início em 1994, com a inauguração da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró.

Não obstante, somente em 2006 (12 anos depois), o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), amplia a atuação da Rede Federal no estado, implantando as Unidades de Ensino da Zona Norte de Natal (capital do estado), de Ipanguaçu (a 214 km de Natal) e de Currais Novos (a 185 km de Natal). Nos anos seguintes, a expansão assume grandes proporções, redesenhando a rede que, em 2008, passa a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Sob sua égide, colocam-se, em expansão, várias unidades de ensino que se vão espalhando pelo estado (num total de 22 em 2016), atuando na profissionalização de jovens em todas as regiões do RN.

Tendo em vista sua constante preocupação com as necessidades de formação, visando à melhoria social e econômica (bem como, considerando a intensa expansão das atividades

des, registrada sobretudo recentemente, a partir de 2003), os desafios de atuação do IFRN se tornaram ainda mais expressivos, pois a instituição passou a lidar, de maneira enfática, com as dificuldades próprias das diversas regiões do estado, as quais apresentam uma enorme diversidade cultural, social e econômica.

Em um contexto assim peculiar, nasce o IFRN – *Campus* Macau, localizado na região salineira do estado do Rio Grande do Norte. Observada tal particularidade regional, era preciso atender às demandas daí advindas. Em decorrência, promove-se uma consulta pública para que a sociedade local possa pronunciar-se quanto aos seus interesses reais de formação de mão de obra. Constatou-se, a partir dessa consulta, a importante representatividade dessa região para a atividade pesqueira do estado, o que leva o IFRN, de forma pioneira e visionária, implantar, em 2009, o Curso Técnico em Recursos Pesqueiros. O curo veio com o propósito de promover um processo de formação técnica que, em médio e longo prazo, pudesse intervir na atividade pesqueira da região, bem como nas atividades de cultivo de organismos marinhos. Buscava-se estimular um processo de transformação profissional que contribuísse para a formação social e para possíveis melhorias econômicas decorrentes dessa importante atividade no cenário local.

Através do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, implantado em 2009, o IFRN vem formando técnicos nas modalidades subsequente e médio integrado[1]. Em 2011, a primeira

1. O ensino subsequente é direcionado ao público que já concluiu o ensino médio regular, enquanto que o médio integrado se refere àqueles que estão cursando o ensino médio.

turma formada somava 55 alunos. Entretanto, desses egressos, o percentual de empregados não atinge 10%; e mesmo nas turmas dos anos seguintes (2012, 2013), também não foi registrado um percentual significativo de inserção no mercado de trabalho, após a formação. Inverter essa situação torna-se um imenso desafio para o IFRN como instituição de formação profissional, uma vez que a formação precisa estar atrelada ao processo de inserção no mercado de trabalho, seja via mercado formal, seja pela via do empreendedorismo.

Ao que parece, o Curso de Recursos Pesqueiros, pioneiro no Rio Grande do Norte e um dos poucos existentes no país, apresenta lacunas que precisam ser identificadas, investigadas e sanadas, para que o programa de formação técnica na área possa ser (re)planejado e ajustado, sob pena de o curso ser encerrado. Tal risco se verifica especialmente nesse contexto de forte redução de recursos do Estado na educação federal, resultante, por exemplo, de Emendas Constitucionais recém aprovadas pelo Congresso brasileiro (como é o caso da PEC 241/55, aprovada em dezembro de 2016, que congela os gastos primários por 20 anos).

A reconhecida credibilidade do IFRN como instituição de formação profissional e sua capacidade de intervir nas questões sociais, em especial na área da formação técnica da pesca, caracterizam-se como um campo fértil para a investigação social, o que já se constitui em justificativa plausível para referendar o caráter pioneiro do presente estudo.

Neste percurso investigativo, buscou-se compreender horizontalmente o processo de formação por que passam os alunos do Curso de Recursos Pesqueiros, numa visão longitudinal que os contempla desde o seu ingresso no IFRN à sua

formação e posterior inserção no mercado de trabalho. Para além disso, olhamos para a atuação do IFRN como agente de formação e para as reais intenções desses jovens no sentido de se manterem neste segmento econômico e contribuírem para o seu desenvolvimento. Por fim, cabe identificar a percepção dos agentes econômicos e institucionais que atuam nessa atividade quanto a esse processo de formação técnica (empresários, gestores públicos, pescadores e aquicultores).

Em termos de resultados, alimenta-se a expectativa de encontrar respostas que permitam diminuir a lacuna existente entre a formação e a inserção profissional dos concluintes do curso, podendo assim contribuir para o desenvolvimento de estratégias que os tornem futuros profissionais do mundo da pesca, efetivamente interessados pela área, ao invés de serem simplesmente motivados pelo ambiente social do IFRN, mais do que pela sua proposta formativa. Evidentemente que o propósito do IFRN é incentivar o ingresso dos jovens; mas o Instituto não pode ser o propulsor de seu interesse pela área da pesca. Este deve derivar- se de seu processo de escolhas, com base em um querer socialmente valorizado, a exemplo do que ocorre noutros cursos do IFRN (Informática, Geologia, Mecânica, Mineração, Petróleo e Gás, Segurança no Trabalho). Por inúmeras razões, a serem apresentadas ao longo deste estudo, fica evidente que os jovens em formação no Curso Técnico em Recursos Pesqueiros demonstram pouco interesse em atuar efetivamente nessa atividade a partir da formação recebida, ou seja, revelam-se pouco afeitos a ingressar/permanecer no mundo social da pesca.

A base teórica centrou-se especialmente nas contribuições de Anthony Giddens, em particular nas contribuições da

Teoria da Estruturação. Considera-se os jovens formandos do Curso de Recursos Pesqueiros como agentes integrantes do cenário social das comunidades pesqueiras em que (na sua maioria) vivem, e o IFRN como agente de transformação que acaba por estimular o interesse de muitos deles em atuar nas atividades pesqueiras.

A ancoragem na Teoria da Estruturação tem sua justificativa centrada no fato de esta auxiliar na compreensão das ações do indivíduo de sua consciência e intencionalidade, mesmo quando as consequências resultantes não são exatamente o reflexo da pretensão inicial. Os caminhos teóricos que conduzem esta investigação auxiliam na explicação e na compreensão da ação dos formandos do Curso de Recursos Pesqueiros como agentes transformadores (e não como agentes de reprodução), sendo, portanto, sujeitos dotados de reflexividade, com total autonomia para agirem socialmente sobre as suas vidas, se assim o desejarem. Tal compreensão implica interpretar e analisar o indivíduo como sujeito integrado ao que acontece no ambiente, tendo as condições morais, sociais e a herança do passado como meio de interpretação e de entendimento do comportamento. Em complemento à análise, buscam-se as razões práticas legitimadoras que conduzem esses jovens ao ingresso na área da pesca e ao seu consequente desligamento.

Outro aspecto a ser investigado diz respeito às consequências (não previstas) da presença dos jovens no espaço social do IFRN, que passa a ser visto como mundo novo a que não tinham acesso e que lhes deu a oportunidade de se perceberem de forma crítica na relação estabelecida com o ambiente social das suas comunidades de origem. A novidade que se

afigura para eles nesse novo mundo do IFRN – com o qual (e onde também) passam a interagir socialmente – aguça sua criticidade, promovendo uma inquietação quanto à possibilidade de contribuírem, com o conhecimento adquirido, para a melhoria da atividade pesqueira e, consequentemente, de suas comunidades. É também visando a esse desvendamento que se busca amparo analítico na Teoria da Estruturação.

Parece evidente que a desvalorização do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, que acaba por gerar, em decorrência, a desmotivação dos alunos para atuar profissionalmente na área pesqueira, dá-se, sobretudo, pelo fato de os jovens atendidos pelo IFRN trazerem, no bojo de suas percepções, vivências em comunidades carenciadas, marcadas por futuro incerto e baixas expectativas profissionais. No essencial, percebe-se que os jovens representam o mundo social da pesca como um espaço social de baixa qualidade de vida, onde faltam oportunidades de trabalho, em que só se pode sobreviver economicamente da pesca artesanal de mera subsistência; um mundo no qual não se valoriza a intervenção científica e tecnicamente profissionalizada.

É provável que, ao ingressarem no Curso de Recursos Pesqueiros, os jovens tomem consciência das oportunidades proporcionadas pelo IFRN. Na verdade, é após seu ingresso na instituição que esses jovens passam a ter contato com um mundo de possibilidades até então desconhecidas, visto que, em suas comunidades, não tinham como modelar ou remodelar suas expectativas sociais e profissionais de vida. Sem dúvida, o fato de entrarem num novo ambiente social, feito de interações diversas e estimulantes, e o consequente acesso à informação desperta, estimula e aguça a capacidade crítica desses jovens,

afirmando-se o IFRN como um lugar onde adquirem uma melhor percepção dos problemas da pesca e das dificuldades dessa atividade no Brasil. Não obstante, ainda que valorizem e até considerem importante ingressar no Curso de Recursos Pesqueiros, os jovens não percebem, na atividade pesqueira, estímulos e perspectivas profissionais capazes de melhorar sua qualidade de vida. Soma-se a isso a percepção de dificuldades, sofrimento, pobreza e baixa valorização da atividade pesqueira, artesanal em suas comunidades e em suas famílias. Não surpreende de todo que o percurso desses alunos no IFRN venha a ter como consequência o seu desinteresse pelo ingresso nessa profissão ou, para sermos mais assertivos, a rejeição ao ingresso (ou regresso) no mundo social da pesca.

Parte da literatura consultada partilha dessa percepção e a confirma. A afirmação que se segue é emblemática:

> À margem dos direitos sociais e trabalhistas, pescadores brasileiros não veem os ganhos prometidos pelas bilionárias trocas comercias da globalização. Apesar de serem peça-chave no projeto do governo para ampliar a produção nacional de pescado, a maioria dos trabalhadores do setor não possui carteira assinada nem proteção previdenciária adequada, além de enfrentar jornadas excessivas, condições precárias dos barcos e formas controversas de remuneração. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a pesca tem um dos mais altos índices de acidentes fatais (Reimberg, 2009, n. p.).

A situação da pesca no Brasil é bastante preocupante, e não apenas no campo do trabalho formal. Segundo Isaac (1997), as condições de vida da maioria das famílias de pescadores artesanais são deveras precárias. A renda obtida pela pesca permite somente um nível de subsistência. Nessa esfera de atividade, além da falta de qualificação profissional, convive-se com a ausência de infraestrutura de apoio (gelo, câmaras frigoríferas...), com as dificuldades de escoamento da produção e a falta de recursos materiais para comprar equipamentos de pesca, sendo estes os entraves mais relevantes enfrentados pelos pescadores artesanais. Tais inconvenientes obrigam os trabalhadores da pesca a dependerem fortemente de atravessadores, que acabam usufruindo da maior parcela da renda gerada pela atividade. E vale assinalar o fato de que isso se torna tanto mais intenso quanto mais isolada e carente é a comunidade.

Desde a década de 80 que a questão de um ensino profissional ligado à atividade da pesca e à abertura de escolas que tenham essa finalidade vem sendo tema de reivindicação dos pescadores. No entanto, há de se considerar que a formação do pescador e sua inserção nas atividades do dia a dia da pesca seguem o rito da tradição e não dependem diretamente da educação formal. Assim, o ensino profissional passa a ser uma outra via para o ingresso e a iniciação no setor da pesca.

Em sendo essa a realidade, os alunos em formação/formados em Recursos Pesqueiros encontram-se "desestimulados de partida". Diante das inúmeras dificuldades, não conseguem perceber, na atividade pesqueira, estímulos à atuação profissional e menos ainda uma possibilidade de intervir na atividade, o que os impulsiona a retornar a suas comunidades de origem.

Assim enredados, esses jovens recusam-se a ser agentes de transformação do mundo da pesca, o que se contrapõe ao objetivo precípuo da formação técnica ofertada pelo IFRN, que é promover a participação direta desses jovens em favor do processo de modernização dessa atividade na região, no estado do Rio Grande do Norte e no Brasil como um todo.

O grande desafio que orienta a investigação aqui apresentada é a premente necessidade de fornecer conhecimentos que permitam alterar a forma como os alunos antecipam o futuro de suas vidas no mundo da pesca. Logo, faz-se mister um amplo processo de intervenção que promova a mudança e a consequente valorização da pesca, uma vez que os jovens não acreditam que possam mudar o estado das coisas, pois se veem mais como agentes de reprodução de uma realidade por eles vivenciada no seu cotidiano do que como agentes transformadores do socialmente instituído nesse mundo da pesca, sejam as suas regras, sejam os seus recursos.

Considera-se ainda que a problemática da atividade pesqueira, dada a sua fragilidade histórica no Brasil, e mesmo em razão das inúmeras dificuldades enfrentadas por quem nela atua, é desafiadora. Por isso, busca-se neste estudo, clarificar as variáveis que aí se implicam; de forma mais especifica, busca-se a compreensão do contexto social da atividade pesqueira, sob a ótica de Antony Giddens, para obter um melhor entendimento das questões sociais dessa realidade, visando contribuir para despertar nos alunos o sentimento de valorização do curso. Para esse alcance, o presente estudo assume a pretensão de redesenhar o cenário social da pesca, enfatizando o jovem como agente potencial de mudança, o que favorecerá um novo olhar para a formação técnica na área da

pesca via Curso de Recursos Pesqueiros ofertado pelo IFRN. O intuito é elucidar as lacunas existentes, as quais têm tornado os resultados atingidos pelo IFRN, nos quesitos formação e inserção dos jovens no mercado de trabalho, ainda incipientes. Isso se verifica sobretudo quando observados os dados quantitativos de ingresso, saída e inserção efetiva, além de outras resistências à consolidação do Curso.

Com base em dados decorrentes de ações promovidas pelo IFRN para o Curso de Recursos Pesqueiros do *Campus* Macau, como também, daqueles advindos das pesquisa-piloto deste estudo, e ainda contando com o respaldo da experiência do autor, que atuou como docente e Diretor-geral do IFRN – *Campus* Macau, percebeu-se que o principal desestímulo dos jovens, no que concerne à formação em Recursos Pesqueiros e sua fatal atuação nessa área, vem de seu conhecimento das dificuldades a serem enfrentadas, sem qualquer vislumbre de mudança real do quadro.

Em suma, esta obra buscou encontrar respostas que possam elucidar a questão ora enunciada:

> Quais propostas e/ou soluções estratégicas podem advir do Curso Técnico de Recursos Pesqueiros promovido pelo IFRN no sentido de contribuir para a valorização da atividade pesqueira no RN e no Brasil?

Outros questionamentos se somam a essa questão central, a fim de mapear os condicionantes da problemática da desmotivação dos jovens quanto ao Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, como se apresenta a seguir.

Inquietações inerentes à pesquisa:

i. Como é constituído o modo de vida no espaço social do mundo da pesca?
ii. Qual a percepção dos jovens quanto ao espaço social do mundo pesca?
iii. Qual o real interesse dos jovens atendidos no Curso de Recursos Pesqueiros do IFRN em atuar nessa atividade?
iv. De que maneira a formação promovida pelo IFRN contribui para que os jovens aceitem e tenham interesse em atuar no mundo da pesca?
v. De que maneira o IFRN pode contribuir para estabelecer o elo entre a formação e a real intervenção dos jovens no mundo da pesca?

Por que os jovens se afastam do mundo da pesca?

A contextualização deste estudo está centrada em cinco fatores que se complementam para estabelecer, de forma consistente, a proposta de investigação. A desvalorização atribuída ao Curso de Recursos Pesqueiros do IFRN – *Campus* Macau pelos seus jovens formandos decorre desses fatores que se completam, quais sejam:

i. o espaço social da atividade pesqueira no Brasil é constituído principalmente pela pesca artesanal, em que predominam baixas expectativas de qualidade de vida e de ascensão profissional;
ii. a maioria dos alunos do Curso de Recursos Pesqueiros provém de comunidades e de famílias de pescadores artesanais,

o que, por consequência, os induz a ter uma percepção prévia do espaço social em que vivem, normalmente caracterizado por condições precárias de sobrevivência e de sofrimento;

iii. os negócios da pesca existentes neste território são resistentes à introdução de novos conteúdos em seus processos (saberes técnico-científicos adquiridos pelos egressos do IFRN *versus* experiência prática dos negócios pesqueiros), ou seja, geralmente os empresários presumem que tais conhecimentos não agregam valor ao seu negócio;

iv. o território pesqueiro ainda não internalizou todos os elos da cadeia da pesca (captura do pescado, beneficiamento, distribuição, incluindo construção naval e reparos/manutenção de embarcações e inserção de tecnologias), os quais, se existissem, ocupariam uma mão de obra, em média, portadora de maior escolaridade/qualificação e, em princípio, melhor remunerada;

v. a secular insuficiência de políticas públicas visando à efetiva elevação da produtividade, competitividade e sustentabilidade da pesca. Tais condições, se revertidas, poderiam estimular a profissionalização da atividade e a elevação da qualidade de vida dessas comunidades.

O que a pesquisa busca comprender?

Pretende-se, *a priori*, compreender a desvalorização atribuída ao Curso de Recursos Pesqueiros do IFRN – *Campus* Macau por parte dos alunos em formação técnica no Instituto, para, então, contribuir em favor da profissionalização e da valorização da atividade pesqueira nesse território, bem como no Rio Grande do Norte e no Brasil como um todo.

Caminhos para alcançar tal compreensão

i. Interpretar o perfil social das demandas de jovens atendidos no Curso Técnico em Recursos Pesqueiros promovido pelo IFRN.
ii. Investigar a problemática do espaço social do mercado de trabalho na atividade pesqueira no RN e no Brasil.
iii. Analisar a problemática existente entre o interesse dos jovens pela formação e as reais expectativas e necessidades do mercado de trabalho voltado à atividade pesqueira.

Organização do livro

Visando ao cumprimento de tais proposições, organiza-se este estudo em capítulos, sendo o primeiro deles correspondente a esta introdução, em que se justifica o estudo e se apresenta a problemática a ser investigada: a desmotivação dos alunos para ingressar no Curso de Recursos Pesqueiros oferecido pelo IFRN. Também constam deste capítulo os questionamentos norteadores, a hipótese e os objetivos do estudo, além de uma breve apresentação do IFRN, do *Campus* Macau, do Curso de Recursos Pesqueiros e da atividade da pesca.

No segundo capítulo, apresenta-se e contextualiza-se o mundo da pesca no Brasil, em particular no Rio Grande do Norte e, mais especificamente, em Macau, procurando configurar essa realidade de forma cronológica e sequenciada. Recorre-se à abordagem de dados quantitativos da produção da pesca, a fim de constatar a carência e o potencial produtivo desta atividade. Os dados utilizados derivam do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA (2014) e representam um parâ-

metro para quantificar a atividade pesqueira no país, em suas regiões, no RN e em Macau.

No terceiro capítulo, apresenta-se um recorte histórico do IFRN, com a expansão da rede em todo o estado do Rio Grande do Norte, a criação do *Campus* Macau e a implantação do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros.

No quarto capítulo, são sistematizados os resultados coletados sobre a percepção dos jovens quanto ao Curso de Recursos Pesqueiros, a intervenção do IFRN na atividade pesqueira do RN e os desafios e oportunidades para a valorização do profissional da pesca na região de Macau.

No quinto capítulo, apresenta-se os resultados obtidos com as falas dos atores envolvidos nesse enredo e, de forma mais específica, as falas e considerações dos alunos e egressos, tendo como suporte a reflexividade da modernidade de Giddens, que pode contribuir para traçar estratégias e ações que estimulem os jovens na formação e na atuação profissional.

No sexto e último capítulo, têm-se as considerações finais, incluindo proposições conclusivas do presente estudo (a serem entregues aos responsáveis dirigentes do IFRN – Macau), na expectativa de que possam contribuir para elevar a motivação dos alunos em relação ao Curso de Recursos Pesqueiros.

2



O MUNDO DA PESCA



2.1 Apresentação do capítulo

Este capítulo apresenta a estruturação do mundo da pesca no Brasil, no Rio Grande do Norte e no município de Macau. Busca-se compreender o mundo social da pesca como um sistema social complexo, sob a ótica da Teoria da Estruturação, sistema cujas propriedades estruturais se estendem ao longo do tempo/espaço.

Nessa perspectiva, recorremos ao conceito de estrutura como um conjunto de regras e recursos que, ao se repetir na reprodução dos sistemas sociais, se institucionaliza e passa a constituir as propriedades estruturais desses sistemas. Procuramos o entendimento do mundo social da pesca usando o contributo de alguns conceitos essenciais da estruturação segundo Giddens, na perspectiva de obter contribuições melhor ajustadas para o estudo de que se compõe este livro.

Os princípios estruturais se alicerçam nas bases da organização de totalidades sociais, consolidando as estruturas – conjuntos de regras e recursos envolvidos na articulação de sistemas sociais. A identificação de princípios estruturais e de suas conjunturas em sistemas intersociais representa o nível mais abrangente de análise institucional. Quer dizer, a análise desses princípios se refere a modos de diferenciação e articulação de instituições através do tempo-espaço de maior

"profundidade". Giddens fecha este tópico apontando como o estudo de conjuntos estruturais, ou estruturas, envolve o isolamento de distintos "grupos" de relações de transformação/mediação implícitos na designação de princípios estruturais. Os conjuntos estruturais são formados pela mútua conversibilidade das regras e dos recursos envolvidos na reprodução social. As estruturas podem ser analiticamente distinguidas, segundo o autor, dentro de cada uma das três dimensões de estruturação: significação, legitimação e dominação; ou através de todas estas.

Um aspeto importante a se considerar é o fato de o mundo social da pesca se subdividir em dois subsistemas: pesca artesanal e pesca industrial. Ambos fazem parte desse sistema social. Ainda que distintos, estão interligados um ao outro – o mundo artesanal da pesca, com seus costumes, tradições, valores e crenças, e o mundo industrial da pesca, assente na modernização tecnológica da atividade pesqueira.

Apesar deste dualismo estrutural – artesanal e industrial –, neste sistema social em que o mundo da pesca se constitui, domina a atividade pesqueira artesanal, que vem se perpetuando e reproduzindo de geração a geração, com poucos traços de modernidade nas regiões litorâneas do país. É, pois, importante ressaltar que a pesca artesanal é o grande foco da atividade pesqueira no Brasil, considerando, inclusive, que a maioria dos trabalhadores desse setor encontra-se nessa modalidade da pesca. Tal realidade é ainda mais predominante no estado do Rio Grande do Norte e no município de Macau.

Podemos, pois, considerar que um dos subsistemas do mundo da pesca não segue em direção à modernização. Isso porque suas principais propriedades estruturais, regras e recur-

sos continuam a reproduzir-se ao longo do tempo e do espaço. Trata-se de algo que, no nosso entendimento, é determinante para afastar o interesse dos jovens em contribuir como agentes transformadores de um sistema social que conhecem e rejeitam.

Este capítulo tem como objetivo identificar as principais propriedades estruturais do mundo da pesca, bem como as regras e os recursos envolvidos em sua estruturação. Para isso, analisam-se as características dos subsistemas artesanal e industrial, com destaque para suas principais diferenças. Apresentam-se também dados da pesca no mundo, no Brasil, na Região Nordeste, no estado do Rio Grande do Norte e na Região da Costa Branca Potiguar, região onde se encontra instalado o IFRN – *Campus* Macau.

2.2 A estruturação do mundo da pesca: contexto e indicadores histórico-sociais e econômicos

2.2.1 A evolução do mundo da pesca no Brasil: um breve retrato sócio-histórico

Potiguar Júnior (2008) pondera sobre o fato de que os pescadores e suas particularidades não foram levados em conta quando o Estado brasileiro, através de ações unilaterais, criou a Conferência Nacional dos Pescadores (CNP), a Federação Estadual dos Pescadores (FEPA) e as Colônias de Pesca com suas referidas zonas. Isto se verifica desde o período colonial, com D. João VI, quando aconteceu uma tentativa frustrada de organizar os pescadores, criando a primeira Colônia

de Pescadores no Brasil, denominada de "Nova Ericeira", localizada em Garoupa, Porto Bello, no estado de Santa Catarina. Objetivava- se, no Brasil colonial, que o Estado pudesse controlar a organização dos pescadores e impedir a organização daqueles trabalhadores de forma a tê-los sob um certo jugo, já que sempre houve uma insatisfação dessa categoria de trabalhadores quanto à inserção e ao favorecimento dos pescadores portugueses no Brasil Colônia. Outra justificativa do Estado, ao tentar controlar a ação da organização dos pescadores era a defesa da costa brasileira contra ataques estrangeiros.

Segundo Potiguar Júnior (2008), existe e ainda permeia, nos dias atuais, nas colônias de pesca, uma contradição quanto à atuação das entidades de pesca, ou seja, os pescadores brasileiros não recebiam e, ainda hoje, poucos recebem orientações sobre seus direitos e seus deveres. A percepção dominante é a de que tais entidades apenas revelavam seu caráter assistencialista e corporativista. Os dirigentes, por sua vez, atuavam com um perfil político-partidário, objetivando, em alguns casos, cargos de vereadores e prefeitos. Isso, em algumas regiões, perdura até hoje, contribuindo ainda mais para agravar a situação de submissão e precarização da atividade pesqueira nessas comunidades.

Nesse cenário de reivindicação dos direitos de cidadãos e de trabalhadores da pesca, tem-se a criação do Conselho Pastoral da Pesca (CPP), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que passa a atuar, efetivamente, nas questões voltadas à valorização das comunidades pesqueiras em todo o país.

No Brasil, nas últimas décadas, e precisamente a partir do início do século XXI, com a criação da Secretaria Especial da Pesca, em 2003, e do Ministério da Pesca e Aquicultura,

em 2009, observa-se a tentativa do Estado de reestruturar a atividade pesqueira e incluí-la como uma política de Estado. Desde então, tem-se procurado, por via legislativa, promover a organização do setor, a estruturação da cadeia produtiva, a produção mediante a sustentabilidade ambiental, abordagens socioeconômicas baseadas na dimensão territorial, além do fortalecimento do mercado interno no Brasil.

No ano de 2009, em 29 de junho, Dia do Pescador, foi sancionada a Lei nº 11.958. Era, então, criado o Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil, atendendo ao anseio histórico dos pescadores e aquicultores do país.

> A criação do Ministério foi resultado de um esforço conjunto, entre poder público e sociedade civil. O marco inicial, no entanto, se deu em 1º de janeiro de 2003, quando o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 103 (hoje Lei nº 10.683), que criava a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR). O órgão federal, ligado à Presidência da República, ficou responsável por fomentar e desenvolver políticas voltadas ao setor pesqueiro no conjunto de seus anseios (MPA, 2014).

Conforme a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP, 2008), cerca de 60% (500 mil toneladas) da pesca é oriunda dos pescadores artesanais. Assim, deve-se considerar que a pesca artesanal precisa de apoio para uma melhor estruturação da atividade, dada a sua importância para a atividade pesqueira como um todo. Isso porque, se com pouco ou

nenhum apoio direto, a produção pesqueira já é bastante significativa, com apoio, estruturação e modernização da atividade, a pesca artesanal se apresentará com enorme potencial de crescimento e de contribuição socioeconômica para o país.

O fato é que quase não se conheciam (nem se consideravam) os aspectos de ordem cultural das populações envolvidas com a pesca. A maneira como os pescadores catalogam seu cotidiano, a forma como repassam conhecimentos e experiências vivenciadas na atividade da pesca e como vivem nas suas comunidades não foram valorizados nem considerados na elaboração de ações governamentais voltadas à valorização e promoção dessa atividade.

Apesar de a pesca no Brasil ter sempre sido uma atividade econômica rentável, que interessava à Coroa Portuguesa desde o Brasil Colônia, ao longo da formação do país não houve, por parte do Estado brasileiro, investimentos e políticas que valorizassem a atividade, como aconteceu com a agricultura e a pecuária, setores nos quais o país se destaca no cenário internacional.

Segundo Medeiros (2005) *apud* Vasconcelos (2009), no Brasil, em seu período de colonização, com a divisão das capitanias hereditárias, os sesmeiros tinham obrigatoriedade de tornar as sesmarias produtivas, já que poderiam perder o que lhe fora confiado pela Coroa Portuguesa, caso não produzissem. Assim, já se identifica que, historicamente, em termos estruturais, a política de produção do setor primário da economia sempre foi voltada à exportação. Nessa mesma perspectiva, Freyre (2004) afirma que o fomento ao agronegócio exportador sempre foi priorizado nas políticas para o desenvolvimento rural do Brasil; agronegócio este que engloba a atividade pesqueira.

Santos e Miller (2012) lembram que durante o Brasil Colônia não se falava em organização de pescadores em associações, agrupamentos ou em colônias. A propósito, numa primeira tentativa de organizar os pescadores em colônias de pesca, o Rei de Portugal, no dia 18 de março de 1817, por decreto, fundou a primeira colônia de pesca no Brasil, na região de Santa Catarina, denominada Nova Ericeira. Em 1919, existiam 101 colonias de pesca que sobreviviam unicamente da pesca. As colônias foram equipadas com direitos sociais e amparadas pelo Estado mediante normas estabelecidas nas leis instituídas, naquele momento, de amparo e produção (Silva, 1988).

Giulieti e Assumpção (1995) dividem, de forma cronológica, os principais eventos promovidos pelo Estado brasileiro desde o Brasil colônia até o início do novo milênio. A primeira fase acontece a partir do século XVIII, estendendo-se até 1962, e a segunda fase começa com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), tendo durado até 1998. Pode-se complementar estas duas fases propostas por aqueles autores com uma terceira fase, que pode ser caracterizada a partir da criação da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP), promovida pelo governo Lula, em 2003 (que ganha status de ministério) e a criação, em 2009, do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), que passa a nortear as ações governamentais destinadas ao fomento da aquicultura e pesca no Brasil.

De forma cronológica, o histórico da atividade pesqueira no Brasil pode ser dividido em três grandes fases, com diversos períodos, que se apresentam diferenciados por modificações estruturais e que provocam reflexos nos períodos subsequentes, levando a atividade à expansão. O Quadro 1 apresenta a cronologia das leis e decretos vigentes no Brasil de 1845 a 2016.

Quadro 1 – Decretos e Leis da organização e produção dos pescadores no Brasil (1845-2016)

ANO	DECRETO/LEI
1845	Decreto nº 358 – obrigatoriedade de matrícula e arrolamento de todos os pescadores nas Capitanias dos Portos.
1912	A responsabilidade administrativa da pesca passa para o Ministério da Agricultura, onde é criada a Inspetoria Federal de Pesca.
1917	A responsabilidade administrativa da pesca retorna ao Ministério da Marinha.
1919	Criação da Diretoria de Pesca e Saneamento do Litoral, subordinada ao Ministério da Marinha.
1919-1923	Viagem do cruzador "José Bonifácio" sob as ordens do Comandante Frederico Villar, quando são fundadas cerca de 800 Colônias de Pescadores ao longo da costa brasileira. Pescadores são considerados "vigias avançados da nação e viveiros da Marinha".
1920	Estatuto da Confederação Geral dos Pescadores (CGPB) – Decreto nº 14.086 de 3/3/1920, elaborado em alto-mar por oficiais da Marinha. Este estatuto foi substituído.
1923	Estatuto das Colônias de Pescadores – Aviso nº 194 de 10/01/1923 (modelo espanhol). Colônias de Pescadores: "agregados associativos compulsórios", isto é, obrigatórios. Lema das colônias: "Pátria é dever". Este estatuto foi substituído, mas o lema permanece.
1933	A responsabilidade do setor pesqueiro volta ao Ministério da Agricultura, com a criação da Divisão de Caça e Pesca.

1943	Getúlio Vargas cria a Comissão Executiva da Pesca (CEP) – Decreto-Lei nº 5.530, de 28/05/1943, e extingue a Confederação Geral dos Pescadores. A CEP organiza as cooperativas compulsórias, para as quais os pescadores eram obrigados a entregar toda a sua produção. A CEP também se apossa de todo o patrimônio das Colônias de Pescadores.
1950	O Ministério da Agricultura publica novos estatutos que vigoram até 2015 para a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil (CGPB), que é reativada – Portaria n 478, de 1/7/1950. O parágrafo 1º do artigo 5º diz sobre o presidente da CGPB: "o presidente será sempre nomeado, em comissão, pelo Ministro da Agricultura, por indicação da DCP (Divisão de Caça e Pesca) ".
1962	Criação da SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) – Lei Delegada nº 10, de 11/10/1962, com finalidade de promover a industrialização da pesca.
1967	Novo Código de Pesca – Decreto-Lei 221, de 28/02/1967, que até 2015 mantinha privilégios para as indústrias de pesca e o rígido controle do sistema de representação dos pescadores que continua sob a alçada do Executivo.
1972	Decreto nº 71.498, de 05/12/1972 – os pescadores autônomos são obrigatoriamente segurados do FUNRURAL. Perdem, entre outros direitos, o da aposentadoria por 25 anos de pescaria.
1973	Portaria nº 471, de 26/12/1973, do Ministério da Agricultura – 2015. Estatuto para as Colônias de Pescadores: total subordinação à Confederação Nacional dos Pescadores (que tem o poder de intervenção nas colônias, a seu critério) e às autoridades públicas.

1975	Portaria nº 323, de 3/6/1975 do Ministério da Agricultura – 2015. Estatuto para as Federações Estaduais dos Pescadores. Sua diretoria pode ser composta por "pescadores profissionais, funcionários da SUDEPE, pessoal oriundo do Ministério da Marinha, funcionários de organizações municipais, estaduais ou federais ligadas à pesca" (explicitado na Portaria Normativa nº 03/83 da Confederação Nacional dos Pescadores).
1978	Decreto nº 81.653, de 13/04/1978 – reconhece as marisqueiras como profissionais, trabalhadoras do setor pesqueiro. Pescadores pobres e marisqueiras são reconhecidos como trabalhadores. Outros trabalhadores do setor são mencionados, mas não reconhecidos. Os pescadores perdem alguns direitos, mas conquistam algum crédito para compra de redes e embarcações de pesca, alguma infraestrutura para as Colônias de Pescadores e para a comercialização e conservação de pescado.
1981	Lei nº 6.938, de 31/08/1981 – dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, cujo órgão central é a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República e o órgão executor é o IBAMA. O Estado se retira do fomento, desenvolvimento e extensão pesqueira e fica somente com a fiscalização.
1989	Criação do IBAMA – Lei nº 7.735, de 22/02/1989 que dispõe sobre a extinção da SEMA (Secretaria do Meio Ambiente), extinção da SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), e criação do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) – autarquia federal vinculada à Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.
1991	Projeto de Lei nº 3.051 B – Lei de Colônias. Elaborada por pescadores, no Senado, é catalogado como PLC nº 44. Pretende conceder o direito à livre associação e autonomia ao sistema de representação da categoria dos trabalhadores do setor artesanal da pesca. Tramita em 2015.

1998	Lei nº 9.605, de 12/02/1998 – Lei de crimes ambientais. Art. 34: Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em algum lugar interditado por órgão competente: pena – detenção de um a três anos, ou multa ou ambas as penas cumulativamente.
1998	Lei nº 9.636, de 15/05/1998 – dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
1998	Decreto nº 2.681, de 21/07/98 – cria (artigo 18) o Departamento de Pesca e Aquicultura no Ministério da Agricultura e do Abastecimento.
1999	É criada a Medida Provisória nº 1.795, que passa as atribuições de fomento da Pesca e Agricultura para o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através das Delegacias Federais de Agricultura – DFAs nos respectivos estados da federação, tendo uma coordenação através do Departamento de Pesca e Aquicultura – DPA.
2003	Em 1º de janeiro de 2003, a Medida Provisória nº 103, entre outras determinações, criou a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, um órgão que tem caráter de ministério, com o objetivo de assessorar direta e indiretamente o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aquícola no país.
2009	O governo transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).
2016	Incorporação do Ministério da Pesca e Aquicultura ao Ministério da Agricultura pelo governo Temer.

Fonte: Adaptado de Ferreira (1998).

Em se tratando da primeira fase, chamada de artesanal ou pré-industrial, foram poucas as ações governamentais de incentivo e estímulo à atividade pesqueira no Brasil. Essa fase inicia-se no século XVIII e vai até 1962, quando se cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca –SUDEPE (Giulieti e Assumpção, 1995).

A segunda fase corresponde a criação da SUDEPE, por via da Lei delegada nº 10, de 11/10/1962. Essa superintendência tinha como atribuições a elaboração e execução do Plano Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro, a aplicação do Código de Pesca e da legislação das atividades ligadas à pesca ou aos recursos pesqueiros e a assistência aos pescadores na solução de seus problemas econômicos e sociais.

Giulieti e Assumpção (1995) consideram que a SUDEPE teve um relevante papel no fomento e no desenvolvimento da atividade pesqueira, principalmente para as comunidades pesqueiras tradicionais, tanto como veículo de promoção social quanto como incentivadora da pesquisa voltada à piscicultura e à criação de estações de pesquisa. A SUDEPE também atuou prestando serviços de apoio às atividades pesqueiras, oferecendo apoio e qualificação aos pescadores, criando postos de fiscalização e estimulando a criação de cursos voltados à formação técnica de suporte à atividade pesqueira.

O fracasso na política dos incentivos fiscais, como meta para a expansão e modernização da atividade pesqueira, fez com que, em 1974, o governo alterasse substancialmente as perspectivas dos investimentos. Isso foi feito através do decreto-lei nº 1.376, que eliminou pontos negativos da sistemática anterior, como os custos elevados da captação dos recursos e o atraso dos cronogramas de implantação dos projetos, com consequente aumento nos custos.

Outra medida tomada pelo governo foi o saneamento das empresas que se beneficiaram com recursos dos incentivos fiscais, as quais se viram obrigadas a fazer fusões ou incorporações com outras.

Giulieti e Assumpção (1995, p. 98) esclarecem melhor a situação em foco:

> A SUDEPE, apesar da falha na sua estrutura operacional e de sua instabilidade administrativa, desde que foi criada em 1962, até sua dissolução em 1990, contribuiu para a atividade pesqueira no país. Mesmo não conseguindo implementar totalmente seus diversos Planos Nacionais do Desenvolvimento da Pesca – PNDP, estes serviram como indicativos à atividade. A atuação da SUDEPE nas áreas de pesquisa, administração pesqueira, fiscalização, levantamentos estatísticos e outras, apesar de não ter sido, em algumas delas, plenamente satisfatória, conseguiu resultados positivos. Na área de levantamentos estatísticos, por exemplo, inexistem hoje dados confiáveis que permitam estudos e análises da pesca no Brasil, sendo que somente os dados de exportação e importação de produtos pesqueiros, levantados pelo Departamento do Comércio Exterior – DECEX, do Banco do Brasil, são satisfatórios. A Secretaria de Inspeção de Produto Animal – SIPA, do Ministério da Agricultura, através do Serviço de Inspeção Federal, levantava e publicava dados confiáveis sobre

> a produção de pescado elaborados em estabelecimentos sob inspeção federal, entretanto a reforma administrativa efetuada pelo governo inviabilizou esse levantamento.

Na verdade, pode-se dizer que a SUDEPE foi uma tentativa do governo de industrializar a atividade da pesca, que teve seu auge nos anos 70, mas que, por diversos fatores, começou a ter resultados insatisfatórios. Os próprios dados estatísticos apresentados pelo órgão não eram confiáveis. A maneira como foi planejada a pesca industrial, focada na extração para produção, e com falhas administrativas e de operacionalização, entre outros motivos, fez com que esse modelo fracassasse.

Sob esse ponto de vista, Carvalho (2007) considera que as políticas públicas de desenvolvimento da pesca, promovidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), na década de 1960, não obtiveram êxito. Segundo Fonseca *apud* Carvalho (2007, p. 14), elas eram voltadas a um "projeto educativo para o capital". Por isso mesmo reiteraram os vários problemas do cotidiano da pesca e do pescador artesanal, conforme Carvalho (2007) constatou. Alguns exemplos que servem para identificar problemas estruturais do mundo da pesca são: o alto índice de analfabetismo, os impactos da expansão imobiliária nas regiões litorâneas e a incipiente assistência técnica pública, dentre outros fatores que agravam e dificultam a atividade pesqueira, principalmente a da pesca artesanal. Em específico, no que se refere ao capital humano que labora na pesca artesanal, Ferraz (2011) conclui que não há políticas de Estado que busquem o empoderamento dos pescadores artesanais; logo, estruturalmente, mantém-se

uma dependência desses trabalhadores em relação a ações e/ou projetos do poder público.

Callou e Tauk Santos (2003) afirmam que as políticas públicas de extensão pesqueira promovidas pela SUDEPE determinavam que aos pescadores artesanais coubesse apenas a adoção de pacotes tecnológicos, caracterizando esses trabalhadores como polo passivo de tais políticas.

Em 1999, é criada a medida provisória nº 1.795, que passa as atribuições de fomento da Pesca e Agricultura para o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através das Delegacias Federais de Agricultura (DFAs) nos respectivos estados da Federação, tendo uma coordenação através do Departamento de Pesca e Aquicultura – DPA.

Essa terceira fase se inicia, portanto, em 2003, com a criação dessa secretaria, em 1º de janeiro de 2003, por meio da Medida Provisória nº 103, que, entre outras determinações, criou a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (um órgão que tem caráter de Ministério), com o objetivo de assessorar, direta e indiretamente, o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aquícola no país (MPA, 2014).

A partir do ano de 2009, o Governo Federal transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), sinalizando e consolidando seu interesse em voltar a fomentar políticas públicas oficiais para o setor pesqueiro, que passou por um longo periodo de abandono institucional desde a extinção da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), no ano de 1989.

Em 2016, verifica-se que a crise que se instalou no Brasil – crise política que produziu impeachment de Dilma Rousseff

– produziu impactos expressivos sobre o segmento pesqueiro. Um exemplo dessa constatação foi o fato de Michel Temer haver extinguido o Ministério da Pesca, unificando-o com o Ministério da Agricultura, que passa a se chamar Ministério da Agricultura e Pesca. As atribuições do extinto MPA passaram, a partir de então, para a Secretaria de Aquicultura e Pesca, através de três departamentos: Planejamento e Ordenamento da Aquicultura; Ordenamento e Planejamento da Pesca e Registro; e Monitoramento e Controle da Aquicultura e Pesca.

Apesar de toda a legislação apresentada e toda as tentativas governamentais, principalmente nas últimas décadas, percebe-se que elas sucederam-se de forma desordenada e desarticulada, em que a atuação do Estado não se consolida como planejamento governamental de médio e longo prazo. Tal fato confirma que a falta de políticas governamentais no Brasil é uma importante propriedade estrutural que desestimula as novas gerações. Estas não percebem na pesca uma modernidade que as impulsione para a qualidade de vida desejada.

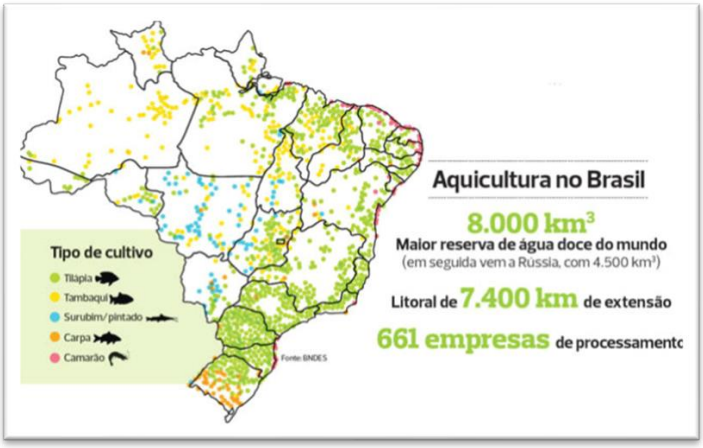
2.2.2 A produção pesqueira no Brasil: alguns indicadores de situação

Durante muito tempo, acreditou-se que o fator econômico era o único determinante do desenvolvimento. Hoje, entende-se que este apresenta muitas dimensões – econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica, as quais mantêm, umas em relação às outras, um relativo grau de autonomia. Para Haddad (2005), a capacidade de organização social é o fator endógeno por excelência para transformar o crescimento em desenvolvimento,

através de uma complexa malha de instituições e de agentes de desenvolvimento, articulados por uma cultura regional e por um projeto político regional. Essa articulação passa a ser um imperativo, em regiões "deprimidas", para o alcance do desenvolvimento regional. Na percepção de Furtado (1982, p. 36), "o verdadeiro desenvolvimento é, principalmente, um processo de ativação e canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade".

Considerando, pois, o potencial hídrico e costeiro do Brasil em relação aos demais países produtores, pode-se afirmar, categoricamente, que o país tem um potencial bastante significativo a ser explorado na atividade pesqueira, pois possui a maior reserva de água doce do mundo e também conta com 7.400 km de litoral, segundo dados do BNDES (Globo Rural, 2013). Tais características reforçam a importância do presente estudo. A Figura 1 e a Figura2 detalham esse potencial do Brasil.

Figura 1 – Aquicultura no Brasil



Fonte: Globo Rural (2013).

Figura 2 – Consumo de carnes no Brasil (kg per capita) (2006–2010)



Fonte: Globo Rural (2013).

O Brasil possui grande potencial para a pesca extrativista e de cultivo, mas o consumo de proteína no país, oriundo do pescado, ainda é baixo, situando-o na quarta posição em termos nacionais. Isso acena para a falta de prioridade governamental para estimular a população do país a consumir produtos oriundos da atividade pesqueira.

Os índices oficiais referentes à pesca extrativista nacional, apresentados pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), levam em consideração os aspectos referentes à infraestrutura de apoio à pequena produção industrial, à comercialização e distribuição do pescado e também à mão de obra utilizada nessa atividade. A pesca extrativista é considerada de pouca expressão quando se leva em consideração o contexto socioeconômico do país.

Em se tratando da geração de empregos e da fonte de alimentos para um contingente de brasileiros que vive no litoral do país e em áreas ribeirinhas, constata-se que a pesca nacional é uma das poucas atividades a absorver mão de obra de

pouca ou nenhuma qualificação, quer seja de origem urbana, quer de origem rural. Em alguns casos, a pesca é a única oportunidade de emprego, principalmente para a população excluída. Esses fatos demonstram que a pesca brasileira é um componente fundamental para a economia do país e que uma das propriedades estruturais do mundo da pesca é justamente o fato de a atividade pesqueira assentar, fundamentalmente, em mão de obra desqualificada.

Dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), apresentados no relatório do MPA (2014), indicam que o peixe é a proteína animal de maior consumo no mundo. Em 2011, foram produzidas cerca de 170 milhões de toneladas de pescado, sendo 130,8 milhões de toneladas para consumo humano, enquanto a produção de bovinos foi de 56,8 milhões de toneladas e a de frangos de 89,3 milhões de toneladas. Entre 1991 e 2011, a produção mundial de bovinos aumentou 13%, praticamente a mesma taxa de expansão do consumo humano de pescado, 14,4%, registrada em um período quatro vezes menor, entre 2006 e 2011. Ao todo, o setor movimenta US$ 217,5 bilhões em todo o mundo.

O Quadro 2 apresenta a produção total dos trinta maiores produtores mundiais de pescado (proveniente tanto da pesca extrativa quanto da aquicultura), segundo dados do Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura, de 2011. Nele, a China aparece como maior produtor mundial. O Brasil aparece na 19ª posição, mas, se comparado com os países da América Latina, aparece na 4ª posição, atrás de Peru, Chile e México, nessa ordem.

Quadro 2 – Produção total de pescado (t) dos trinta maiores produtores (2009–2010)

		2009		2010	
Posição	**País**				
		Produção	**%**	**Produção**	**%**
1º	China	60.474.99	36,95	63.495.197	37,69
2º	Indonésia	9.820.818	6,00	11.662.343	6,92
3º	Índia	7.865.598	4,81	9.348.063	5,55
4º	Japão	5.465.155	3,34	5.292.392	3,14
5º	Filipinas	5.083.218	3,11	5.161.720	3,06
6º	Vietnam	4.870.180	2,98	5.127.600	3,04
7º	Estados Unidos	4.710.63	2,88	4.874.183	2,89
8º	Peru	6.964.446	4,26	4.354.480	2,59
9º	Rússia	3.949.267	2,41	4.196.539	2,49
10º	Mianmar	3.545.186	2,17	3.914.169	2,32
11º	Chile	4.702.902	2,87	3.761.557	2,23
12º	Noruega	3.486.277	2,13	3.683.302	2,19
13º	Coreia do Sul	3.201.134	1,96	3.123.204	1,85
14º	Tailândia	3.287.370	2,01	3.113.321	1,85
15º	Bangladesh	2.885.864	1,76	3.035.101	1,80
16º	Malásia	1.874.064	1,15	2.018.550	1,20
17º	México	1.773.713	1,08	1.651.905	0,98
18º	Egito	1.092.889	0,67	1.304.795	0,77
19º	Brasil	1.240.813	0,76	1.264.765	0,75

20º	Espanha	1.184.862	0,72	1.221.144	0,72
21º	Taiwan	1.060.986	0,65	1.166.731	0,69
22º	Marrocos	1.176.914	0,72	1.145.174	0,68
23º	Canadá	1.147.952	0,70	1.126.178	0,67
24º	Islândia	1.169.597	0,71	1.086.704	0,65
25º	Dinamarca	811.882	0,50	867.523	0,52
26º	Nigéria	751.006	0,46	817.516	0,49
27º	Argentina	864.583	0,53	814.414	0,48
28º	Reino Unido	770.157	0,47	813.746	0,48
29º	Coreia do Norte	713.350	0,44	713.350	0,42
30º	França	674.455	0,41	674.404	0,40

Fonte: Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2011 – MPA (2014)

Se considerado o potencial hídrico e costeiro do Brasil em relação aos países da América Latina, pode-se dizer que o país ainda tem um potencial bastante significativo a ser explorado na atividade pesqueira. Logo, considera-se que essa situação configura um campo fértil de atuação profissional, indicando que a formação técnica pode vir a ser valorizada no processo de melhorias e profissionalização das atividades pesqueiras e aquícolas no Brasil. Os dados do Quadro 3 apresentam os resultados da pesca extrativista em 2009 e 2010, segundo registros do boletim anuário da pesca e da aquicultura apresentados pelo Ministério da Aquicultura e Pesca em 2014.

Quadro 3 – Produção da pesca (t) extrativa dos trinta maiores produtores (2009– 2010)

		2009		2010	
Posição	**País**				
		Produção	**%**	**Produção**	**%**
1º	China	15.195.766	16,78	15.665.587	17,50
2º	Indonésia	5.107.971	5,64	5.384.418	6,02
3º	Índia	4.066.756	4,49	4.694.970	5,25
4º	Estados Unidos	4.230.380	4,67	4.378.684	4,89
5º	Peru	6.920.129	7,64	4.265.459	4,77
6º	Japão	4.221.797	4,66	4.141.312	4,63
7º	Rússia	3.831.957	4,23	4.075.541	4,55
8º	Mianmar	2.766.940	3,05	3.063.210	3,42
9º	Chile	3.821.818	4,22	3.048.316	3,41
10º	Noruega	2.524.437	2,79	2.675.292	2,99
11º	Filipinas	2.605.826	2,88	2.615.753	2,92
12º	Vietnam	2.280.500	2,52	2.420.800	2,70
13º	Tailândia	1.870.702	2,07	1.827.199	2,04
14º	Coreia do Sul	1.869.415	2,06	1.745.971	1,95
15º	Bangladesh	1.821.579	2,01	1.726.586	1,93
16º	México	1.616.756	1,78	1.525.665	1,70
17º	Malásia	1.401.763	1,55	1.437.507	1,61
18º	Marrocos	1.175.437	1,30	1.143.652	1,28
19º	Islândia	1.164.432	1,29	1.081.654	1,21

20º	Espanha	918.193	1,01	968.792	1,08
21º	Canadá	993.798	1,10	965.254	1,08
22º	Taiwan	770.130	0,85	851.505	0,95
23º	Dinamarca	777.752	0,86	828.016	0,93
24º	Argentina	861.973	0,95	811.749	0,91
25º	Brasil	825.164	0,91	785.366	0,88
26º	África do Sul	524.065	0,58	636.927	0,71
27º	Nigéria	598.210	0,66	616.981	0,69
28º	Reino Unido	591.064	0,65	612.655	0,68
29º	Camboja	465.000	0,51	490.094	0,55
30º	Turquia	464.233	0,51	485.939	0,54

Fonte: Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2011 – MPA (2014).

Os dados do Quadro 3 demonstram que a China, em 2010, como nos anos anteriores, manteve-se como maior produtor do mundo, com cerca de 15,7 milhões de toneladas de pescado, oriundo da pesca extrativista, seguida pela Indonésia, com 5,4 milhões de toneladas; Índia, com 4,7 milhões de toneladas; e os Estados Unidos, com 4,4 milhões de toneladas. O Brasil aparece nesse ranking com uma produção de 785.366 t, ocupando a 25° posição. Um dado a considerar é o fato de que o país caiu duas posições em relação ao ranking de 2009, o que significa uma notável diminuição de produtividade extrativista pesqueira.

No que se refere à produção aquícola mundial de 2010, a China também se manteve como o maior produtor, com aproximadamente 47,8 milhões de toneladas. A Indonésia e a Ín-

dia aparecem na segunda e terceira posições, com cerca de 6,3 milhões e 4,6 milhões de toneladas, respectivamente. Nesse cenário, o Brasil ocupa a 17ª posição no ranking mundial, com 479.399 t, em 2010, mantendo a mesma posição em relação a 2009. Quanto aos países da América do Sul, apenas o Chile produziu mais que o Brasil, com 713.241 toneladas, sendo o 1º produtor na América do Sul. Na terceira posição, está o Equador, com 271.919 t em 2010.

O Quadro 4 apresenta os dados referentes à produção de pescado em toneladas no Brasil, de acordo com a produção por região, nos anos de 2010 e 2011.

Quadro 4 – Produção (t) nacional da pesca extrativa marinha (2010–2011)

Regiões e Unidades da Federação	2010	2011
BRASIL	536.454,9	553.670,0
NORTE	93.450,2	94.265,3
Amapá	5.865,2	6.756,0
Pará	87.585,0	87.509,3
NORDESTE	195.842,1	186.012,0
Alagoas	9.511,0	10.702,0
Bahia	74.043,0	59.293,0
Ceará	21.254,7	21.788,0
Maranhão	43.780,1	44.599,0
Paraíba	8.337,3	9.140,0
Pernambuco	10.918,3	10.880,0
Piauí	2.994,1	4.119,0

Rio Grande do Norte	19.962,5	19.364,0
Sergipe	5.041,1	6.127,0
CENTRO OESTE		
SUDESTE	90.588,7	114.877,3
Espírito Santo	14.035,7	14.381,3
Rio de Janeiro	54.113,0	78.933,0
São Paulo	22.440,0	21.563,0
SUL	156.573,9	158.515,4
Paraná	3.141,0	2.170,4
Rio Grande do Sul	28.455,9	34.385,0
Santa Catarina	124.977,0	121.960,0

Fonte: Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2011 – MPA (2014).

Os dados apresentados corroboram que a atividade pesqueira no Brasil, apesar de ser uma alternativa potencial para a economia do país, ainda é pouco explorada. Assim, o topico seguinte tratará dos desafios quanto à valorização da atividade pesqueira.

2.2.3 Os desafios da atividade pesqueira no Brasil

São inúmeros os desafios para alavancar a atividade pesqueira e aquícola no Brasil dados os enormes gargalos e descasos com essa importante atividade. O Brasil, mesmo apresentando vocação natural para a atividade pesqueira, por possuir mais de 8 mil quilômetros de costa oceânica, além de uma das maiores bacias hídricas do planeta e ainda contar com enor-

me potencial nas terras continentais para o cultivo e produção de origem aquática, não conseguiu tornar essa vocação uma realidade de desenvolvimento econômico e social para o país.

Para melhor visualizar o quadro ora delineado, basta atentar para a descrição bem fundamentada, em dados, do MPA (2014, p. 12):

> A atividade pesqueira brasileira gera um PIB nacional de R$ 5 bilhões, mobiliza 800 mil profissionais e proporciona 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos. A meta do Ministério da Pesca e Aquicultura é incentivar a produção nacional para que, em 2030, o Brasil alcance a expectativa da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e se torne um dos maiores produtores do mundo, com 20 milhões de toneladas de pescado por ano. Hoje o país ocupa a 17ª posição no ranking mundial na produção de pescados em cativeiro e a 19ª na produção total de pescados.

Por sua vez, o artigo *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, de 22 de abril de 2016, apresenta a seguinte conjuntura.

A economia brasileira passa por um momento delicado. No ano de 2015, o produto interno bruto (PIB) caiu 3,80% em relação a 2014, a maior queda da série histórica iniciada em 1996. O PIB per capita recuou 4,60% em relação ao ano anterior. Esses números comprovam a tendência de enfraquecimento da atividade que já se observava na segunda metade de

2014. Por sua vez, em relação à inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 10,67% em 2015, contra 6,41% em 2014. Além da queda no nível de atividade e da inflação elevada, a retração dos investimentos é também um fato relevante na medida em que aponta ser improvável uma recuperação rápida na produção de bens, podendo dificultar, portanto, uma retomada no mercado de trabalho. Além disso, o maior peso da restrição fiscal limita sobremaneira a adoção de políticas governamentais para criar condições mais propícias para essa retomada (IPEA, 2016, p. 11).

É nesse cenário que as perspectivas para a atividade pesqueira se tornam duvidosas, pois o secular descaso governamental para com essa atividade, como a ausência de políticas de valorização e o maior estímulo à atividade pesqueira industrial, determina o mínimo interesse, sobretudo, para a pesca artesanal. Essa difícil realidade exige investimentos de toda natureza se quisermos, de fato, consolidar um polo de produção pesqueiro. O custo de embarcações, manutenção, logística de apoio, infraestrutura e falta de profissionalização são alguns desses gargalos. Eles mostram que, estruturalmente, trata-se de uma atividade de elevados custos de operação. Isso denuncia que uma das propriedades estruturais poderá decorrer da continuidade dos baixos investimentos, que impedem o desenvolvimento e modernização do mundo da pesca.

No tocante à ocupação de postos de trabalho na atividade pesqueira, dados do IPEA (2016) apresentam a seguinte situação. Entre as propriedades estruturais também se deva considerar a persistente continuidade da pesca artesanal baseada em empresas familiares ou individuais, que fornecem a grande maioria da mão-de-obra envolvida na atividade pesqueira.

Já a pesca industrial, embora mais profissionalizada, continua a absorver apenas uma pequena parte dessa mão-de-obra.

Mencione-se, inicialmente, que, em 2013, os pescadores artesanais (autônomos, não remunerados e voltados à produção para o próprio consumo) correspondem à ampla maioria dos pescadores brasileiros (90,3% ou 440.266 trabalhadores). Já os pescadores industriais (assalariados com ou sem carteira de trabalho) equivalem à minoria (9,7% ou 47.884 trabalhadores). Em outros termos, no conjunto dos trabalhadores envolvidos com a atividade pesqueira no país, destacam-se aqueles da atividade artesanal. No lapso entre 2003 e 2013, os pescadores artesanais aumentaram em número no país, destacando-se os de subsistência (89.023, em termos absolutos, ou 212,0%, em termos relativos). Os pescadores profissionais apresentaram uma dinâmica um pouco menos expressiva – se não em termos absolutos (88.636), ao menos em termos relativos (40,2%). Ou seja, os trabalhadores dedicados à pesca artesanal cresceram em número nos últimos dez anos, principalmente aqueles envolvidos com a pesca de subsistência (IPEA, 2016, p. 65).

O que se verifica nos dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA é que, de 2003 a 2013, cresceu significativamente o número de trabalhadores na atividade pesqueira artesanal, enquanto que na atividade pesqueira industrial, a quantidade de trabalhadores não chegou a 10% de seu total no país.

A criação, em 2003, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, pelo então governo Lula (que, em 2009, passa a ministério), provocou uma reação do Estado quanto a vislumbrar o crescimento potencial da atividade pesqueira e aquícola

no país. Contudo, essas são políticas frágeis que, na atual conjuntura econômica, social e política e com o impeachment da então presidenta Dilma, passaram a ser questionadas e descontinuadas. Um exemplo é o fato de o Ministério da Pesca e Aquicultura passar recentemente a integrar o Ministério da Agricultura, com sinais preocupantes quanto ao possível retrocesso nas políticas voltadas à atividade pesqueira no Brasil.

A interrupção e ruptura de políticas governamentais voltadas à pesca e aquicultura no Brasil confirmam o desinteresse do Estado brasileiro em promover um processo de intervenção capaz de impulsionar e modernizar a atividade. De um modo geral os dados estatísticos confirmam que a pesca artesanal predomina no Brasil. O pescador artesanal é desvalorizado, agindo na informalidade sem acesso a direitos trabalhistas básicos e entregue a todo tipo de dificuldades. Aqui, se vislumbra outra importante propriedade estrutural do mundo da pesca, que decorre da falta de apoio legal e direitos básicos assegurados pela legislação trabalhista brasileira.

Por inúmeras razões, a atividade pesqueira, tanto de exploração quanto de cultivo no Brasil, nunca ganhou destaque e importância ao longo da formação econômica do país. Desde o Brasil Colônia, a pesca já era preterida em favor do fortalecimento da agricultura e da pecuária. Essa situação promoveu um descaso com a pesca enquanto atividade econômica e, consequentemente, a precarização da atividade pesqueira das populações tradicionalmente afeitas a essa atividade ao longo de toda a costa do Brasil, além das atividades de exploração pesqueira de rios e lagos em todo o país.

Os dados apresentados pelo Anuário da Pesca de 2011 demonstram que o Brasil possui um enorme potencial para a

pesca industrial. No entanto, a falta de política de governo que incentive e impulsione a iniciativa empresarial deixa a desejar. A exploração da pesca industrial no Brasil precisa urgentemente de políticas que atendam à modernização da atividade, que deem suporte à infraestrutura de apoio à produção, logística de distribuição, beneficiamento e comercialização. Tudo isto deve ser associado à formação profissional de nível técnico e superior nas diversas etapas da cadeida produtiva da atividade pesqueira, que dê suporte ao desenvolvimento social e econômico desta atividade.

2.3 A situação do mundo da pesca na Região Nordeste

Segundo o boletim anuário da pesca, em 2011, a Região Nordeste do Brasil foi responsável pela maior parcela da produção nacional, com 186.012,0 t, porém apresentou uma queda de aproximadamente 5,0% em relação a 2010. A Região Sul ficou em segundo lugar, com 158.515,4 t. Para a Região Norte, foram registrados 94.265,3 t em 2011 (33,6% do total capturado), caracterizando um aumento de 5,0% em relação a 2010 (9.830,0 t). A produção pesqueira da Região Sudeste aumentou aproximadamente 26,8% de 2010 para 2011, passando de 90.588,7 t para 114.877,3 t de pescado.

Pode-se observar pelos dados apresentados, que a Região Nordeste tem se destacado como importante região de produção de pescado para o país.

No cenário nacional (Quadro 4), o que se verifica, no Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura de 2011, é que o estado

de Santa Catarina foi o maior produtor de pescado oriundo da pesca extrativa marinha, com 121.960,0 t, contribuindo com 22% da produção nacional dessa modalidade. Em segundo lugar, ficou o estado do Pará, com uma produção de 87.509,3 t, representando 15,8% da produção total em relação à pesca extrativista. O Rio de Janeiro foi o terceiro maior produtor nacional em 2011, com 78.933,0 t (14,3% do total), registrando um acréscimo de aproximadamente 45,0% em relação a 2010. Na Bahia, foi registrada uma queda de 19,9% na produção da pesca marinha, que passou de 74.043 t, em 2010, para 59.293 t em 2011, ficando com a quarta posição no ranking dessa modalidade. Em seguida, aparecem os estados do Maranhão, com 44.599 t, com aproximadamente 2% a mais do que os observados em 2010 e o Rio Grande do Sul, com 34.385 t, apresentando um incremento de 20,8% em relação a 2010. Os estados do Ceará e de São Paulo produziram 21.788 t e 21.563 t, respectivamente. Nesses indicadores, dos 27 estados do Brasil, o Rio Grande do Norte aparece como o 9º maior produtor, com uma produção de 19.364 t, em 2010.

Um dado importante referente à produção aquícola por região e por estado no anuário estatístico da Pesca e Aquicultura do MPA 2011, apresentado no Quadro 5, é o fato de o estado do Rio Grande do Norte aparecer como segundo maior produtor de pescado, no que se refere à aquicultura. Isso se deve ao potencial do estado para a atividade que vem ganhando destaque na economia local.

Quadro 5 – Produção de pescado (t) da aquicultura marinha em 2011

Regiões e Unidades da Federação	Produção 2011
BRASIL	84.214,3
NORTE	140,5
Pará	140,5
NORDESTE	65.211,4
Maranhão	287,6
Piauí	1.691,6
Ceará	29.095,4
Rio Grande do Norte	22.299,7
Paraíba	2.068,7
Pernambuco	4.554,8
Alagoas	0,0
Sergipe	665,9
Bahia	4547,7
SUDESTE	72,9
Espírito Santo	0,0
Rio de Janeiro	43,2
São Paulo	29,7
SUL	18.789,5
Paraná	168,0
Santa Catarina	18.621,49
Rio Grande do Sul	0,0

Fonte: Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2011 – MPA (2014).

Deve-se levar em consideração o importante papel do Rio Grande do Norte na produção aquícola; em especial, na produção de camarão em cativeiro. Destaca-se também que a microrregião salineira do estado, onde se situa o município de Macau, local do objeto do presente estudo, é uma das maiores produtoras do estado. Desse modo, existe um potencial já explorado, mas que precisa de apoio e de incentivos para se modernizar. Com isso, seria possível a verificação de melhores resultados econômicos e sociais como consequência da aquicultura e da exploração pesqueira em Macau, com transbordamentos para o desenvolvimento do município e da região.

Segundo o boletim estatístico da pesca e aquicultura de 2011, lançado em 2014, quando analisada a distribuição dos registros da atividade pesqueira por estados da federação, os quatro estados que comportam o maior número de pescadores são o Pará, a Bahia, o Maranhão e o Amazonas, representando, respectivamente, 20,1%; 12,7%; 12,2%; e 6,9% do total de pescadores registrados no país.

O mesmo Boletim apresenta dados importantes no tocante à questão de gênero, pois cerca de 64% dos pescadores registrados são do sexo masculino e 36% do sexo feminino. Quando observado esse particular, em se tratando da região Nordeste, verifica-se que essa é a região do Brasil que apresenta a proporção mais igualitária entre os gêneros, assinalando também o maior número de mulheres profissionais da pesca, regularmente registradas como pescadoras, representando 41,9% do total, contra 58,1% de homens. A proporção mais desigual entre os gêneros está na Região Sudeste, que finalizou 2009 com 78% de homens e apenas 22% de mulheres.

Quanto aos dados referentes à idade dos trabalhadores que atuam na pesca e aquicultura no Brasil, observa-se que, das cinco regiões do Brasil, as regiões Norte e Nordeste do país são aquelas em que predominam trabalhadores com menos de 40 anos. Já nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, acontece o inverso. O estado do Pará, segundo o Anuário 2011, é o que possui o maior número de pescadores com idade abaixo de 40 anos, representando 58,6% do total de seus profissionais. Em segundo lugar, está o Acre, também na região Norte, com 57,9% de pescadores com menos de 40 anos, seguido pelos estados do Amapá e do Maranhão (52,3% cada). No lado oposto, com a menor proporção de pescadores com idade menor ou igual a 40 anos, está o Distrito Federal, com 100 pescadores nesta faixa, o equivalente a 31,7% do total de profissionais. A seguir aparece o estado de São Paulo, com 31,8% e Minas Gerais, com 33,3% nessa faixa etária.

No tocante à contratação de mão de obra nos estabelecimentos aquícolas, considerando a distribuição de funcionários contratados para cada tipo de relação trabalhista, permanente e temporária, o que se verifica é que a maioria dos empreendimentos, precisamente 86,5% das propriedades, empregam até 5 funcionários permanentes, ao passo que 81% empregam até 5 funcionários temporários, de acordo com o Censo Aquícola de 2009–2010. Portanto, pode-se considerar que são empreendimentos de pouca utilização de mão de obra permanente, indicando que o setor é bastante reticente quanto às contratações. Esses dados deixam subentender que essa atividade é também de baixa absorção de pessoal, algo que parece ser prova de uma das propriedades estruturais do mundo da pesca, identificadas anteriormente. Em contrapartida,

pode ser um segmento que, uma vez estimulado, tem muito potencial de crescimento, com propensão a novos empreendimentos que fomentem a absorção de mão de obra qualificada.

Uma maneira de estimular a criação de empreendimentos formais é através de incentivos à criação de cooperativas e associações que levem pescadores e pequenos produtores aquícolas a se organizarem para melhorar as condições sociais e a capacidade produtiva. Um dado a considerar no boletim estatístico da pesca e aquicultura 2008-2009 é que, dos empreendimentos pesquisados pelo censo, apenas 4,4% são cooperativistas, enquanto 25,2% são associações. A existência de cerca de 8% de produtores organizados em espaços coletivistas revela uma grande lacuna a ser preenchida na organização produtiva da atividade aquícola do país, reforçada pela existência de apenas 15% de produtores aquícolas cooperativados em atividade no ano de 2008.

Nas esntrevistas realizadas nesta pesquisa, os servidores do IFRN – *Campus* Macau consideram que as áreas de pesca e aquicultura sempre foram marginalizadas e, por isso, oferecem poucas oportunidades de trabalho. Isso se traduz na relação do brasileiro com o pescado, pois seu consumo no país é muito baixo. Esses fatores fazem com que a pesca seja somente lembrada pelos governantes como mecanismo para a satisfação de interesses políticos em períodos eleitorais, com votos em troca de acesso aos benefícios sociais (seguro desemprego, por exemplo). Na prática, o meio ambiente (espécies e ambiente) é tratado como mero recurso infindável, que não sofre com o uso e os impactos humanos.

A pesca artesanal parou no tempo. Há vários fatores que corroboram essa afirmação, como o uso de embarcações rudi-

mentares, métodos de captura depredatórios, técnicas arcaicas de conservação de pescado e falta de modelos de gestão pesqueira. Tais fatores indicam que algumas das suas propriedades estruturais mais repulsivas continuam a se reproduzir no espaço e no tempo, nos termos do conceito de dualidade da estrutura de Giddens.

Os dados estatísticos apresentados confirmam que, no Brasil, a exploração da pesca e aquicultura é muito modesta quando comparada com outros países. Isso, mesmo com a dimensão territorial que o país possui, com uma das maiores reservas hídricas do mundo e uma vasta costa de oceano. Tal incongruência vem a confirmar que, ao longo da sua história, essa atividade nunca foi prioridade para a economia do Brasil.

2.4 A situação do mundo da pesca no estado do Rio Grande do Norte

Antes mesmo de estabelecer uma cronologia entre os fatos mais relevantes no cenário da pesca e aquicultura no estado do Rio Grande do Norte, vale registrar a sua conjuntura recente (1999-2016), e sublinhar o papel que os órgãos estatais e parceiros públicos ou privados tiveram na consolidação do seu setor pesqueiro.

A cronologia aqui apresentada, a partir de 1999, deve-se à disponibilidade de dados de uma nova década e representa a passagem de milênio quando, no Brasil, se iniciam as primeiras discussões sobre os novos requisitos para o desenvolvimento, após a estabilização monetária, sendo o segmento pesqueiro um dos vetores desse desenvolvimento pretendido.

Nessa perspectiva, em 1999, o então pouco mencionado termo "polo atuneiro" ganhou destaque em âmbito regional, com a publicação de um artigo no jornal potiguar O Poti, periódico impresso de ampla circulação no estado até meados do ano de 2012. O referido tema ganha notoriedade em virtude, entre outros fatores, do sucesso de uma empresa pesqueira que executava suas atividades de pesca e comercialização no RN. Em síntese, o polo almejava inserir práticas agregadoras de valor aos pescados mediante a concepção de planta industrial para envasamento dos produtos, além da geração de emprego e renda para a população.

Tendo em vista a importância da integração entre as diversas áreas governamentais, a fim de consolidar a formação de uma agenda pública unificada em torno da discussão, em 3 de outubro de 2001, a Associação das Empresas de Pesca, contando com o apoio do Ministério da Agricultura e a parceria com o Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DEPEC/UFRN), realizou uma solenidade na Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) para o lançamento do Complexo Industrial Atuneiro do Rio Grande do Norte.

No campo político, em 2002, as eleições gerais consagraram Wilma de Faria no governo estadual e Luiz Inácio Lula da Silva na presidência do país. Esses dois fatos foram de fundamental importância para a área de pescados brasileira, pois a então governadora Wilma de Faria inseriu a carcinicultura no rol das prioridades do governo do RN, e o então presidente Luís Inácio Lula da Silva, cumprindo promessa de campanha, criou a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), vinculada à Presidência da República, que, posteriormente, em 2009, foi transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

Com a crescente consolidação da aquicultura, a questão do correto tratamento e manuseio dos peixes exigiu estudos na área, até para valorizar os produtos, possibilitando o surgimento em cadeia de outros produtos. Nesse sentido, em 2003, celebrou-se convênio entre o Governo do RN e o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS, com o propósito de recuperar e ampliar a Estação de Piscicultura Estevam de Oliveira, em Caicó, cidade distante cerca de 270 quilômetros da capital (Natal), o qual possibilitou a ampliação da produção de 3 milhões de alevinos por ano, para 9 milhões, proporcionando uma nova dinâmica expansionista aos produtores (Cortez, 2009).

Posteriormente, em 2003, o Programa de Equalização Econômica do Preço do Óleo Diesel para Embarcações Pesqueiras foi instituído, tendo sido considerado por especialistas da área como um dos mais relevantes para o segmento, fundamental ainda para a competitividade dos barcos nacionais frente à frota internacional, já beneficiada com subsídios dos seus respectivos países. Em um novo patamar, as exportações oriundas do cultivo de camarões e da captura de peixes e lagostas alçaram o Rio Grande do Norte à condição de maior exportador de pescados do país.

No campo da educação, partindo do pressuposto de que a qualificação técnica e profissional tornam-se ferramentas de emancipação social e apoiam o desenvolvimento de economias locais, a UFRN institui, no ano de 2007, o curso superior de Aquicultura, nível bacharelado. O objetivo do curso é oferecer a capacitação necessária para o cultivo, a captura e a industrialização de organismos aquáticos, estudando e aplicando métodos e tecnologias para localizar, capturar, beneficiar e

conservar peixes, crustáceos e frutos do mar. Outras grandes instituições de ensino superior públicas, no estado, também lançaram cursos relacionados à área: a Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, em Mossoró, instalou o Curso Superior de Engenharia de Pesca; e, em 2009, o IFRN criou o Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, em Macau, o mais importante polo produtor de pescados do litoral norte do estado.

Igualmente importante para o desenvolvimento do setor pesqueiro são as inovações de processos trazidas pelas empresas instaladas em território norte-rio-grandense. Entre estas, ganha destaque a Norpeixe Indústria e Comércio de Pescado Ltda., situada no bairro da Ribeira, em Natal. Um exemplo de inovação que esta realiza é que, de posse de elevados recursos tecnológicos, os peixes passam a ser catalogados, com a notação de registro da data, hora, local e temperatura ambiente aferidas no ato da captura (Cortez, 2012).

Com base nos dados do Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura (MPA, 2014), a produção de pescado nacional para o ano de 2011 registrou aumento de aproximadamente 13,2% em relação a 2010. A pesca extrativa marinha continuou sendo a principal fonte de produção de pescado nacional, 38,7% do total, seguida pela aquicultura continental, 38,0%, pesca extrativa continental, 17,4% e aquicultura marinha, 6%. Em 2011, a região Nordeste continuou registrando a maior produção de pescado do país, respondendo por 31,7% da produção nacional. As regiões Sul, Norte, Sudeste e Centro-Oeste registraram 23,5%, 22,8%, 15,8% e 6,2%, respectivamente.

A região Nordeste foi a que teve melhor desempenho, alçando o estado do Rio Grande do Norte à 4ª posição em decorrência da produção total da região. Na pesca extrativista, o es-

tado ficou também na 4ª posição, ocupando ainda o 3º lugar na aquicultura. Na comparação com todos os estados brasileiros, o RN fica entre os dez maiores produtores de pescado do país. Não resta, pois, qualquer dúvida quanto ao fato de que o estado tem potencial natural para a atividade pesqueira. No entanto, é preciso que haja mais incentivos através de políticas governamentais que incrementem essa atividade.

O estado do Rio Grande do Norte possui 410 km de extensão da costa oceânica propícia à atividade pesqueira, bem como rios e lagos que permitem a exploração dessa atividade milenar. Segundo Cortez (2012), algumas comunidades pesqueiras do RN ainda pescam "como pescava São Pedro"[2]. A pesca artesanal, ainda segundo Cortez (2012), está organizada a partir da constituição de 80 colônias de pescadores com 15,9 mil pescadores cadastrados. Dessas 80 colônias existentes, apenas 30 se encontram na costa litorânea, 50 estão no interior do estado, atuando de forma precária, com pouca ou quase nenhuma assistência direta dos órgãos de apoio ou incentivo à profissionalização da atividade pesqueira.

A atividade convive com inúmeros conflitos entre os pescadores e os órgãos de controle ambiental, como citado por Cortez (2012). Um exemplo é o caso da lagosta, cuja pesca é motivo de conflito quanto à técnica de captura permitida e aquela praticada pelos pescadores. Tal conflito parece indicar que o apego ao uso de técnicas tradicionais pelos pescadores é também indicador de uma resistência à inovação, o que

2. Antônio Alberto Cortez é economista, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e subsecretário de pesca e aquicultura da Secretaria Estadual de Agricultura e Pesca (SAPE) do Rio Grande do Norte entre (2007-2009) e (2015-atual).

configura uma relevante propriedade estrutural do mundo da pesca. Além disso, registram-se outras dificuldades, em que fatores tais como a venda do produto capturado, a falta de incentivos e a ausência de financiamentos que modernizem a atividade podem também indicar a existência de outras propriedades estruturais próprias daquele mundo.

Tudo isso debita-se à falta de políticas que estimulem a modernização e profissionalização dessa importante atividade econômica. Os pescadores esperam, há décadas, por políticas públicas que ao menos auxiliem na busca por seus direitos de cidadãos. Isso porque, historicamente, eles são representados pela sociedade urbana, que os qualifica como cidadãos de segunda categoria, como afirma Cortez (2012). O autor aponta como alternativa a instituição de políticas públicas que atuem em atividades ligadas à extensão pesqueira e que contemplem o que ele chama de diversidade metodológica, ou seja, que levem em conta as questões ambientais, a diversidade cultural e o contexto social das comunidades pesqueiras. Não esquecendo que tal diversidade também deve incluir a fauna, os costumes, os hábitos, os valores e as células familiares que formam a base dessas comunidades.

Sabendo que gargalos seculares emperram o desenvolvimento da atividade pesqueira, na qual predomina como recurso humano uma população de pescadores bastante envelhecida – importante propriedade estrutural do mundo da pesca –, podemos descortinar uma outra propriedade estrutural, que consiste no fato de a atividade piscatória realizar-se em condições de insalubridade e fadiga extrema. Boa parte das tarefas requer a força bruta, devido ao uso de técnicas rudimentares que são repassadas de geração a geração, princi-

palmente no que se refere à pesca artesanal (predominante no estado do Rio Grande do Norte).

Alguns dos testemunhos recolhidos nas entrevistas realizadas ilustram bem o que foi referido acima. Por exemplo, na visão do empresário entrevistado, a pesca local é totalmente artesanal e está em constante decadência. Como fator principal dessa decadência, ele aponta o modo de pesca que ainda é muito arcaico; tanto é que as novas gerações não querem atuar na pesca artesanal.

Em concordância com o referido pelo empresário, também os servidores do IFRN – *Campus* Macau entrevistados consideram as condições de vida das comunidades pesqueiras como sendo de vulnerabilidade social e econômica. Eles alegam que as dificuldades são inúmeras, registrando-se, entre tantas, o fato de serem situadas em locais de difícil acesso, de viverem à mercê da própria sorte, uma vez que políticas públicas de apoio não chegam a essas comunidades, o que lhes rende uma baixa qualidade de vida; em suma, são tidas como comunidades estagnadas, sem perspectivas de desenvolvimento.

Recorrendo a Giddens (2000), identificam-se nos relatos de Cortez e nos depoimentos coletados nas entrevistas algumas propriedades estruturais que caracterizam o mundo da pesca na região em que se situa o IFRN. Nesta, as regras e recursos que caracterizam a atividade pesqueira, em especial no subsistema da pesca artesanal, não despertam nos jovens o interesse em se tornarem agentes de transformação estrutural.

Ainda segundo Cortez (2012), outro problema grave que pode afetar a situação da pesca oceânica é a perceptível diminuição dos estoques pesqueiros. Como alternativa, o autor

sugere o estímulo à aquicultura para, assim, potencializar o setor, minimizando o impacto da diminuição dos estoques pesqueiros oceânicos.

Como propostas de intervenção, Cortez (2012) registra (como ponto positivo no processo de melhorias para a atividade pesqueira) as políticas do Governo Federal, os programas de inclusão do pescado na merenda escolar, com ênfase à pesca artesanal, o Plano Safra da Pesca, implantado pela presidenta Dilma Rousseff, e também a própria criação do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPE, em 2003, que, pela primeira vez na história recente do Brasil, procurou criar metas focadas na valorização da atividade pesqueira, atuando na composição da matriz de produção econômica do país.

Todavia, segundo os depoimentos dos servidores do IFRN, a área da pesca e da própria aquicultura sempre foram política e socialmente marginalizadas; continuando a oferecer poucas oportunidades de trabalho qualificado. Isso traduz a relação da população brasileira com o pescado, pois seu consumo no país é muito baixo.

Confirmam-se nestes depoimentos as várias importantes propriedades estruturais, atrás identificadas, que se reproduzem continuamente na estruturação do mundo da pesca. Tendencialmente de teor negativo, não será surpreendente que tais propriedades estruturais sejam repulsivas e contribuam para a desmotivação dos jovens em se tornarem agentes de transformação do mundo da pesca, mesmo que, para isso, recebam formação técnica superior da parte do IFRN.

2.5 A situação do mundo da pesca no município de Macau – RN

O município de Macau situa-se na microrregião salineira do estado do Rio Grande do Norte, uma região composta por 11 municípios: Areia Branca, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Grossos, Guamaré, Macau, Mossoró, Pendências, Porto do Mangue, Serra do Mel e Tibau. O então povoado de Macau foi fundado pelo capitão português Martins Ferreira e seus genros. Cresceu impulsionado pela produção de sal e foi desmembrado do município de Angicos, tornando-se um novo município potiguar no dia 2 de outubro de 1847. Geograficamente, o município está localizado no norte do estado, na região do Baixo Açu, situado a 190 km de distância da capital do estado, tendo uma área territorial de 750 km^2, onde residem aproximadamente 28 mil pessoas. Macau é abastecida pelas águas da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que chegam através de adutora. No aspecto econômico, Macau se desenvolveu com a produção salineira. O município continua sendo o maior produtor de sal do país. Também conta com a produção de petróleo e é rico na matéria-prima da barrilha (Macau (RN), s.d.).

Para uma melhor compreensão geográfica, apresenta-se o mapa da localização de Macau.

Figura 4 – Localização de Macau, Rio Grande do Norte (Brasil)



Fonte: Crônicas Macauenses, s/d.

O apoio à melhoria no processo de produção, somado à organização social que oriente, capacite e apoie a produção, o processamento e a comercialização da pesca no município de Macau e em todo o estado do RN, tornarão possível a criação de uma cadeia sustentável de negócios que dê importância e que valorize a formação técnica. Isso é necessário para que essa mão de obra qualificada possa ser absorvida, fomentando o desenvolvimento das atividades pesqueiras e a geração de novos empreendimentos que estimulem, modernizem e impulsionem a atividade.

Segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, em 2014, a produção pesqueira nacional, que engloba a pesca extrativa marinha (553.670,0 toneladas), a aquicultura continental (544.490,0 toneladas), a pesca extrativa continental (249.600,2 toneladas) e a aquicultura marinha (84.214,3 toneladas), alcançam 13,2% a mais do que no ano de 2010, totalizando 1.431.974,4 toneladas.

Ainda analisando o Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura de 2011 (MPA, 2014), constata-se que a região Nordeste continua respondendo pelo maior percentual de produção pesqueira no país, com 31,7%, o que corresponde ao total de 454.216,9 toneladas. Assim, a região supracitada manteve-se como a maior produtora nacional, já que, no ano de 2010, a produção foi de 410.532, toneladas (MPA, 2014) e, nos anos de 2008 e 2009, as produções pesqueiras foram de 374.815 toneladas respectivamente.

No Quadro 6, verifica-se que, em 2011, os maiores produtores na atividade da pesca foram os estados do Maranhão (102.868,2 toneladas), da Bahia (102.052,7 toneladas), do Ceará (98.256,8 toneladas), do Rio Grande do Norte (49.932,2 toneladas), de Pernambuco (27.647,3 toneladas), do Piauí (25.112,1 toneladas), da Paraíba (19.032,0 toneladas), de Alagoas (17.636,0 toneladas) e de Sergipe (11.679,7 toneladas) (MPA, 2014). O estado do Rio Grande do Norte manteve-se como quarto maior produtor regional, embora tenha tido um decréscimo de 4.356,3 toneladas em sua produção, quando em comparação com o ano de 2010 (MPA, 2014).

Quadro 6 – Produção de pescado (t) no Brasil por modalidade no período de 2010 e 2011

	2010			2011		
REGIÕES E ESTADOS	**Pesca Extrativa**			**Aquicultura**		
	Subtotal (t)	**Subtotal (t)**	**Total (t)**	**Subtotal (t)**	**Subtotal (t)**	**Total (t)**
BRASIL	785.366,3	479.398,6	1.264.764,9	803.270,2	628.704,3	1.431.974,4
NORTE	**232.176,6**	**41.839,0**	**274.015,6**	**231.409,8**	**94.718,5**	**326.128,3**
Acre	1.904,2	4.108,7	6.012,8	2.002,8	5.988,3	7.991,1
Amapá	15.719,7	757,8	16.477,6	16.647,2	1.032,0	17.679,2
Amazonas	70.896,0	11.892,2	82.788,2	63.743,3	27.604,2	91.347,5
Pará	138.534,0	4.544,2	143.078,2	142.912,0	10.420,4	153.332,3
Rondônia	2.889,0	9.490,6	12.379,6	3.791,3	12.098,9	15.890,3
Roraima	396,9	4.067,9	4.464,8	386,2	25.162,9	25.549,1
Tocantins	1.836,9	6.977,5	8.814,4	1.927,1	12.411,8	14.338,9
NORDESTE	**264.625,6**	**145.906,4**	**410.532,1**	**248.531,9**	**199.504,0**	**454.216,9**

Alagoas	9.949,7	9.290,6	19.240,3	11.169,8	6.466,2	17.636,0
Bahia	91.712,9	22.817,4	114.530,3	70.620,4	25.251,3	102.052,7
Ceará	32.889,8	59.310,8	92.200,6	33.095,1	65.161,7	98.256,8
Maranhão	69.724,5	1.923,2	71.647,8	70.342,5	32.525,7	102.868,2
Paraíba	10.264,9	3.191,3	13.456,2	11.116,7	7.915,2	19.032,0
Pernambuco	14.650,0	6.232,1	20.882,1	14.849,1	12.798,2	27.647,3
Piauí	5.125,2	6.049,1	11.174,3	6.419,8	39.300,4	25.112,1
Rio Grande do Norte	24.374,5	29.914,0	54.288,5	23.892,4	32.835,5	49.932,2
Sergipe	5.934,0	7.178,0	13.111,9	7.026,1	4.653,6	11.679,7
SUDESTE	**113.865,2**	**71.770,7**	**185.635,9**	**139.323,3**	**86.909,9**	**226.233,2**
SUL	**161.657,5**	**150.042,5**	**311.700,0**	**163.987,5**	**172.463,9**	**336.451,5**
CENTRO-OESTE	**13.041,3**	**69.840,1**	**82.881,4**	**13.836,6**	**75.107,9**	**88.944,5**

Fonte: Boletim Estatístico da Pesca e aquicultura 2011 – MPA, 2014.

O Rio Grande do Norte possui uma costa que apresenta duas feições (uma setentrional e outra oriental), sendo caracterizada por 76 comunidades pesqueiras (Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997, p. 6), espraiadas por 19 municípios costeiros: Baia Formosa, Canguaretama, Tibau do Sul, Senador Georgino Avelino, Nísia Floresta, Parnamirim, Natal, Extremoz, Maxaranguape, Touros, Pedra Grande, São Bento do Norte, Galinhos, Guamaré, Macau, Porto do Mangue, Areia Branca e Grossos. As colônias de pescadores denominadas Z-41 e Z-42, no município de Macau, são responsáveis por 70% da produção do pescado do estado do RN. No total, comandam 150 barcos de pesca em mar aberto e mais uns 100 de pesca na costa (barcos menores) (Mendes, Macedo e Costa – CONGIC, 2012).

Percebe-se que a pesca é parte importante da economia do município de Macau. No entanto, registra-se notável disparidade entre a produção pesqueira e seu retorno social e econômico, uma vez que quase tudo fica concentrado nas mãos de poucos que se beneficiam com essa atividade, enquanto as comunidades carecem de apoio, de infraestrutura e de melhorias que impactem em melhor qualidade de vida para os pescadores e suas famílias. Não se pode ignorar o fato de que o processo de captura, beneficiamento e comercialização dá-se de forma incipiente, o que beneficia a reprodução da propriedade estrutural anteriormente referida de subordinação dos pescadores aos atravessadores locais.

2.6 O mundo da pesca e as suas divisões: pesca artesanal vs. pesca industrial

2.6.1 Pesca artesanal: conceito, histórico e características

Desde o início da colonização que, no Brasil, a pesca artesanal se faz presente. Inicialmente, como meio de subsistência; a posteriori, também com fins comerciais. Essa modalidade da pesca pode ser dividida em artesanal comercial e artesanal de subsistência.

Historicamente, a atividade pesqueira no Brasil foi inicialmente exercida pelos nativos indígenas. Posteriormente, com o início da colonização, passou a ser também exercida por negros escravizados, sendo que também colonizadores passaram a ter a atividade pesqueira como atividade comercial.

Lopes (2004, p. 14) tece considerações bem elucidativas sobre essa questão:

> A Pesca Artesanal de Subsistência tem como principal finalidade a obtenção de alimentos para consumo próprio. Eventualmente, há comercialização do excedente. É praticada com técnicas rudimentares, possui pouca finalidade comercial e a eventual comercialização é realizada pelo próprio pescador, enquanto a Pesca Artesanal Comercial ou de Pequena Escala, combina a obtenção de alimento para consumo próprio com a finalidade comercial. Utilizam barcos de médio porte, adquiridos em peque-

> nos estaleiros ou construídos pelos próprios pescadores. Podem ter propulsão mecanizada ou não. Os apetrechos e insumos utilizados não possuem qualquer sofisticação. Utilizam normalmente equipamentos básicos de navegação, e embarcações geralmente de madeira, com estrutura capaz de produzir volumes pequenos ou médios de pescado. Forma a maior porção da frota brasileira.

A concepção apresentada pelo autor define a pesca artesanal a partir da finalidade a que se propõe: a pesca de subsistência, que objetiva exclusivamente suprir as necessidades alimentares dos pescadores, e a pesca comercial, que destina toda (ou quase toda) a produção para satisfazer a demanda do comércio.

Para Diegues (1995), não se deve confundir o pescador artesanal com o pescador de autossubsistência, pois o primeiro é um pequeno produtor que visa essencialmente a comercialização de seu pescado, enquanto o segundo está mais focado em sua sobrevivência.

Mesmo levando em consideração a explicação do autor, há de se entender que o pescador artesanal, primeiramente, é um pescador de subsistência, pois retira do mar para prover sua alimentação e de sua família. Mas ele é também um pescador artesanal a partir do momento em que comercializa o pescado capturado. Daqui, podemos inferir que uma propriedade estrutural do mundo da pesca é o fato de basear-se a atividade pesqueira na pesca de sobrevivência. A regra que vigora é a regra da satisfação das necessidades básicas dos pescadores,

mesmo quando se trata de pesca para pequena comercialização. Ou seja, para a maioria daqueles que vivem da pesca, tal atividade não traz recursos que proporcionem melhorias de qualidade de vida. A regra seguida é a de aceitação de se ter uma vida quotidiana com baixa qualidade.

Ainda segundo Diegues (1995), as sociedades marítimas são caracterizadas por ambientes de muito perigo, de riscos, de mobilidade e de mudanças físicas, traços que definem uma outra propriedade estrutural do sistema social que constitui o mundo da pesca. Trata-se do elevado nível de riscos e incertezas quanto ao futuro.

Na verdade, da relação com o mar, surgem várias regras que orientam a conduta dos pescadores, que em muito influenciam seu modo de ser e de agir. Em torno do mar, criam-se também mitos, práticas e rituais que caracterizam o modelo cultural e social das comunidades pesqueiras. É certo que os recursos do mar, explorados pelas comunidades pesqueiras como atividade de subsistência ou comercial, são renováveis, mas sofrem com a sazonalidade, sendo fortemente influenciados por fatores característicos da própria natureza. Isso considerando-se as comunidades que vivem da pesca artesanal como comunidades sociais que sobrevivem da exploração de recursos naturais do mar. Assim, o fato de a atividade da pesca no mar ser sazonal caracteriza uma importante regra do sistema social da pesca, que depende das intempéries e inconstâncias presentes no meio ambiente natural.

Há ainda que se ter em consideração fatores que dificultam a pesca artesanal, especificamente aqueles que estão ligados à limitação natural dos estoques pesqueiros. Mas vale dizer que tanto os cardumes, que vêm diminuindo no ambiente na-

tural, quanto o baixo desenvolvimento das forças produtivas, mas também a dependência e a subordinação dos produtores artesanais, caracterizam as condições sociais de pobreza que imperam nas comunidades pesqueiras tradicionais. Ou seja, os recursos da pesca são incertos e, via de regra, quem vive da pesca artesanal dificilmente escapa da pobreza endêmica que tende a definir o modo de vida das comunidades pesqueiras.

Outra importante propriedade estrutural decorre do facto de as comunidades pesqueiras, sobretudo no caso das atividades artesanais, basearem a transmissão dos conhecimentos numa tradição reproduzida geração após geração. Segundo essa tradição, compete aos mais velhos repassar aos mais jovens os métodos e as técnicas de pesca, reproduzindo-se esses conhecimentos na continuidade da atividade pesqueira artesanal. Portanto, o acesso ao recurso que constitui o conhecimento da atividade pesqueira artesanal se adquire por via geracional, onde a transmissão dos saberes vai diretamente do mestre para o aprendiz, ou seja, é feita de forma prática e no decorrer da própria atividade pesqueira. Assim, podemos inferir que o conhecimento transmitido é um recurso de grande significado, que está na posse dos mais velhos, o que legitima a tradição e o modelo predominante dessa forma de transmissão dos saberes da pesca tradicional.

Apesar disso, convém não esquecer que a pesca artesanal é de suma importância para o setor pesqueiro no mundo todo, contribuindo no âmbito da produção, da comercialização e da alimentação de milhares de pessoas em todos os continentes do planeta.

Para além das regras atrás enunciadas, damos conta de que existe um poderoso conjunto de representações sociais de

senso comum sobre a atividade pesqueira artesanal, as quais Diegues (1995, p. 92), classifica como sendo equivocadas e falaciosas. São essas regras as seguintes:

> Os pescadores artesanais são indolentes e não trabalham com regularidade; Os pescadores artesanais são mendigos de praia e constituem um problema social a ser tratado por programas assistenciais; A pesca artesanal é um setor de transição entre a pesca de autossubsistência e a pesca empresarial capitalista e, portanto, tende a desaparecer;A pesca artesanal é ineficaz; A pesca artesanal produz somente pescado de baixa qualidade;O pescador artesanal é ignorante e resiste às mudanças tecnológicas; O pescador artesanal é passivo e não sabe defender os seus direitos; Os pescadores artesanais são isolados; Os pescadores artesanais são individualistas e não se organizam; Os pescadores artesanais são predadores; O pescador artesanal é um profissional de tempo integral.

No que se refere aos tipos e sistemas de regras, Burns e Flam (2000, p. 13) apresentam vários tipos e sistemas de regras que podem ser identificados e distinguidos. Por exemplo, em seu estatuto cognitivo, comportamental e institucional: normas e leis, princípios morais, código de conduta, regras do jogo, regulamentos e procedimentos administrativos, regras técnicas, convenções, costumes e tradições. Para os autores, as normas são, portanto, apenas um tipo de regra. Existem re-

gras informais, regras implícitas e regras não escritas que desempenham papéis cruciais na regulação de interações sociais e na arquitetura da estrutura social. Assim, é preciso considerar as regras prescritas e as regras operativas, tais como: código moral, constituições, regras e princípios administrativos e estruturas institucionais. O sistema forma um conjunto de regras dependentes do contexto e temporalmente específicas, organizadas para estruturar e regular interações sociais, levar a cabo certas atividades, desempenhar tarefas específicas ou interagir com outras formas socialmente definidas.

As representações sociais como regras informais assumem características de regras sociais, as quais podem ser classificadas como regras informais e que são equivocadas ou falácias (Diegues, 1995), pois demonstram claramente o preconceito e a discriminação que existe em torno das comunidades pesqueiras e dos pescadores artesanais. Contudo, estando em vigor, tais regras tendem a desqualificar e desvalorizar socialmente a atividade pesqueira e devem ser levadas em conta quando se analisa comportamento dos jovens do Curso de Recursos Pesqueiros. De fato, algumas de entre elas também podem revelar algumas propriedades estruturais do subsistema da pesca artesanal, contribuindo para legitimar o desinteresse daqueles jovens em exercerem uma profissão que os leve a ingressar (ou "regressar") no(ao) mundo da pesca. Na verdade, o que se espera desses jovens é que atuem como agentes transformadores do mundo da pesca, o que significa afirmar que, com a formação recebida, devem atuar como agentes de mudança estrutural. Tal mudança deve ser tanto das propriedades estruturais, quanto das regras e recursos que estruturam a totalidade social que o mundo da pesca, em si mesmo, constitui.

Importa, portanto, apesar das fragilidades estruturais apontadas, relevar a importância das comunidades e da atividade pesqueira ao longo do litoral brasileiro, na consolidação do território e na economia local das regiões do país. É importante registrar que, até meados do século passado, a pesca artesanal predominou na atividade pesqueira do país; e que, mesmo com a industrialização, esse tipo de pesca não deixou de ter papel de destaque na produção de pescado. Dados do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, 2014) apontam que 40% da pesca extrativista no Brasil são oriundos da modalidade artesanal.

Apesar da insuficiência do apoio governamental para a atividade da pesca artesanal, a sua produção é muito significativa e representa mais de 40% da produção do Brasil. No RN, a pesca artesanal chega a representar cerca de 70% da produção do estado (Cortez, 2012). Isso, provavelmente, se deve a alguns fatores reveladores de propriedades estruturais tais como: a capacidade de adaptação às condições naturais; o uso da força de trabalho familiar; a absorção da força de trabalho advinda das áreas rurais; a flexibilização das condições de mercado (Diegues, 1995).

É fato que, ao longo da história do país, a pesca nunca esteve como atividade principal na matriz econômica a ser investida pelo Estado brasileiro. Na verdade, em termos históricos, somente a partir de 1846, com a regulamentação da marinha, criou-se um mecanismo para controlar a atividade pesqueira. Cada capitania foi dividida em distritos, sendo estes controlados por capatazes que passaram a ser os responsáveis pela fiscalização dessa atividade, tirando dos pescadores esse domínio (Lobão, 2010).

Já no século XX, a partir de 1912, a marinha transforma as capatazias em colônias, e cria, em 1920, a Missão Villar, com o intuito de instaurar a Diretoria de Pesca e Saneamento do Litoral da Marinha. Essa missão fundou mais de mil colônias por toda a costa do país e provocou um aumento significativo do cadastro de pescadores (Pessanha, 2003).

De 1921 a 1923, criou-se a Confederação dos Pescadores do Brasil e as federações estaduais que elaboraram o primeiro estatuto de colônias. Em 1938, foi promulgado o novo código de pesca. No governo Vargas (1934-1945), fundaram-se as Escolas de Pesca no dos estados de Pernambuco e Rio de Janeiro. Durante a Segunda Guerra Mundial, precisamente, a partir do Decreto-Lei 4.890, de 1942, a marinha passa a controlar as colônias e as práticas pesqueiras.

A partir da década de 1960, o Estado brasileiro passou a investir na modernização e na industrialização da atividade pesqueira através da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, vinculada ao Ministério da Agricultura. O fracasso da política de industrialização da pesca deu espaço à pesca artesanal, de modo que, em 1972, o governo cria o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCART), que durou até 1983.

Na década de 60 do século XX, a política brasileira direcionou a atividade pesqueira para a atividade da pesca industrial, deixando em segundo plano a pesca artesanal. No entanto, com a diminuição dos estoques pesqueiros, essa política fracassou.

Somente a partir da década de 1980, com a criação da Pastoral da Pesca, liderada pelo Frei Alfredo Schnüettgen, que passou a discutir com os pescadores sobre democracia, co-

mercialização, aposentadoria e previdência, inicia-se a luta para a democratização das colônias. O objetivo geral da Comissão Pastoral dos Pescadores era anunciar-lhes a força libertadora do Evangelho revelado aos pobres, para que, pela sua organização, transformassem as estruturas geradoras de injustiças, tonando-se agentes de sua história, na construção de uma nova sociedade (Cardoso, 2005).

A Pastoral da Pesca foi um importante movimento de apoio à atividade pesqueira. A partir de sua criação, nos anos 1970, a igreja católica procurou mobilizar os pescadores em torno de suas reivindicações. É uma Pastoral que atua fortemente no Nordeste e Norte do país.

Durante a década de 80, segundo Maia (2005), iniciou-se o movimento pela "Constituinte da Pesca", que, por sua vez, foi organizada em função da Pastoral da Pesca. Esse movimento procurou debater a situação da pesca artesanal no Congresso Nacional e em encontros realizados na maioria das regiões do território nacional.

A Constituinte da Pesca, criada em 1985, é um marco para a visibilidade e valorização da pesca artesanal. Esse movimento foi organizado pelas colônias e pela Federação Nacional dos Pescadores. Tal modelo, que foi instituído pela Marinha do Brasil na década de 20 do século passado, sempre foi amplamente criticado pelos pescadores, pois, segundo eles, não consegue representar, de fato, seus anseios. Cardoso (2005, p. 2875) assim analisa a questão:

> O movimento da Constituinte da Pesca logrou expandir às Colônias de Pescadores os mesmos princípios que regem os sindicatos urbanos, a

> partir da inclusão do parágrafo único, do Artigo 8º da Constituição Federal aprovada em 1988. Dentre eles: a livre associação, não interferência do poder público, autonomia, unicidade sindical, entre outros, marcando legalmente o fim da tutela sobre as Colônias de Pescadores.

A partir da Constituinte da Pesca foram instituídos os conselhos municipais e estaduais que contemplam questões como a pesca, a aquicultura, o meio ambiente, dentre outros, que passaram a representar um meio formal para a participação dos pescadores, fazendo a intermediação de suas reivindicações e de suas propostas.

Contudo, apesar da valia dessa iniciativa legal e constitucional, no sistema de relações de poder, o pescador nunca deixou de ser o ator dominado e o atravessador, o ator dominante. Em termos práticos, no mundo da pesca, quem controla os meios de produção e detém o poder de decisão são os chamados de atravessadores. O poder dos atravessadores sobre os recursos oriundos da pesca artesanal representa uma importante propriedade estrutural, a qual é determinante para a existência de uma regra segundo a qual, se os trabalhadores pescadores querem tirar proveito econômico das capturas que efetuam, então, devem colocar nas mãos dos atravessadores o pescado capturado para comercialização. Dessa forma, estes se apoderam da maior parte do resultado econômico da pesca. Tal propriedade estrutural como regra do sistema da pesca é de conhecimento dos jovens, sendo um elemento de repulsividade para eles.

Importa destacar que a ausência de políticas governamentais que atendam às comunidades pesqueiras, aliada à

forma de viver dessas comunidades, com tradições, cultura, valores, crenças, costumes e métodos de trabalho muito próprios, acentua o contraste entre a tradição e a modernidade. Um outro aspecto particular a ser considerado é a carência de ações governamentais voltadas à atividade das mulheres pescadoras, que sobrevivem nessas comunidades catando mariscos ou pescando na companhia do esposos, dos filhos ou de outros familiares, visando à obtenção de uma mínima renda para o sustento da família. Ou seja, uma das propriedades estruturais presentes no mundo da pesca se traduz na desvalorização da capacidade das mulheres e submissão do trabalho feminino à economia de subsistência das famílias. Em outras palavras, o mundo da pesca é um mundo fortemente dominado pelo poder masculino.

Nos relatos, os servidores do IFRN – *Campus* Macau, consideram as condições de vida das comunidades pesqueiras identificando a sua vulnerabilidade social e econômica como uma propriedade estrutural abrangente do mundo da pesca. Alegam que as dificuldades são inúmeras, registrando-se, entre tantas outras, o serem situadas em locais de difícil acesso, de viverem à mercê da própria sorte, uma vez que políticas públicas de apoio não chegam a essas comunidades, o que lhes rende uma baixa qualidade de vida.

Não bastassem todas as dificuldades por que passam, os pescadores ainda sofrem com as constantes agressões ao meio ambiente, que lhes impedem o acesso a importantes recursos que poderiam melhorar a sua condição socioeconômica (drenagem de lagoas, fechamento de lagos para o pescador, aterros de manguezais, poluição por despejos industriais de vinhoto e agrotóxicos, destruição de mangues para o cultivo

de camarões, aterro de lagoas, grilagem de terras, pesca predatória em várias modalidades e pesca desportiva de mergulho, pesca em períodos de defeso, dentre outras).

Além disso, a qualidade de vida das comunidades da pesca artesanal, que carecem de políticas e de programas que atuem diretamente na resolução de seus mais aparentes problemas, é tremendamente afetada pelas deficiências de saneamento, educação, saúde e construção de moradia, só para citar os principais exemplos. Portanto, a baixa qualidade de vida das comunidades pesqueira é, sem dúvida, uma das mais duradouras e profundas propriedades estruturais do mundo da pesca, onde a sobrevivência é uma regra evidenciada na produção e reprodução da ação social que favorece a retroalimentação da estrutura. O contexto social intrínseco dessas comunidades não traz elementos consistentes da modernidade, capazes de romper o modelo social predominante.

Na visão de Giddens (2009), a vida social na tradição está voltada para o passado; já a modernidade permite o desenvolvimento pleno da reflexividade voltada para o presente e para o futuro. Tem-se, assim, duas consequências: na medida em que a modernidade está aberta ao conhecimento, ela também gera inseguranças pela pluralidade de opções que tem. O caráter não teleológico da sociedade produz o dado social da incerteza dentro da própria reflexividade. Nesse sentido, através da noção dinâmica da vida social, a ideia de ruptura não significa um deslocamento, mas, sim, uma mudança no centro de orientação.

O efeito reprodutor de uma estruturação feita a partir da baixa qualidade de vida torna esse sistema social repulsivo para os interesses das novas gerações, que buscam, no mundo

atual da modernidade, ter melhor qualidade de vida do que aquela que vivenciam nas suas comunidades de origem.

A par das propriedades estruturais atrás identificadas, há que referir também os impactos decorrentes do processo de valorização da chamada pesca industrial com uso de tecnologias, métodos e fortes investimentos de capital. Essa valorização também se torna um desafio a mais para a atividade da pesca artesanal, uma vez que, enquanto a pesca industrial se utiliza do potencial da produção capitalista no processo de captura, a pesca artesanal ainda utiliza técnicas e recursos tradicionais. Por isso, ela não conseguirá competir com o arsenal de investimentos e recursos utilizados na chamada pesca industrial. Logo, podemos também inferir que o uso de técnicas e recursos rudimentares e secularmente atrasados são mais uma das propriedades estruturais do subsistema artesanal do mundo da pesca, algo que muito contribui para a baixa qualidade de vida presente nas comunidades pesqueiras tradicionais.

Na atividade pesqueira, como atividade socioeconômica, destacam-se as desigualdades de condições existentes entre propriedades estruturais próprias do subsistema da pesca industrial (que utiliza embarcações de grande porte, motorizadas, tecnologia de pesca de alto impacto, produção dirigida ao mercado externo e com relações trabalhistas formais entre pescadores e empresas) e o subsistema da pesca artesanal (que, por sua vez, utiliza embarcações de pequeno porte, geralmente movidas à vela, tecnologia de baixo impacto, relações de produção baseadas na parceria e na mão de obra familiar). Essas propriedades estruturais contrastam entre si e podem traduzir-se da seguinte forma: a) uso intensivo de

modernas tecnologias; produção virada para exportação; relações de trabalho subordinado, em que os meios de produção pertencem aos empresários capitalistas; b) uso de tecnologias tradicionais; produção virada para comercialização local; relações de trabalho não subordinado, em que os meios de produção são propriedade dos próprios pescadores.

A pesca artesanal (ou de pequena escala) contempla tanto as capturas com o objetivo de subsistência, associado à obtenção de alimento para as famílias dos participantes, como o objetivo essencialmente comercial. Pode, inclusive, ser alternativa sazonal ao praticante, que se dedica durante parte do ano à agricultura – pescador/agricultor (Dornelles, 1996). Diegues (1983) afirma que a pesca artesanal ou de pequena escala parte de um processo de trabalho baseado na unidade familiar ou no grupo de vizinhança. Tem como fundamento o fato de que os produtores são proprietários de seus meios de produção (redes, anzóis etc.) (IBAMA, 2002, p. 135).

De um modo ou de outro, o fato é que as políticas públicas para o desenvolvimento da pesca no Brasil estão longe de se pautarem em um tratamento igualitário e não discriminatório, propiciando igualdade de oportunidades entre os atores sociais que constituem o setor. Como dizem os pescadores ouvidos através de fóruns estimulados por este estudo – os agentes que não têm poder político/financeiro, ou seja, os pescadores artesanais, são discriminados no acesso aos recursos.

A pesca artesanal, desestruturada e refém da submissão aos atravessadores, que exploram os pescadores, padece da ausência de ações governamentais de apoio à atividade pesqueira tradicional. Essa são algumas das importantes propriedades estruturais desse sistema social que tem deixando as

comunidades pesqueiras tradicionais à mercê da própria sorte, provocando um desinteresse contínuo por essa atividade.

Em seu ensaio intitulado Experiências Pastorais no Meio dos Pescadores Artesanais, Siry (2003, p. 27) caracteriza os pescadores artesanais como uma "categoria de trabalhadores, totalmente explorada, marginalizada e esquecida". Esse aspecto foi igualmente observado por Diegues (1995), em sua obra "Povos e Mares: Leituras em Sócio-Antropologia Marítima", quando afirma que, diferentemente do que pensam os cientistas, o mar não é apenas povoado por seres não humanos. Fon (2004) *apud* Vasconcelos (2009) ressalta que os registros históricos dão conta de que os seres humanos eram nômades; logo, dependiam exclusivamente da captura de pescado, bem como da caça e coleta de frutos para sua alimentação. Assim, apenas em outro período histórico começaram as atividades agrícolas e pecuárias, com o cultivo de culturas de plantas e a domesticação de animais, respectivamente.

Cardoso (2005) destaca que os pescadores, nos seus espaços geográficos, defrontam-se com um amplo campo de embate envolvendo seus espaços de vida, moradia e trabalho, seu espaço geográfico e seus territórios. A emergência e a politização de um movimento social de pescadores, em especial nas últimas décadas, apresentam-se como um agente no encaminhamento e nas discussões dessas questões que envolvem a reprodução social dos trabalhadores da pesca. Vale salientar que o trabalho desenvolvido pela Pastoral dos Pescadores – PP, iniciada na década de 1970, segundo Cardoso (2005), foi de fundamental importância para o início da mobilização dos pescadores, em especial no Nordeste e Norte brasileiros.

As condições de vida da maioria das famílias de pescadores artesanais são francamente precárias. A renda obtida pela pesca permite somente um nível de subsistência. A falta de infraestrutura de apoio (gelo, câmaras etc.), as dificuldades de escoamento da produção e a falta de recursos materiais para comprar equipamentos para a pesca são os entraves mais importantes enfrentados pelos pescadores artesanais. Estes inconvenientes obrigam os trabalhadores da pesca a depender fortemente de atravessadores, que acabam usufruindo da maior parcela da renda gerada pela atividade. Isto é mais intenso quanto mais isolada e carente seja a comunidade (Isaac, 1997 *apud* Cardoso, 2014, p. 28)

Um outro problema a ser apresentado no âmbito social é a falta de infraestrutura básica nas comunidades pesqueiras. Como já mencionado, a situação de carência nessas comunidades é acompanhada pela ausência de serviços básicos, tais como saneamento, educação e saúde, entre outros. A reivindicação por tais serviços aproxima as demandas dos pescadores às de outros setores sociais, ampliando o espectro de atuação e necessidades desses sujeitos sociais.

Não se pode esquecer o aspecto educacional, que se reflete na necessidade de se estabelecer programas e práticas pedagógicas específicas, voltadas a atender a realidade das comunidades pesqueiras. Isso pode proporcionar educação para jovens e adultos nas próprias comunidades, sem a necessidade de migração para áreas urbanas.

Na atividade pesqueira tradicional, a "arte da profissão" de pescador foi reproduzida e repassada de pai para filho nas regiões costeiras do país, sem que acontecesse um processo de qualificação. Portanto, estruturalmente, neste subsistema

da pesca artesanal, a desqualificação técnica e acadêmica dos recursos humanos é uma das suas propriedades estruturais mais profundamente enraizadas no espaço-tempo do mundo da pesca. Assim, o conhecimento do pescador é oriundo de experiências vividas e reproduzidas tradicionalmente nessas comunidades. É fato que a vivência e a experiência das comunidades pesqueiras precisam (e devem) ser preservadas; mas é urgente a necessidade da profissionalização e modernização da atividade da pesca para estimular e promover essa área de saber.

2.6.2 Pesca Industrial: conceito, histórico e características

Antes de mais, não se pode esquecer, como alerta Lopes (2004), que a pesca artesanal se diferencia da pesca industrial de acordo com o estado ou região e mesmo entre os agentes, não existindo um consenso acerca das características que as distinguem. Seja como for, apesar do potencial natural resultante da extensão da costa e dos recursos hídricos do país, a pesca no Brasil, até meados do século XX, caracterizava-se como pesca artesanal para fins comerciais e de subsistência. As políticas governamentais voltadas às atividades econômicas, até então, não priorizaram esse setor. Somente a partir da década de 60, com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, o país passa a ter uma política de incentivo econômico, financeiro e fiscal voltado à atividade pesqueira, direcionado para a chamada indústria de base. Fica claro que o Brasil nunca foi atendido devidamente por políticas governamentais efetivas que impulsionassem a

pesca e aquicultura para ter esse setor como uma atividade principal na matriz econômica do país.

Em Pereira (2012, p. 19), encontra-se uma primeira definição para a modalidade de pesca dita industrial. Esta se caracterizaria quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial.

Diegues (1995, p. 62) denomina a pesca industrial como um subsistema empresarial-capitalista, caracterizado pela concentração da propriedade dos meios de produção em empresas capitalistas, pela remuneração assalariada de todas as funções a bordo, pela redução do poder de decisão do pescador e pelo uso de tecnologia moderna na captura do pescado. Trata-se de uma atividade orientada exclusivamente à produção de mercadorias, realizada em larga escala, com infraestrutura de apoio em terra e reposição da força de trabalho baseada integralmente no trabalho assalariado ou equivalente.

Fica claro que a pesca industrial, diferentemente da pesca artesanal, tem como foco a produção industrial de tipo capitalista, em que a captura do pescado com recurso a moderna tecnologia atinge grandes proporções, principalmente para a exportação da produção pesqueira, assente em baixo volume de trabalho assalariado a baixo custo, que representam duas das suas mais importantes propriedades estruturais. Entretanto, adverte-se que a pesca industrial desenfreada vem reduzindo os estoques das espécies marinhas em todo o mundo, pois, ao retirar grandes estoques com tecnologia de ponta, provoca um desequilíbrio nessa reprodução, tendo em vista que tais estoques marinhos não se recuperam na mesma proporção de sua retirada.

Como regra das atividades da pesca industrial no Brasil pode-se auferir que a obtenção dos recursos do mar acontece de forma predatória, desrespeitando a natureza e provocando impacto negativo para a própria atividade, diminuindo o interesse econômico e afastando investidores para a exploração desses recursos.

A legislação sobre agricultura e pesca (Brasil, 2015, p. 13) apresenta o seguinte registro:

> A criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), por meio da Lei Delegada nº 10, de 1962, modificou radicalmente aquele cenário. Ao longo de sua existência, que se estendeu até 1989, essa autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura promoveu a industrialização do setor pesqueiro por meio de incentivos fiscais. Promoveu também sua modernização tecnológica, sem alterar as relações de produção, e direcionou o esforço de pesca – de forma insustentável – à captura de espécies de larga aceitação no mercado internacional.

A criação da SUDEPE promoveu um crescimento significativo da produção pesqueira através da pesca industrial. No entanto, o volume da captura, sem respeitar os ciclos de recuperação das espécies marinhas, passou a afetar os estoques levando-os à exaustão. A exploração desenfreada promoveu um decréscimo da produção dos estoques pesqueiros naturais, fazendo da atividade pesqueira industrial uma atividade estruturalmente destruidora dos recursos e do meio ambiente

marítimo devido à forma predatória como efetua as capturas de pescado. Assim, a atuação da SUDEPE teve, no início, uma importante contribuição para a indústria pesqueira. Todavia, na década de 80, com a diminuição da produção, sua atuação passou a ser questionada, sendo esse descrédito determinante para sua extinção, em 1989.

Neto (2010, p. 68) assim pondera sobre esse acontecimento:

> O declínio ou fracasso do modelo adotado pela SUDEPE (implantado com o apoio da FAO, a partir de meados dos anos 1960), pode ser visto por vários ângulos, tais como: o inadequado uso de incentivos fiscais e creditícios; o pouco apoio à pesca artesanal ou de pequena escala; os escândalos de corrupção; e, principalmente, a promoção danosa do uso dos principais recursos pesqueiros, resultando na sobrepesca, ou mesmo, o colapso de recursos importantes.

Entretanto, uma das formas inquestionáveis de ilustrar o fracasso do modelo empreendido pela SUDEPE é pela análise do declínio que ocorreu na produção total da pesca extrativa. O declínio da produção ocorreu devido ao comprometimento do uso dos principais recursos pesqueiros.

Com o fracasso da SUDEPE, em 1989, por meio da Lei nº 7.735, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, autarquia que passou a gerenciar os assuntos da pesca entre 1989 e 1998. Esse órgão estabeleceu diretrizes ambientais com o objetivo de recuperar

os estoques pesqueiros, adotando medidas de ordenamento, a exemplo do controle ambiental nos períodos de defeso.

O que se verifica é que, mesmo quando aconteceu a intervenção governamental, de forma desarticulada e sem planejamento, houve fracasso. Isso reforça a afirmativa de que o sistema social da pesca sempre esteve entregue à própria sorte, ou seja, de que a desregulação da atividade pesqueira industrial se constitui como uma das suas propriedades estruturais. Mesmo quando, timidamente, isso aconteceu com base em regras e preceitos governamentais, não impulsionou efetivamente a atividade, pelo que o Estado brasileiro continuou a deixar o mundo da pesca à própria sorte.

De 1998 a 2002, o gerenciamento e acompanhamento do setor pesqueiro ficaram sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura que contava com um Departamento voltado à Pesca e à Aquicultura. Em 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, que gerenciou os assuntos da atividade pesqueira até 2009, quando foi instituída a Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009, e foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA (Pereira, 2012).

O Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA atuou de 2009 a 2016. Contudo, com a entrada de Michel Temer como Presidente da República, em razão do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2016, esse Ministério foi extinto e suas ações passaram a ser incorporadas novamente pelo Ministério da Agricultura.

Segundo o 1º Anuário Brasileiro da Pesca e Aquicultura (MPA, 2014), o Brasil apresenta vantagens excepcionais para o desenvolvimento da aquicultura e da pesca extrativista mari-

nha. Com uma costa litorânea de 8,4 mil quilômetros, 5,5 milhões de hectares de reservatórios de água doce, clima favorável, terras disponíveis, mão de obra relativamente barata e crescente mercado interno, a produção brasileira de pescados atingiu, em 2011, quase 1,4 milhão de toneladas, conforme os números do mais recente Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca (MPA). Desse total, 628.704,3 toneladas foram produzidas em cativeiro. A atividade pesqueira brasileira gera um PIB nacional de R$ 5 bilhões, mobiliza 800 mil profissionais e proporciona 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos. A meta do governo, à época, era incentivar a produção nacional para que, em 2030, o Brasil alcançasse a expectativa da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e se tornasse um dos maiores produtores do mundo, com 20 milhões de toneladas de pescado por ano. Em 2014, o país estava entre os 20 maiores produtores no ranking mundial na produção total de pescados.

Além da pesca extrativista, a aquicultura no Brasil passou a ter importante contribuição para o desenvolvimento do setor pesqueiro. O país possui imenso potencial para o cultivo de espécies aquáticas com fins comerciais, pois, além de ter vasta extensão territorial, possui uma das maiores reservas hídricas do planeta.

Na ótica de Ostrensky, Borghetti e Soto (2008), no caso da aquicultura, essa definição não é tão simples. Uma análise da descrição dada para "aquicultura industrial" pela lei estadual paraense nº 6.713, de 25 de janeiro de 2005, publicada no Diário Oficial edição nº 030365 de 27/01/2005, demonstra o quão complexa é a questão. Segundo essa lei, entende-se como aquicultura industrial a atividade de cultivo intensivo

ou superintensivo de seres vivos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida, praticada por pessoa jurídica que utilize tecnologia para o cultivo ou beneficiamento, com média e alta escala de produção, dimensionada conforme regulamentação específica.

Todavia, mesmo considerando os indicadores estatísticos positivos quanto à pesca e à aquicultura no Brasil, dado o enorme potencial do país, verifica-se que os números são modestos. Esta realidade comprova que, incluindo a aquicultura industrial, no mundo social da pesca no Brasil, as políticas governamentais, quando existiram, aconteceram de forma desarticulada, sem uma efetiva continuidade para superar as dificuldades e impulsionar o setor.

Para uma melhor compreensão acerca da pesca industrial apresenta-se o conceito de Diegues (1983) *apud* IBAMA (2002, p. 135-136):

> Diegues (1983) subdivide a pesca empresarial/industrial de pesca e a empresarial ou industrial. A pesca empresarial desenvolvida por armadores de pesca caracteriza-se pelo fato de os proprietários das embarcações e dos petrechos de pesca. Os armadores não participarem de modo direto do processo produtivo, função delegada ao mestre da embarcação. Estas são de maior porte e raio de ação que aquelas utilizadas pela pequena escala e exigem uma certa divisão de trabalho entre os tripulantes, mestre, cozinheiro, gelador, maquinista, pescador, etc. Além dos seus motores propulsores, dis-

põem ainda de certos equipamentos auxiliares à pesca, exigindo algum treinamento formal para determinadas funções que, no entanto, não substituem completamente o saber-fazer dos pescadores e, sobretudo, do mestre, que o emprega da mesma forma que os pescadores de pequena escala, grupo social do qual, em geral, provém. A mão de obra, como na pesca de pequena escala, continua a ser remunerada pelo sistema de partes, ainda que para algumas funções possam existir formas de assalariamento complementar. Na pesca industrial, a empresa é proprietária tanto das embarcações, como dos apetrechos e pesca. É organizada em diversos setores e, em alguns casos, integra verticalmente a captura, o beneficiamento e a comercialização. As embarcações dispõem de mecanização não só para deslocamento, mas também para o desenvolvimento das fainas de pesca, como o lançamento e recolhimento de redes e, em alguns casos, beneficiamento do pescado a bordo, o que não acontece com as artesanais. A mão de obra, embora recrutada em sua maioria entre pescadores de pequena escala ou nos barcos de armadores, necessita de treinamento específico para a operação da maquinaria que vem substituir de maneira mais profunda o saber-fazer adquirido pela tradição. É da prática comum o regime de salário mensal ou semanal, embora apenas como um piso mínimo, pois ainda pre-

> domina o pagamento de partes, que passam a ser calculadas sobre o valor global da produção.

O relato de Diegues nos faz perceber que, mesmo no subsistema da pesca industrial, onde os recursos começam a ser introduzidos com traços de modernidade, com a inserção de tecnologias, necessidade de mão de obra especializada e salários regulamentados pela lei neste ramo, não diferentemente da pesca artesanal, não se estimula os jovens a atuar nela. Ou seja, algumas propriedades estruturais mais repulsivas próprias do subsistema da pesca artesanal parecem reproduzir-se neste ramo da atividade pesqueira, tornando pouco atrativo o exercício de uma profissão qualificada, pelo que não desperta a atuação dos jovens que desejam bons salários, ascensão profissional e melhor qualidade de vida. De fato, também na pesca industrial, o trabalho é visto como árduo e desvalorizado, com baixos salários, o que também desfavorece os profissionais que atuam na atividade. Essa realidade reforça importantes propriedades estruturais deste sistema social – trabalho árduo, desvalorização profissional e baixa qualidade de vida.

No relato apresentado pelo entrevistado ligado à pastoral da pesca, aqui chamado de Líder A, fica claro que, ao afirmar que na região de Macau, onde está o IFRN, não há pesca industrial, ele quer dizer que não existe outra atividade de pesca que não seja a artesanal. Ainda segundo o Líder A, que é um defensor da pesca artesanal, a pesca industrial tem apenas um cunho empresarial que visa ao lucro e, visando ao lucro, o homem se torna muito passível da exploração do trabalho. A pesca industrial explora os pescadores e coloca a jornada de

trabalho fora das regras da legislação trabalhista, mas que, economicamente, lhe traz um retorno maior (mais lucro).

Assim, é possível aferir que, até mesmo na pesca industrial, em que a modernidade do processo de captura, beneficamenteo e comercialização apresenta traços de modernidade, existem disparidades quanto à valorização profissional e à real capacidade desse segmento de atrair o interesse dos jovens para a atuação profissional.

2.7 Síntese do capítulo

Este capítulo buscou apresentar os conceitos sobre a pesca artesanal e industrial. Apresentou dados da pesca no cenário mundial, nacional, regional e local, dando maior ênfase à pesca artesanal pois é nessa atividade que se concentram mais de 90% dos trabalhadores do setor registrados no Brasil. Mesmo com a vocação natural para a atividade pesqueira, fica evidente que, ao longo do tempo, no Brasil, não se criaram políticas de estímulo capazes de alavancar e valorizar a atividade pesqueira.

Além disso, as questões sociais que envolvem essa tradicional atividade no Brasil são inúmeras, e todos esses problemas, alguns seculares, geram um desestimulo crescente nas novas gerações. O ambiente social da pesca se expressa como sendo de simplicidade, de dificuldade e de tradições reproduzidas e perpetuadas ao longo do tempo e do espaço com poucos traços de modernidade.

Recorrendo-se a Giddens (2000), procurou-se fundamentalmente identificar as propriedades estruturais próprias

do sistema social que constitui o mundo da pesca, tanto na sua dimensão artesanal como na sua dimensão industrial. Assim, no Quadro , apresentam-se as propriedades estruturais do mundo social da pesca que foi possível identificar ao longo deste capítulo.

Quadro 7 – Sinopse das propriedades estruturais do sistema social do mundo da pesca

Subsistema artesanal	**Subsistema industrial**
• Baixa qualidade de vida das comunidades pesqueiras, dos pescadores e das famílias • Mão-de-obra familiar e individual por conta própria, informal, desqualificada e não remunerada (formada por microempresas familiares ou individuais) • Baixa absorção de mão-de-obra qualficada • Ausência de acesso aos direitos trabalhistas e sociais • Atividade de subsistência económica • Elevada absorção de mão-de-obra • Desvalorização do trabalho das mulheres • Altos indices de analfabetismo • Trabalho árduo e arriscado • Resistência à inovação, com uso de técnicas tradicionais e transmissão geracional do conhecimento	• Baixa qualidade de vida dos profissionais contratados e das suas famílias • Mão-de-obra assalariada desqualificada, com salários baixos pagos por partes • Baixa absorção de mão-de-obra (qualficada e não qualificada) • Trabalho árduo e arriscado • Ausência de acesso aos direitos trabalhistas e sociais • Ausência de políticas governamentais de valorização da atividade pesqueira • Atividade vocacionada para a exportação do pescado • Atividade desregulada, sazonal e predatória dos recursos marinhos

• Comercialização do pescado baseada no submissão dos pescadores aos atravessadores • Dependência do poder político • Menosprezo estatal pela atividade pesqueira artesanal com ausência de políticas governamentais de valorização da mesma • Escassez de investimentos no desenvolvimento e modernização da atividade • Atividade desregulada e predatória dos recursos marinhos	

Fonte: elaboração própria (2017).

É preciso justificar essas propriedades estruturais. No fundo, são regras e recursos que organizam as relações de interação social entre os atores do mundo social da pesca. Numa perspectiva de interação face a face, constata-se que as maneiras de viver das comunidades pesqueiras tradicionais no Brasil estão secularmente centradas nas tradições, cultura, valores, crenças, costumes e métodos de trabalho arcaicos, o que se contrasta entre a tradição reproduzida nesse sistema social e afasta o interesse das novas gerações em atuar ou intervir. Predomina a tradição reproduzida que passa de geração a geração, com baixo desenvolvimento associado à dependência e à subordinação dos produtores artesanais, e que caracteriza as condições sociais de pobreza que imperam nessas comunidades tradicionais.

Esse cotidiano revela um sistema social de pobreza e baixa expectativa para os mais jovens, o que afasta destes o interesse em atuar e intervir nele. A rotinização dessa estrutura so-

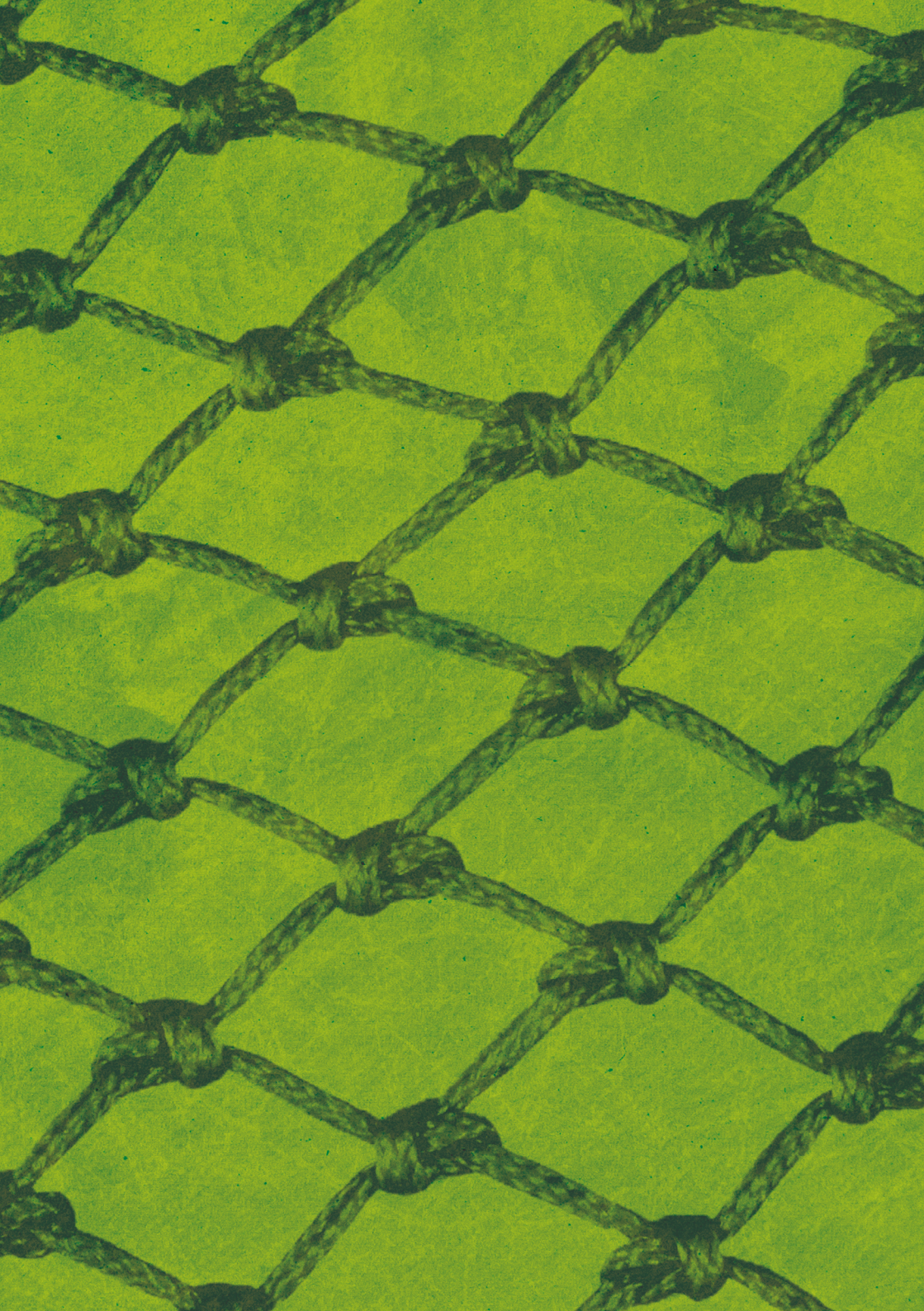
cial acontece de forma a perpetuar e reproduzir este modelo, distanciando a possibilidade de mudanças e de modernização que possam atrair o interesse das novas gerações em intervir e transformar este sistema social.

A tríade que alicerça os estudos de Giddens (2009) está pautada em uma ênfase no caráter ativo (em que o indivíduo não é apenas um agente passivo no contexto social em que vive; é predisposto a reproduzir o modelo social da comunidade em que vive); em um posicionamento reflexivo (o indivíduo é capaz de analisar e tomar decisões contrárias a regras estabelecidas pelo modelo; sua conduta humana é fruto de sua reflexividade); e na rejeição, a partir da reflexividade, ao modelo que não o atrai, não o instiga, não lhe apetece como forma de proposta (aí o indivíduo é capaz de promover suas próprias reflexões e tomar decisões contrárias ao modelo que vivencia).

A contextualização apresentada neste capítulo, tais quais a abordagem conceitual e histórica do mundo da pesca, os dados estatísticos, os relatos dos ouvidos nas entrevistas, bem como a legislação apresentada neste capítulo, corroboram para compreender que o Brasil, apesar do imenso potencial para a atividade da pesca e da aquicultura, não tem esta atividade como sendo principal na sua matriz de prioridades para o desenvolvimento do país.

Isso que permite constatar que as comunidades pesqueiras carecem de apoio de toda natureza, vivendo à margem da modernidade, isoladas em práticas de pesca artesanal com seus costumes e tradições secularmente reproduzidos. Dito isto, considera-se que as propriedades estruturais desse sistema social formam um cenário de repulsividade aos interes-

ses das novas gerações em permanecer, intervir ou atuar nele. Não surpreenderá, que, em especial, os jovens mais qualificados rejeitem as propriedades estruturais enraizadas neste sistema social. Eles consideram-nas tendencialmente repulsivas, reagindo reflexivamente e positivamente aos apelos individuais da modernidade (ou modernidade tardia), no sentido de rejeitar esse modelo e buscar, fora dele, alternativas para uma melhor qualidade de vida.



3



O IFRN E O CURSO DE RECURSOS PESQUEIROS



3.1 Apresentação do capítulo

Este capítulo apresenta a história e a evolução do IFRN, do *Campus* Macau e do Curso de Recursos Pesqueiros.

Primeiramente, aborda-se o IFRN, tecendo considerações relativas à sua origem, às transformações por que passou e ao seu desempenho recente. Este foi marcado pela expansão/interiorização de unidades (*campi*) ocorrida entre 2005 e 2016, através de políticas públicas que alteraram, de forma virtuosa, a educação federal no país, particularmente, o ensino profissionalizante.

Com a proposta e implantação do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, oportunizado pelo IFRN – *Campus* Macau, propõe-se uma formação técnica que permita intervenção profissionalizada na pesca e aquicultura de forma a promover um processo de melhoria nessa importante cadeia produtiva na região salineira, no RN e no Brasil.

Nesse cenário, os desafios para a formação técnica em Recursos Pesqueiros são muitos, uma vez que a pesca artesanal é o grande foco da atividade pesqueira no Brasil. É nesta atividade que se encontra a maioria dos trabalhadores da modalidade da pesca, sobretudo em Macau e em todo o estado do Rio Grande do Norte.

3.2 O IFRN, uma instituição centenária: da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal

Com seus 116 anos de existência (completados em 2025) a serviço do ensino profissionalizante, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), ao longo de sua história, recebeu várias denominações, conforme consta do Quadro 8. Essas transformações interferiram em seus aspectos políticos e pedagógicos, em seus objetivos, em sua função social, em sua forma de gestão, em seus currículos, em suas tecnologias, e também em seu capital humano. E tudo isso se deu em decorrência de políticas implementadas pelo governo federal, para atender à necessidade do Estado brasileiro em seus diversos momentos históricos.

O atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do estado do Rio Grande do Norte começa a sua história no dia 23 de setembro de 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, assina o Decreto nº 7.566 (Brasil, 1909) determinando a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, entre as quais a de Natal. O antigo Hospital da Caridade, onde hoje funciona a Casa do Estudante de Natal, foi o marco arquitetônico inicial da Escola de Aprendizes Artífices. Em 1910, a Escola ofertava o curso primário e oficinas de trabalhos manuais. O Quadro 8 apresenta a cronologia das nomenclaturas da Instituição ao longo dos seus 108 de existência.

Quadro 8 – Nomenclaturas da Instituição entre 1909 e 2017

SIGLA	NOME	ANO
EA	Escola de Aprendizes Artífices	1909
LI	Liceu Industrial de Natal	1937
EIN	Escola Industrial de Natal	1942
EIFRN	Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte	1965
ETFRN	Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte	1968
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte	1999
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	2008

Fonte: elaboração própria (2017).

O primeiro prédio, conforme Figura 5, funcionou com 90 alunos e oferecia curso primário, de desenho e oficinas de trabalhos manuais.

Figura 5 – Escola de Aprendizes Artífices (de 1909 a 1937)



Fonte: IFRN (2015).

Em 1937, ocorre a primeira mudança. Sob a denominação de Liceu Industrial de Natal, a escola passa a funcionar no prédio onde hoje é a sede do *Campus* Cidade Alta (bairro histórico e central da cidade de Natal, Figura 6). Essa mudança fez parte da reforma instituída pela lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, do Ministério da Educação e Saúde, ao qual eram vinculadas as Escolas de Aprendizes Artífices desde 1930.

Figura 6 – Prédio da então Liceu Industrial de Natal (de 1937 a 1967)



Fonte: IFRN (2015).

Em 1942, vinte anos após sua fundação, a então Escola Industrial de Natal passou a ofertar cursos técnicos de nível médio. Com essa denominação até 1967, a instituição contava com um corpo docente majoritariamente formado por ex-alunos, em sua maioria oriundos das camadas baixa e média baixa da sociedade, e atendia predominantemente estudantes de origem humilde, interessados em obter formação profissional

e ingressar no mundo do trabalho. Em 1965, a escola foi transformada em Escola Industrial Federal e, em 1967, com a inauguração da nova sede na Avenida Senador Salgado Filho, no bairro do Tirol, passou a funcionar nas instalações que hoje abrigam o *Campus* Natal-Central do IFRN (IFRN, 2015).

Figura 7 – IFRN – *Campus* Natal-Central



Fonte: IFRN (2015).

Em 1968, a escola passa a se chamar Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN). Com o passar dos anos, a ETFRN extingue os cursos industriais básicos e se concentra no ensino profissionalizante de 2º grau, denominação dada anteriormente ao Ensino Médio atual. À época, contemplava apenas jovens do sexo masculino em seu quadro discente. Apenas em 1975, registra-se pela primeira vez, a presença feminina entre os alunos dos cursos regulares.

Em 1999, surge o nome Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN), por meio de decreto presidencial de 18 de janeiro de 1999. Os desafios da instituição ampliam-se com a oferta de educação profissional nos níveis básico, técnico, tecnológico e de graduação, além do ensino médio. Em 2006, a instituição começa a atuar também na educação profissional de nível médio integrado, na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) e no ensino a distância. A expansão do CEFET-RN teve início em 1994, com a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró. Gradativamente, foi atingindo outras regiões, em particular, a partir de 2006, com mais três unidades de ensino vinculadas ao CEFET-RN: as Unidades de Ensino da Zona Norte de Natal, de Ipanguaçu e de Currais Novos. Em 2007, a Instituição retoma as ações da segunda fase do Plano de Expansão da Rede, por meio do qual o Rio Grande do Norte passa a contar com mais seis unidades, inauguradas em agosto de 2009, nos municípios de Apodi, Pau dos Ferros, Macau, João Câmara, Santa Cruz e Caicó.

Em 2008, com a aprovação da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET adquire nova institucionalidade, transformando-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Em 2012, tem início a terceira fase de expansão, com o lançamento da pedra fundamental dos *campi* de Ceará Mirim, São Paulo do Potengi e Canguaretama. Para além desses, a instituição conta ainda com os *campi* avançados de Parnamirim, Nova Cruz, Cidade Alta e o *Campus* de Educação a Distância (Ead), sendo estes dois últimos situados em Natal.

A missão do IFRN está focada na profissionalização e na formação cidadã. Constitui-se, hoje, como referência primeira no processo de expansão da instituição, tendo assumido novos desafios e novas demandas. Para responder a estes, o IFRN ganha proporções que ampliam sua atuação nos diversos *campi* com focos tecnológicos específicos a partir das demandas socioeconômicas e dos arranjos produtivos característicos de cada região dos novos *campi* locais (IFRN, 2014). O Curso de Recursos Pesqueiros do IFRN – Macau mantém vinculação, desde o princípio, com o Arranjo Produtivo Local (APL) de pesca, muito marcante nessa região do estado.

A título de esclarecimento, vale salientar que, a partir da formulação do atual IFRN, o instituto apresenta a seguinte missão institucional:

> [...] ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais (IFRN, 2014, p. 1).

Como é possível constatar, seu compromisso com a formação profissional permeia diferentes níveis e modalidades de ensino, indo desde a formação inicial e continuada de trabalhadores, passando pela formação profissional de ní-

vel médio integrado (regular, Educação de Jovens e Adultos e subsequente) até o nível superior (licenciaturas, cursos de tecnologia e pós-graduação).

A partir da década de 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), a educação profissional, após passar por diversas mudanças nos seus direcionamentos filosóficos e pedagógicos, passou a ter espaço próprio na legislação, configurando-se como uma modalidade da educação nacional. Mais recentemente, em 2008, as instituições federais de educação profissional foram reestruturadas para se configurarem em uma rede nacional de instituições públicas de Ensino Profissional e Técnico – EPT.

Ressalta-se que, precisamente durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e da presidenta Dilma Rousseff (janeiro de 2011 a agosto de 2016), foi implementada uma política pública com um amplo projeto de expansão e interiorização das instituições educativas federais voltadas à profissionalização.

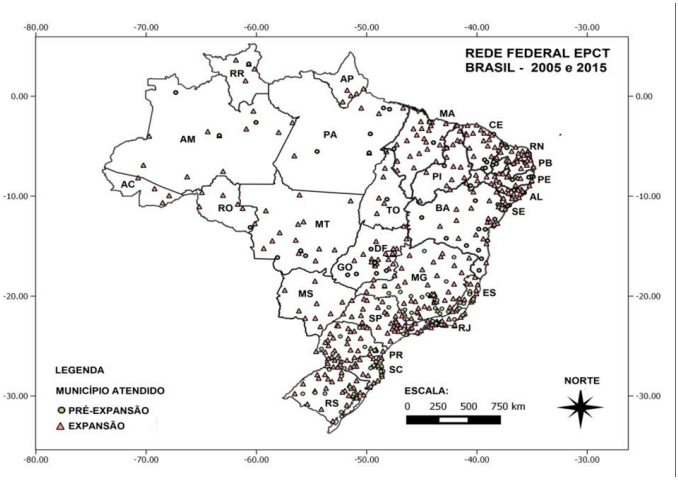
Conforme Silva (2017), desde o início do século XX até 2005, o Brasil dispunha de 152 unidades na Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Entretanto, em apenas uma década (2005-2015), foram instaladas mais de 450 unidades. O Mapa 1 e o Mapa 2, a seguir, são elucidativos, pois, neles, observa-se que os esforços de expansão e interiorização (representados por triângulos), de fato, alteraram a realidade da educação profissionalizante do Brasil.

Mapa 1 – Pré-expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil



Fonte: Silva (2017, p. 91).

Mapa 2 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil (2005-2015)



Fonte: Silva (2017, p. 142).

Os mapas revelam que, a partir de 2005, a rede se expandiu, atingindo, em dez anos, 560 unidades distribuídas nos 27 estados da Federação.

No Rio Grande do Norte, por mais de 100 anos (entre 1909 e 2015), existiam apenas duas unidades da Rede Federal de Educação Profissional. Porém, em 2016, contavam-se 21 unidades. Com a atual denominação de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, (na sua sétima nomenclatura), a instituição continua ofertando cursos em várias áreas de formação (com quase 30 mil alunos), sempre contribuindo para o fortalecimento da educação brasileira na formação técnica nos cursos de nível superior em graduação, graduação tecnológica, licenciaturas, cursos de especialização e mestrados focados na formação profissionalizante.

Em 2013, o IFRN já se fazia presente em todas as regiões do Rio Grande do Norte, atendendo a uma demanda de matrícula de 26.000 alunos (IFRN, 2014). Hoje, o IFRN está presente em todo o estado do RN, com 22 unidades (Apodi, Caicó, Currais Novos, Ipanguaçu, João Câmara, Macau, Mossoró, Natal – Central, Natal – Cidade Alta, Natal – Zona Norte, Natal – Zona Leste, Nova Cruz, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante, São Paulo do Potengi, Canguaretama e Ceará-Mirim). Em fase de construção, contabiliza-se mais três unidades de ensino (Lages, Natal Rocas e Parelhas) e, em fase de autorização, mais duas unidades (Lajes e Parelhas) (IFRN, 2014).

Quanto ao IFRN – *Campus* Macau, este integra a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, iniciada

em 2007. Instalado em um terreno de 290.770 m², o *Campus* Macau situa-se na cidade-polo da microrregião salineira, distando 176 km da capital e concentrando ao seu redor 7 municípios: Guamaré, Porto do Mangue, Galinhos, Alto do Rodrigues, Pendências e Afonso Bezerra. A construção do *Campus* contou com a parceria da Prefeitura Municipal de Macau, por meio da doação do terreno e de contribuição financeira para as obras do Laboratório de Recursos Pesqueiros, e da Petrobras, que arcou com recursos para a compra de equipamentos do Laboratório de Análise de Água.

O município de Macau está situado na região do estado do Rio Grande do Norte, conhecida como Costa Branca Potiguar, também denominada região salineira.Ele é um dos maiores produtores de sal do Brasil (a região responde por 95% do sal marinho produzido no Brasil), o primeiro produtor de petróleo do estado em exploração marítima e o segundo maior produtor de pescado do Rio Grande do Norte.

O *Campus* Macau oferece cursos de nível técnico, superior e de pós-graduação, todos na modalidade presencial. Também realiza cursos na modalidade a distância em parceria com o *Campus* Natal-Zona Leste do IFRN. Nessa modalidade, são ofertados cursos de Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Informática para Internet, com aproximadamente 300 alunos. Em seu quadro geral de ofertas, o *Campus* Macau conta com os seguintes cursos: Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, Curso Técnico em Química, Curso Técnico em Informática, Licenciatura em Biologia e Especialização em Ciências Naturais, além do Programa de Ensino de Jovens e adultos – PROEJA. Vale ressalvar o fato de que todos os cursos foram planejados para atender às necessidades da região.

Em 2016, mais de 900 alunos regulares estudaram no *Campus*, e são abertas semestralmente novas vagas para as modalidades Técnico Integrado, Técnico Subsequente e Licenciatura. A unidade dispõe de 105 servidores concursados. Dentre estes, 60 são docentes e 45 são técnico-administrativos. Os servidores do IFRN Macau atuam em projetos que buscam envolver a comunidade do entorno do *Campus*. Voltado a essa perspectiva, são desenvolvidos vários projetos e eventos, a exemplo do "Encontro de Pescadores e Pescadoras da Microrregião Salineira", que conta com exposições e oficinas como a de segurança de pescadores, ministrada por representantes da Marinha do Brasil. Além disso, o Instituto Federal desempenha diversificadas funções no âmbito da pesquisa, da extensão e do ensino. Basta saber que documentos institucionais e fóruns com a comunidade beneficiária dão conta de que muitos dos jovens matriculados não teriam opções de se especializar, nem perspectivas de conhecimentos avançados se não fossem os Institutos Federais. A própria presença dos docentes, dos técnicos-administrativos e de funcionários terceirizados do IFRN também impacta positivamente na sociabilidade e na economia do município de Macau. Em acréscimo, pode-se dizer que, mesmo o prédio em que funciona o *Campus* (Figura 8) produz, de certo modo, alguns efeitos positivos para a cidade.

Figura 8 – IFRN – *Campus* Macau



Fonte: IFRN (2012).

Retomando a abordagem sobre os cursos, faz-se necessário registrar que o Curso Técnico em Recursos Pesqueiros ofertado pelo *Campus* Macau é ofertado em três modalidades distintas, a saber:

- *Técnico Integrado* – O IFRN, ao integrar a Educação Profissional ao Ensino Médio, inova pedagogicamente sua concepção deste último, em resposta aos diferentes sujeitos sociais para os quais se destina, por meio de um currículo integrador de conteúdo do mundo do trabalho e da prática social do aluno, levando em conta os saberes de diferentes áreas do conhecimento. Nessa perspectiva, o IFRN propõe-se a oferecer o Curso Técnico de Nível Médio em Recursos Pesqueiros na forma integrada e modalidade presencial por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando técnicos em recursos pesqueiros. Nessa moda-

lidade, os jovens cursam todo o ensino médio associado à formação técnica profissionalizante;

- *Técnico Subsequente* – O IFRN, como instituição que tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, redefiniu sua função social em consonância com as necessidades identificadas a partir da compreensão desse contexto social e econômico. Dessa forma, consciente do seu papel social, entende que não pode prescindir de uma ação efetiva que possibilite a definição de projetos que permitam o desenvolvimento de um processo de inserção do homem na sociedade, de forma participativa, ética e crítica. Nessa perspectiva, esta modalidade é direcionada a jovens que já tenham concluído o ensino médio e que buscam formação técnica em Recursos Pesqueiros, cujas disciplinas são voltadas à profissionalização, que demandará um período de quatro semestres;
- *Ensino de Jovens e Adultos (EJA)* – O Curso Técnico de Nível Médio em Recursos Pesqueiros na forma Integrada, oferecido pelo IFRN, procura atender às demandas sociais, culturais e econômicas e às diretrizes legais, qualificando profissionais que atendam à necessidade do mercado emergente no estado e, sobretudo, no município, em conformidade com os fundamentos legais que orientam a educação brasileira. Este visa responder à demanda social por políticas públicas perenes, relacionadas à educação de jovens e adultos, as quais envolvam ações educativas baseadas em princípios epistemológicos que resultem em um corpo teórico bem definido e respeitem as dimensões

sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas do estudante do EJA. O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), busca atender a essa clientela através da oferta profissional técnica de nível médio.

Com base nas orientações da Lei de Diretrizes e Bases e nos fundamentos legais que orientam a educação brasileira, o Ensino Médio, concebido como última etapa da Educação Básica, deve ser articulado ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, constituindo-se em um direito social e subjetivo. A Educação Profissional, por sua vez, para ser realmente efetiva, precisa da Educação Básica (fundamental e média) e deve articular-se às mudanças técnico-científicas do processo produtivo.

3.3 A formação técnico-profissional para pesca e aquicultura: desafios e perspectivas

Um dos maiores gargalos a ser corrigido na atividade pesqueira no Brasil está ligado à formação profissional voltada para atender às necessidades da atividade pesqueira, de modo a contribuir para a evolução desse setor. A formação técnica é uma reivindicação antiga. No entanto, ao longo do tempo, não houve, por parte do governo, estímulos para a profissionalização nessa área. Somente a partir da criação dos Institutos Federais (IFs), e com sua expansão foi que, na rede IF, vários *campi* no país abraçaram o desafio de iniciar cursos voltados à formação técnica profissionalizante, direcionados para a atividade da pesca e da aquicultura.

A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica começou em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes Artífices, que, mais tarde, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets) e, por sua vez, à rede de Institutos Federais – IFs (MEC, 2016). No início, essas instituições eram voltadas para as classes desprovidas. Em 2016, a Rede Federal já se configura como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso à formação profissional e tecnológica de qualidade.

Os IFs cobrem todo o território nacional, prestando um serviço à nação, ao dar continuidade à sua missão de formar profissionais cidadãos, qualificando profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizando pesquisa, desenvolvendo novos processos, produtos e serviços, em colaboração com o setor produtivo, e buscando intervir positivamente nas questões de desenvolvimento regional.

Em 29 de dezembro de 2008, 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Hoje são 564 unidades de ensino em todo o país, atendendo a mais de 700 mil alunos com matrículas ativas (MEC, 2016).

A criação dos Institutos Federais, a partir de 2008, rapidamente interioriza o ensino técnico profissionalizante, atendendo a todas as áreas da cadeia produtiva. A expansão da rede IFs abriu frente para a formação profissionalizante na área de pesca e aquicultura em todas as regiões do país.

> A educação profissional técnica de nível médio tem por finalidade formar técnicos de nível médio para atuarem nos diferentes processos de trabalho relacionados aos eixos tecnológicos com especificidade em uma habilitação técnica, reconhecida pelos órgãos oficiais e profissionais A educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio é uma das possibilidades de articulação com o educação básica que objetiva romper com a dicotomia entre formação geral e formação técnica e possibilita o resgate do princípio da formação humana em sua totalidade, superar a visão dicotômica entre o pensar e o fazer, assim como superar o dualismo entre cultura geral e cultura técnica, historicamente vivenciada na educação brasileira em que, de um lado, permeia a educação geral para as elites e de outro, a formação para o trabalho destinada à classe trabalhadora (IFRN, 2012, p. 5).

Conforme dados do MEC (2016), os cursos de formação na atividade de aquicultura e pesca estão presentes em 22 estados das cinco regiões do Brasil, com cursos regulares em 55 *campi*, ofertando cursos em regime presencial e a distância na modalidade integrado, subsequente e de formação continuada – FICs.

3.4 O Curso Técnico em Recursos Pesqueiros do IFRN – *Campus* Macau

O *Campus* Macau, fundado em 2009, como meta da terceira expansão do IFRN, contava, em 2016, com 107 servidores, sendo 62 docentes e 45 técnicos-administrativos. O Quadro 8 e Quadro 9 mostram a projeção da quantidade de alunos matriculados no *Campus* por modalidade de formação, respetivamente.

Quadro 9 – Projeção de matrículas do IFRN – *Campus* Macau (2012–2016)

Número de Matrículas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
	720	**758**	**821**	**963**	**1.059**
Integrado	278	345	412	467	535
Integrado EJA	110	83	66	82	90
Subsequente	121	121	108	108	108
Licenciatura	111	109	135	166	186
Aperfeiçoamento para professores	0	0	0	0	0
Especialização para professores	0	0	0	0	0
FIC para Professores	0	0	0	0	0
Tecnologia	0	0	0	0	0
Engenharia	0	0	0	0	0
Especialização	0	0	0	40	0
Mestrado	0	0	0	0	0
PROEJA FIC Fundamental	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria (dados forneceidos pela Diretoria Acadêmica do IFRN – *Campus* Macau, 2016).

Quadro 10 – Percentual de alunos atendidos no *Campus*, por modalidade

Percentual						**Referência**
Técnico	70,7%	72,4%	71,4%	71,2%	71,9%	50%
Formação de Professores (inicial e continuada)	15,4%	14,4%	16,4%	18,0%	18,3%	20%
Outras ofertas	13,9%	13,2%	12,2%	10,8%	9,8%	---
PROEJA (FIC e Técnico)	29,2%	24,1%	20,2%	19,7%	18,6%	10%

Fonte: elaboração própria (dados fornecedios pela Diretoria Acadêmica do IFRN – *Campus* Macau, 2016).

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso (IFRN, 2012, p. 8), o ensino ofertado nas modalidades médio integrado e subsequente visa alcançar os seguintes objetivos específicos em cada um de seus cursos:

> O Curso **Técnico Integrado em Recursos Pesqueiros**, presencial, tem como objetivo geral formar técnicos de nível médio, com competência técnica, ética e política para desempenhar suas atividades profissionais, nas atividades de captura e de cultivo de organismos que tenham como principal habitat a água para seu aproveitamento integral na cadeia produtiva, com segurança de qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social (IFRN – PPC, 2012, p. 8).

O **Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Recursos Pesqueiros** tem como objetivo geral: formar técnicos de nível médio, com competência técnica, ética e política para desempenhar suas atividades profissionais, nas áreas de extração e de cultivo de organismos que tenham como principal habitat a água para seu aproveitamento integral na cadeia produtiva, com segurança de qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social (IFRN, 2012, p. 7).

O profissional concluinte do Curso Técnico Integrado e/ou subsequente em Recursos Pesqueiros oferecido pelo IFRN deve apresentar um perfil que o habilite a realizar atividades de cultivo de peixes, camarões, ostras, mexilhões, rãs e algas, bem como atividades de pesca extrativa em rios, mares e lagos. Preparar tanques e viveiros para produção aquícola. Auxiliar na condução de embarcação a áreas de pesca, realizando operações de embarque e desembarque. Realizar procedimentos de armação. Beneficiar pescado. Compreender as máquinas, instalações elétricas e hidráulicas das embarcações pesqueiras, bem como os princípios norteadores da manutenção. Compreender e operar equipamentos eletrônicos de navegação e apoio à pesca (IFRN – PPC, 2012, p. 7).

Como proposta, pretende-se que, ao final da formação, o egresso do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros desenvolva as seguintes habilidades durante o processo de formação, segundo o PPC (IFRN, 2012, p. 10-11):

> Conhecer e utilizar as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
> Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;
> Ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber;
> Refletir sobre os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;
> Assumir postura profissional, relacionando-se de forma ética com outros profissionais, clientes e fornecedores, inclusive com o meio ambiente, atuando em equipes multidisciplinares e contribuindo de forma efetiva para atingir os objetivos em seu trabalho;
> Desenvolver atividades profissionais, demonstrando iniciativa, liderança, cortesia e presteza;

Demonstrar cuidado com a apresentação pessoal, no exercício das atividades profissionais;
Desenvolver procedimentos de primeiros socorros e segurança do trabalho; Realizar procedimentos laboratoriais e de campo;
Elaborar, acompanhar e executar projetos;
Executar atividades de extensão e gestão na cadeia produtiva;
Analisar e avaliar os aspectos técnicos, econômicos e sociais da cadeia produtiva dos Recursos pesqueiros;
Aplicar e desenvolver técnicas de beneficiamento de recursos pesqueiros; Dominar as ferramentas básicas da informática;
Desenvolver habilidades interpessoais;
Elaborar propostas – recorrer a conhecimentos desenvolvidos para elaborar propostas de intervenção na realidade local, regional ou nacional;
Saber lidar com o manuseio de documentos e procedimentos burocráticos; Monitorar o uso da água com vistas à exploração dos recursos pesqueiros; Planejar, orientar e acompanhar as operações de captura, de criação e de despesca;
Aplicar a legislação e as normas ambientais, pesqueiras e sanitárias vigentes, além de outras inerentes à área;
Acompanhar obras de construções e instalações aquícolas;
Montar, operar e orientar na manutenção de apetrechos, máquinas e equipamentos de Cap-

> tura e de aquicultura;
> Operar embarcações pesqueiras, observando as normas de segurança; Conhecer e aplicar normas de sustentabilidade ambiental, respeitando o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, Espaço e História;
> Ter atitude ética no trabalho e no convívio social, compreender os processos de socialização humana em âmbito coletivo e perceber-se como agente social que intervém na realidade;
> Ter iniciativa, criatividade, autonomia, responsabilidade, saber trabalhar em equipe, exercer Liderança e ter capacidade empreendedora;
> Posicionar-se crítica e eticamente frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade.

Finaliza-se destacando que, para o IFRN, torna-se bastante desafiadora a formação técnica em Recursos Pesqueiros, em razão das imensas dificuldades encontradas nessa atividade no Brasil, particularmente, no Rio Grande do Norte. Contudo, ao mesmo tempo, faz-se necessário reunir esforços, inclusive de análise, visando profissionalizar jovens que possam atuar na atividade como agentes de mudança na conjuntura da pesca no RN e no Brasil.

Quadro 11 – Total de alunos concluintes no Curso de Recursos Pesqueiros do IFRN – *Campus* Macau

Ano/Período	Alunos
2009	0
2010	1
2011	55
2012	251
2013	275
2014	253
2015	131
2016	30
2017	**42**

Fonte: elaboração própria (dados fornecidos pela Diretoria Acadêmica do IFRN – *Campus* Macau, 2017).

O Curso de Recursos Pesqueiros teve início no *Campus* Macau em 2009 (na modalidade subsequente) e, em 2010, na modalidade integrado. Durante os seis primeiros anos de atuação do *Campus* Macau, com mais de 900 alunos regularmente matriculados, os dados oficiais apontam um baixo índice de concluintes, conforme Quadro 10. Os alunos que realmente concluíram o curso, integralizando as disciplinas e desenvolvendo a prática profissional, não somam 200 alunos. Mais precisamente, são 77 em Recursos Pesqueiros e pouco mais de 100 no curso de Química, o que não representa nem 20% do total de formandos no *Campus* nesse período.

O IFRN, como instituição de formação profissional, busca estar presente em todos os segmentos produtivos e, assim,

poder intervir com profissionais qualificados para as diversas necessidades do mundo do trabalho. Na atividade pesqueira, não poderia ser diferente, uma vez que esse setor precisa de incentivos que profissionalizem e dinamizem essa atividade tornando-a mais atrativa aos investimentos, à exploração e à industrialização, provocando um processo de transformação capaz de alavancar o setor pesqueiro e aquícola no país nas próximas décadas.

A formação em Recursos Pesqueiros é um desafio para o IFRN, dadas as dificuldades do próprio segmento da pesca. Até recentemente, os investimentos governamentais eram consideráveis para a melhoria da infraestrutura, com laboratórios e setores, como a criação da Diretoria da Unidade Produtiva Indústria Escola – DIGUIE[3], no *Campus* Macau, com o propósito de oportunizar a prática profissional para os alunos dos cursos ali ofertados, principalmente para Recursos Pesqueiros, em função da baixa oferta de estágios em empresas do setor na região.

3.4.1 O Perfil do Egresso segundo o PPC do Curso de Recursos Pesqueiros

Não restam dúvidas de que o perfil do egresso transcrito acima (IFRN, 2012) configura-se como uma proposta ousada e desafiadora da instituição. São anseios de uma proposta pro-

3. A Unidade Industrial-Escola do *Campus* Macau atua na área de Recursos Naturais, especialmente Recursos Pesqueiros e Aquicultura, visando contribuir para a formação completa dos alunos. As instalações vão desde laboratórios de análises de água a laboratórios de campo, como tanques de cultivo, para poder atender à demanda de aulas e alunos que utilizam o setor para atividades de pesquisa.

fissional cidadã, com objetivo de consolidar posturas de cidadania e de valores sociais comprometidos com a coletividade, comportamentos e atitudes básicos que refletem o posicionamento crítico sobre a sociedade e sobre o mundo do trabalho, que desperte o interesse em participar e intervir.

O perfil do egresso do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros apresenta um conjunto de regras de um modelo profissional desejado pela instituição, mas que se choca com a realidade percebida no mundo da pesca A proposta do curso é ousada e desafiadora; entretanto, ao trabalhar essas regras no processo formativo, o próprio IFRN acaba, de forma não intencional, afastando ainda mais os jovens, que tendem a rejeitar o conjunto de dificuldades que associam à atividade pesqueira.

A proposta do curso é ousada e desafiadora, ao trabalhar essas regras no processo formativo, o próprio IFRN acaba, de forma não intencional, afastando ainda mais os jovens, que tendem a rejeitar o conjunto de dificuldades que associam à atividade pesqueira

Em suma, foi a expansão e a instalação do *Campus* Macau que possibilitou a implantação do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, atendendo os anseios da comunidade em qualificação técnica na área da pesca. Contudo, apesar de todos os esforços, a intervenção real da formação em Recursos Pesqueiros no mundo da pesca ainda deixa a desejar.

Provavelmente e paradoxalmente, a formação oferecida pelo IFRN passa a ser o meio para que uma parcela da população jovem possa almejar a saída desse contexto da pesca, uma vez que oportuniza a construção de criticidade e saberes, através da profissionalização técnica, capaz de conduzir a realidades mais promissoras.

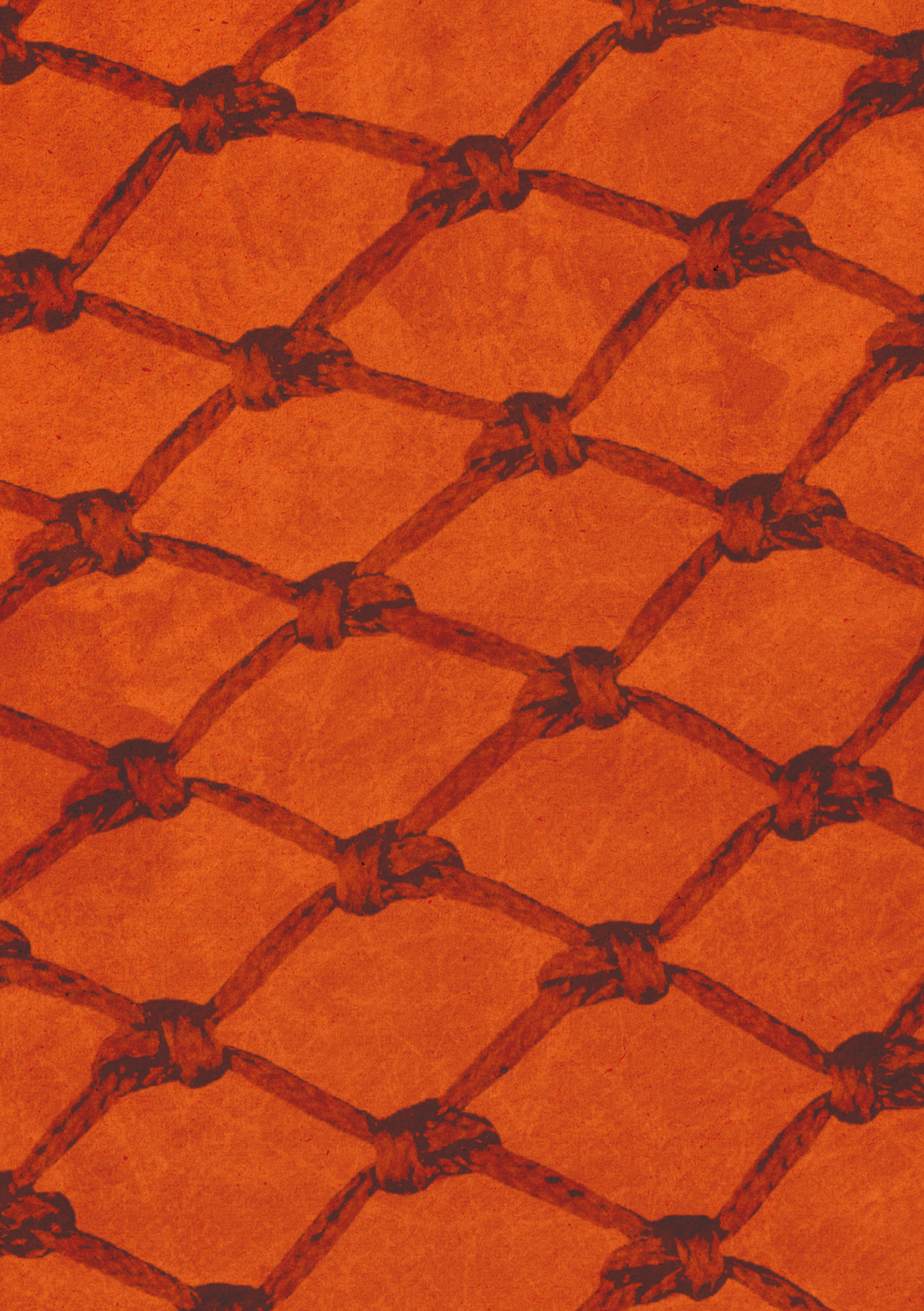
No entanto, os jovens não aceitam a reprodução social do sistema da pesca, pois não se reconhecem como agentes capazes de reproduzi-lo ou transformá-lo, apesar de conhecerem profundamente suas dificuldades.

No entanto os jovens não aceitam a reprodução social do sistema da pesca, pois não se reconhecem como agentes capazes de reproduzi-lo ou transformá-lo, apesar de conhecerem profundamente suas dificuldades.

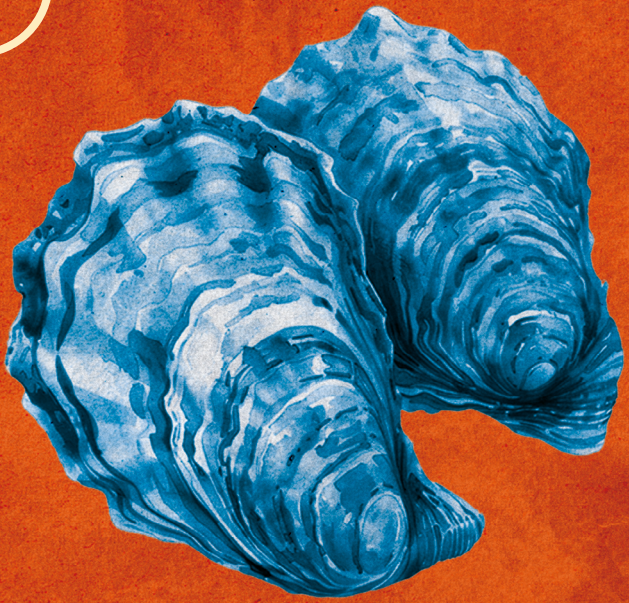
Também se constata que, no próprio ambiente do IFRN, ao se depararem com um mundo que os jovens cobiçam, marcado pela modernidade, distinto daquele em que vivem em suas comunidades tradicionais, um mundo que desejam para si, que encanta e seduz, acabam se afastando ainda mais do interesse em atuar na atividade pesqueira.

Segundo Giddens (2009), o mundo moderno, com base na racionalidade e no conhecimento sistematizado, provoca mudanças reflexivas na estrutura da sociedade, na qual o próprio indivíduo desenvolve a reflexividade, rompendo com valores enraizados da tradição, predominantes nas estruturas sociais pré-modernas. Assim, a formação técnica profissionalizante torna-se um desafio ao formar profissionais que realmente intervenha, no mundo social da pesca como agentes transformadores. O curso apresenta-se como uma esperança de intervenção e modernização das propriedades estruturais que predominam nesse sistema social.

É preciso esclarecer que se fazem necessárias inúmeras outras ações conjuntas com a sociedade organizada para que, de fato, possa ocorrer a valorização e a intervenção na atividade pesqueira e, assim, promover nos jovens o estímulo e o interesse em atuar e intervir efetivamente nesse setor.



4



A ÓTICA DOS ATORES ENVOLVIDOS NA FORMAÇÃO EM RECURSOS PESQUEIROS

4.1 Apresentação do capítulo

Este capítulo apresenta os resultados obtidos na pesquisa realizada com os diversos atores envolvidos na Formação Técnica em Recursos Pesqueiros do IFRN (2014–2019).

Inicialmente, são apresentados os resultados da pesquisa-piloto realizada a fim de fortalecer a hipótese deste estudo e proporcionar uma compreensão mais verticalizada a respeito da desmotivação dos jovens pela Formação Técnica em Recursos Pesqueiros ofertada pelo IFRN – *Campus* Macau, a partir do conhecimento das propriedades estruturais do mundo da pesca enquanto sistema social, composto por dois de seus subsistemas: pesca artesanal e pesca industrial.

Sequencialmente, apresentam-se as análises da investigação realizada com os atores envolvidos no processo de formação, dando ênfase às opiniões dos alunos do curso. A fim de emitir pareceres mais confiáveis e menos presuntivos, recorreu-se a entrevistas com servidores e gestores do IFRN envolvidos diretamente nessa formação técnica. Também foram ouvidos empresários, líderes da atividade pesqueira e autoridades públicas que atuam diretamente nos setores da pesca e da aquicultura.

Visando investigar a validade da hipótese levantada neste estudo e atingir os objetivos propostos, definiu-se a pesqui-

sa como de caráter descritivo e qualitativo. Quanto aos atores desse contexto, elegeram-se o jovem aluno e o egresso do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, com o propósito de identificar as variáveis que afetam a motivação ou desmotivação desses em relação a essa formação.

Dentre as técnicas utilizadas, destacam-se a técnica de grupo focal e a aplicação de entrevistas. Os dados coletados foram tratados, mensurados e direcionados à elucidação das questões e inquietações suscitadas. Para tal, os dados foram cruzados utilizando-se a técnica de triangulação, a qual permitiu inúmeras considerações acerca da proposta de tese formulada.

4.2 Análise dos dados coletados

Conforme indicado no início desta seção, dividiu-se a análise em duas partes principais. Em um primeiro momento, as respostas das entrevistas foram agrupadas com base nos traços comuns. Em um segundo momento, analisaram-se os resultados à luz da contribuição teórica, visando responder às questões que problematizam este estudo.

Vale ressaltar o fato de que as análises dos enunciados concretos dos atores ouvidos neste estudo serão subsidiadas, particularmente, pelas concepções teóricas derivadas da sociologia aplicada, sobretudo aquelas postuladas por Giddens sobre a constituição da sociedade.

4.3 Resultados da pesquisa-piloto

Esta pesquisa foi realizada no decurso da oficina promovida com alunos, egressos, professores do IFRN, jovens da comunidade e gestor público do município. Essa oficina teve o intuito de amadurecer o entendimento das questões levantadas neste livro.

Nesse evento, os presentes foram ouvidos e provocados pelo intermediador, pesquisador deste estudo (e diretor da instituição). Neste momento, o foco estava centrado na comprovação (ou não) da problemática que amparou a investigação científica – a desmotivação dos jovens frente à Formação Técnica em Recursos Pesqueiros.

4.4 Percepção quanto ao Curso de Recursos Pesqueiros

A oficina ocorreu durante o evento da IV EXPOTEC – Exposição Técnica e Cultural do IFRN – *Campus* Macau, evento anual promovido pela instituição, precisamente no término dessa atividade pedagógica. O moderador/pesquisador deste livro direcionou, inicialmente, indagações a todos os presentes, visando estimular o debate. Os participantes discutiram sobre a atuação do curso no processo de formação.

As contribuições desveladas na pesquisa piloto contribuíram no sentido de identificar fatores que possam consolidar a problematização desenvolvida neste livro, na medida em que permitiram desvelar os motivos que levam os jovens cursando Recursos Pesqueiros a rejeitar a possibilidade de atuar na atividade da pesca.

Uma das contribuições da pesquisa piloto foi a de permitir compreender que um fator a ser considerado é o fato de os jovens, ao passarem a ter acesso à formação ofertada pelo IFRN, com sua entrada no ambiente acadêmico da instituição, perceberem essa experiência como um acesso à modernidade, o que poderia despertar sentimentos de rejeição ou resistência ao ingresso na atividade pesqueira.

Efetivamente, ao ingressarem no IFRN, os jovens deparam- se com um novo mundo, um mundo de possibilidades, (des)conhecidas ou, pelo menos, mal conhecidas, que vão influenciar suas decisões. Decisões que, sendo tomadas, colocam em risco os objetivos do IFRN. Um desses objetivos é, por meio do Curso de Recursos Pesqueiros, tornar esses jovens agentes de transformação no mundo da pesca. Contudo, as influências das relações sociais possibilitadas pela sua presença na instituição poderiam estar a ser um condutor dessa resistência, uma vez que com o ingresso no IFRN passam a ter consciência mais clara de que existe um mundo novo, feito de modernidade, oportunidades e aspirações que não vislumbram no mundo da pesca.

Para melhor compreender esse fator, buscou-se em Giddens (2009) a noção de dualidade da estrutura, na qual as propriedades estruturais, com suas regras e recursos, determinam o caráter recursivo da ação, pois as regras da vida social no contexto da pesca e do IFRN são antagônicas e, para os jovens, constituem-se como paradigmáticas de suas intenções. A rejeição ao mundo da pesca, neste caso, representa para os jovens uma forma de recursividade reforçada pelo ambiente do IFRN, o qual, indiretamente e de forma não desejada, reforça essa rejeição, retroalimentando e aguçando valores

e percepções da modernidade nos alunos do curso e, de modo relevante, trazendo à tona o conhecimento de algumas das propriedades estruturais do mundo da pesca em sua dimensão mais negativa e repulsiva.

Inclusive, quando os jovens ouvidos apresentavam proposições para melhorar o curso e, em consequência, contribuir para melhorar a atividade da pesca, em seus depoimentos, estariam simplesmente a reforçar a rejeição da atividade pesqueira, pois, recorrendo a Giddens quando trata da reflexividade, evidenciavam, por meio da reflexividade discursiva, a percepção negativa que possuem quanto à formação e à atividade empresarial do setor. Isso faz uma referência às "regras da vida social" citadas anteriormente. Nesse ponto, as regras – e aqui cabe uma referência à reprodução, legitimação e sanções do modelo social – constituem-se como reguladoras das interações humanas e são reforçadas pelas próprias ações dos agentes (recursividade, retroalimentação). A análise e a síntese dos pronunciamentos encontram- se sumarizadas no Quadro 12.

Quadro 12 – A voz dos atores: aspectos negativos e proposições de melhorias para o Curso de Recursos Pesqueiros

ASPECTOS NEGATIVOS DO CURSO
• É falho e falta interesse dos docentes.
• É muito atuante, mas ainda desconhecido.
• Faltam aulas de qualidade.
• Há professores não comprometidos. Ainda é muito limitado.
• É inferior aos demais da instituição.
• Existem professores que têm percepção negativa sobre o curso, o que é repassado e impacta negativamente os alunos.

- Falta prática e incentivos.
- A proposta do curso está distorcida, pois a formação está mais focada em técnicas de cultivo, quando deveria voltar-se para conhecimentos e experiências da pesca artesanal, industrial e aquicultura.

Fonte: elaboração própria (2017).

Em resumo, da análise das falas dos participantes, percebe-se várias críticas à gestão e à organização do Curso de Recursos Pesqueiros, nomeadamente as seguintes: os docentes não são muito atuantes; limitam-se tão somente às atividades de sala de aula; não acreditam na valorização do curso por parte da comunidade e do empresariado para estimular a inserção dos formandos no mercado de trabalho. Para que isso aconteça, será preciso que os docentes desenvolvam ações que promovam o incentivo aos jovens em formação; alegam que serão necessárias mais práticas laboratoriais, projetos de extensão e de pesquisa que possam melhorar o estímulo do aluno quanto à formação, no sentido de que passem a vivenciar, na prática, os conhecimentos teóricos trabalhados em sala de aula; consideram que o curso precisa expandir sua atuação para além da carcinicultura, uma vez que existem muitas outras culturas e possibilidades a serem trabalhadas no processo de formação. Desse modo, pode-se ampliar o leque de possibilidades de absorção dos jovens pelo mercado de trabalho. Por fim, entendem que a formação na área deveria se ampliar também para pescadores e pessoas que atuam nessa atividade e que possuem baixas qualificações.

Em suma, os jovens encontram muitas debilidades estruturais na organização e na gestão do curso de Recursos Pes-

queiros, que se podem ligar às próprias propriedades estruturais do mundo da pesca, ainda que não as verbalizem de forma clara e direta. Daí pode-se inferir que, apesar dos esforços do IFRN para dotar os alunos de uma formação de excelência voltada para o mundo da pesca, tal não tem sido conseguido, no sentido de alimentar nos jovens o interesse em atuare na atividade pesqueira. A gama de recursos despendidos pela instituição não tem conseguido desenvolver a motivação nos jovens, ou ao menos o suficiente para elevar o desejo de ingressar (ou regressar) no mundo da pesca utilizando a formação técnica e científica obtida no IFRN. Essa constatação leva a reforçar a hipótese de que o conhecimento prático das regras e recursos que formam as propriedades estruturais do sistema social da pesca desestimula os jovens, pois estes as percebem como repulsivas, próprias de uma realidade social repleta de dificuldades de todo tipo, da qual tendem a se afastar, ainda mais quando se deparam com o mundo da modernidade que lhes é oferecido pelo ingresso no IFRN.

Em Veiga (2006), constata-se que a estruturação traz, em seu arcabouço, contribuições no sentido de produzir e reproduzir as práticas do sistema de regras sociais. Isso se verifica, de fato, quando se analisa o sistema social do mundo da pesca, em que a práxis e os hábitos sociais se produzem e, sobretudo, se reproduzem sem traços de modernização.

Sendo os atores humanos, aos quais Giddens (2009) denomina agentes competentes, aqueles que tendem a reproduzir o que já está feito na continuidade da práxis, é preciso crença, vontade e interesse para que exista motivação para contribuir com a transformação das propriedades estruturais. Neste caso, a pesquisa piloto tende a mostrar que, no mundo

da pesca, todas as ações dos agentes que o compõem resistem às mudanças e às transformações, algo que os jovens, em sua maioria oriundos desse contexto, vivenciam desde muito cedo. Esses jovens, apercebem-se de que viver em comunidades pesqueiras e fazer da pesca (sobretudo a artesanal) um modo de vida permanente, é fazer parte de um modelo social impregnado de baixa qualidade de vida. Assim, eles são impulsionados a buscar fora de suas comunidades a modernidade desejada, um modelo de vida com melhores perspectivas, diferente do contexto social que vivenciam.

Os jovens tomam para si, de modo recursivo e reflexivo, caminhos contrários aos objetivos que o Curso de Recursos Pesqueiros ofertado pelo IFRN almeja alcançar. Ficou claro que não lhes interessa a atividade pesqueira como local para exercerem a sua atividade profissional futura, almejando ingressar, ainda que de forma hedonista e egoísta, na modernidade percebida que se clareia e se fortalece através do processo de formação oportunizado pelo IFRN.

Assim, apesar de o todo esforço da instituição em promover a formação profissionalizante na atividade da pesca, pode-se considerar que o ambiente vivido no IFRN também contribui, mesmo que indiretamente, para que os alunos diminuam o interesse em intervir com o conhecimento técnico na atividade pesqueira. Recorrendo a Giddens, pode-se dizer que o espaço social do IFRN produz consequências não intencionais que se manifestam colocando em causa as intenções inerentes à própria oferta do Curso de Recursos Pesqueiros.

Neste ponto, cabe-nos abordar os aspectos positivos na concepção dos alunos e ex-alunos quanto ao Curso de Recursos Pesqueiros. Conforme constatado na pesquisa piloto,

todos consideram que o IFRN, na sua trajetória de formação profissionalizante, abraçou a causa da formação técnica no setor da pesca. No tocante à formação, inúmeros são os desafios, principalmente na área da pesca artesanal, que constitui a expertise natural da região. No tratamento dessa questão, as principais colocações apresentadas pelos participantes são as que constam no Quadro 13.

Quadro 13 – A voz dos atores: aspectos positivos do Curso de Recursos Pesqueiros

ASPECTOS POSITIVOS DO CURSO
• O curso é muito bom.
• Permite a formação de profissionais para intervirem positivamente na realidade da pesca e aquicultura.
• Permitirá aos técnicos atuarem também como empreendedores.
• A proposta do curso permite a formação de excelência.
• A formação é de extrema importância para uma área de grande potencial.
• A formação teórica é ótima.
• O curso é muito bom, mas limitado.
• O curso é excelente para desenvolver as atividades da área no Estado.
• O curso contribuirá para o desenvolvimento da pesca em Macau, nos municípios circunvizinhos, no estado, região e país.

Fonte: elaboração própria (pesquisa de campo – oficina piloto, 2019).

Como se pode constatar, todos os sujeitos julgaram importante a iniciativa do IFRN em ofertar um curso para formar técnicos em recursos pesqueiros, curso que avaliaram de forma discursiva muito positivamente, situando-o numa escala entre bom e muito bom para o futuro desse ofício na região. Também admitiram que o curso permite a formação de pro-

fissionais qualificados para intervir como agentes transformadores da realidade da pesca e da aquicultura, favorecendo que os técnicos formados atuem não apenas como colaboradores de empresas do ramo, mas também como futuros empreendedores fortalecendo a atividade com novos negócios. Enfim, parece-lhes um curso com potencial para produzir uma formação de excelência. Destacam ainda que a atividade pesqueira necessita de profissionalização, uma vez que a formação técnica é de extrema importância para uma área de grande potencial. Outro aspecto realçado pelos presentes foi o de que a formação profissional proporcionada pelo curso irá contribuir para transformar estruturalmente as atividades pesqueiras na região, no estado e no Nordeste do Brasil.

Todavia, no decurso da interação com os jovens, percebemos que as falas escondem o que Giddens (2009) designa como consciência prática. Na verdade, ainda que discursivamente apontassem aspectos positivos da formação em recursos pesqueiros, os jovens não mostravam real vontade de atuar no mundo da pesca usando essa formação, provavelmente por estarem na posse de um conhecimento prático das dificuldades enfrentadas nesse universo, de cujas propriedades estruturais pareciam revelar-se profundos conhecedores.

Dessa forma, consciência prática e consciência discursiva se aproximam bastante: a ação influencia a estrutura e, por sua vez, passa a ser influenciada por ela.

Veiga (2006) considera que a estrutura não se refere, somente às grandes estruturas sociais – nível macro, mas também às estruturas referentes à interação entre os atores em nível microssocial. As estruturas do IFRN (micro), por si só, sem a conjuntura e agregação das estruturas do sistema so-

cial(macro), não conseguem, apenas com a formação, intervir na modernização do mundo da pesca.

Portanto, na pesquisa piloto, recolhemos a hipótese de que os jovens têm noção de como está estruturado o mundo da pesca; e isso não os agrada, especialmente porque sabem (ou antecipam) que nele serão escassas as perspectivas de carreira, de auferir bons salários e de ter oportunidades reais em empresas formais que os queiram acolher e mudar seu futuro. Portanto, mesmo afirmando os potenciais da formação, de forma reflexiva, rejeitam-na, recusando-se a fazer uso dela. Tal situação contraria, de forma clara e objetiva, o otimismo e a confiança de todos os responsáveis envolvidos, no Curso de Recursos Pesqueiros oferecido pelo IFRN – *Campus* Macau, no que concerne à melhoria e ao fortalecimento da atividade pesqueira de Macau, dos municípios circunvizinhos, bem como de toda a região salineira do estado do Rio Grande do Norte.

Com base no Projeto Pedagógico do Curso (2015), no decorrer da pesquisa piloto apresentamos o perfil que os alunos egressos devem ter ao final da formação, quanto à absorção de conhecimentos e à sua postura profissional: competências humanas, técnicas e cidadãs. Ou seja, a proposta do IFRN para a formação técnica na área de Recursos Pesqueiros é pioneira, complexa, ousada e desafiadora, em consonância com os anseios de uma proposta profissional cidadã, com o intuito de desenvolver e consolidar valores sociais, comportamentais e atitudinais básicos que reflitam um posicionamento crítico sobre a sociedade e o mundo do trabalho.

Em suma, a pesquisa piloto contribuiu para um olhar prévio sobre o objeto de estudo, no sentido de compreender como os jovens avaliam a formação recebida no curso de Recursos

Pesqueiros e como antecipam fazer uso dessa formação no futuro. Considerando a identificação das propriedades estruturais do mundo social da pesca já identificadas neste estudo, e que trazem em seu arcabouço um conjunto de regras e recursos próprios desse mundo, percebe-se que tais propriedades são conhecidas e, por vezes repulsivas em sua generalidade, levam os jovens a não quererem ingressar no mundo da pesca. As razões que invocam estão relacionadas ao que Giddens (2009) designa como consciência prática, ainda que, em alguns casos, consciência prática e consciência discursiva se aproximem bastante. Tanto isso se mostra plausível que os jovens, apesar de reconhecerem que a formação em recursos pesqueiros atende às necessidades do mundo da pesca, não desejam ingressar numa realidade que vivenciam no cotidiano de suas famílias e comunidades pesqueiras, justamente porque possuem conhecimento prático das dificuldades que irão enfrentar. Em algumas falas percebe-se que consciência discursiva e consciência prática se aproximam, pois alguns jovens verbalizam de forma muito clara como pensam que está estruturado o mundo da pesca, e isso não os agrada. Especialmente porque percebem que nele serão escassas as perspectivas de carreira, de auferir bons salários e de ter oportunidades reais para aplicar os conhecimentos recebidos em empresas formais que os queiram acolher ou na criação de suas próprias empresas, que lhes permitam concretizar suas aspirações de melhorar de forma expressiva sua qualidade de vida. Digamos que, das ilações retiradas da pesquisa piloto, podemos interpretar que os jovens apenas se veem como agentes reprodutores do socialmente instituído no mundo da pesca, ou seja, atores que irão servir para dar continuidade à reprodução das suas propriedades estruturais mais repulsivas.

A pesquisa piloto chamou-nos também a atenção para o fato de a formação oferecida pelo IFRN promover nos jovens o acesso a aspirações sociais e profissionais que não coincidem com as que antecipam passíveis de alcançar com o regresso (ou ingresso) ao mundo da pesca, onde vivem ou do qual conhecem como vivem os que dele fazem parte.

A pesquisa piloto confirma, a partir da percepção dos participantes, sobretudo que a pesca artesanal carece de intervenção e que o sistema social da pesca apresenta propriedades estruturais repulsivas, cujas regras e recursos desestimulam os jovens a querer atuar nele. Essa situação é um enorme desafio para o IFRN, como agente de formação profissional, no sentido de encontrar medidas que levem os jovens formandos do Curso de Recursos Pesqueiros a aceitarem atuar no mundo da pesca.

Constatou-se, portanto, que esta pesquisa piloto contribui para inferir e validar este estudo, no sentido de que a proposta de formação na área da pesca é importante e tem relevância; no entanto, os alunos que recebem essa formação não se percebem como agentes de transformação no mundo da pesca.

4.5 A pesquisa final

Neste recorte, apresentam-se as falas dos principais atores do estudo – jovens alunos e egressos do Curso de Recursos Pesqueiros; servidores do IFRN – *Campus* Macau envolvidos na formação (docentes, técnicos, coordenador do curso e diretor acadêmico), empresários do ramo da pesca, gestores pú-

blicos e líderes comunitários ligados ao setor da pesca; bem como as considerações do pesquisador, na condição de docente e gestor do *Campus* Macau, acerca da situação do curso, das estratégias institucionais e das contribuições do IFRN para a atividade pesqueira na região, buscando compreender o desestímulo dos jovens em relação à formação na área.

4.5.1 Relato e análise dos depoimentos dos jovens

No inquérito com os jovens as questões foram agrupadas da seguinte forma: em primeiro lugar, questões relacionadas às variáveis sobre o cotidiano social, à qualidade de vida, o cotidiano familiar e social. Essas variáveis dizem respeito às questões de 1 a 5 do inquérito aplicado. Em segundo lugar, colocaram-se questionamentos relacionados à percepção dos jovens quanto ao cotidiano social após ingresso no IFRN – *Campus* Macau. (questões de 6 a 13 do inquérito aplicado). Em terceiro lugar, elencam- se questões relacionadas à consciência dos conhecimentos na atividade pesqueira a partir do olhar dos jovens atendidos no Curso de Recursos Pesqueiros (questões de 14 a 20 do inquérito aplicado). Em quarto lugar, explora-se a representação social do curso sob o olhar dos jovens atendidos (questões 21 e 22 do inquérito aplicado). Em quinto lugar, busca-se a compreensão do mundo da pesca sob o olhar dos jovens atendidos no Curso de Recursos Pesqueiros (questões de 23 a 27 do inquérito). Em sexto lugar, aplicam-se questões relacionadas à representação social da pesca (questões 28 a 31 do inquérito aplicado). Por último, registram-se as propostas dos entrevistados para o curso e para a atividade pesqueira.

A seguir, são apresentadas as principais afirmações feitas, bem como as análises. Vale sublinhar o fato de que, em função da similaridade das respostas, apresentam-se os relatos, esclarecendo que todas as 16 entrevistas foram consideradas para a formulação das análises.

4.5.2 Percepção sobre o cotidiano

Para os conhecimentos da realidade social desses jovens, buscou-se desenvolver, nas entrevistas, perguntas relacionadas ao ambiente onde vivem, como se relacionam, como vivem em comunidade e como percebem as comunidades das quais fazem parte e o mundo que os cerca.

Os relatos apresentados estão relacionados com as variáveis referentes à qualidade de vida, às aspirações pessoais, à consideração sobre o cotidiano em que vivem suas famílias/comunidade, à percepção dos jovens sobre as vivências nas suas comunidades, à perspectiva de vida, ao comportamento dos jovens dentro da realidade de suas comunidades, à sua percepção quanto à atividade pesqueira e à vivência familiar.

4.5.3 Percepção sobre qualidade de vida

Os depoimentos dos jovens indicam que estes associam fortemente qualidade de vida à estabilidade financeira, à realização profissional e às conquistas pessoais. Perseguir um bom padrão econômico, suprir as necessidades de sobrevivência econômica e social, buscar a realização profissional, assegurar as condições básicas de vida pessoal e familiar, ter direito a uma propriedade, à saúde, à educação, ao lazer, às in-

fraestruturas sociais e comunitárias básicas, ou seja, ter condições para viver em sociedade de forma digna é o que mais almejam os entrevistados, conforme expressam os trechos de seus discursos transcritos a seguir.

> Qualidade de vida é equilíbrio entre trabalho, estudos e o que você considerar como lazer, ou como algo que te dê prazer. É esse equilíbrio. Tudo que for em excesso acaba atingindo esse equilíbrio e atinge diretamente a qualidade de vida (A2 – Aluno do curso).

> Para mim, qualidade de vida é eu ter uma condição de vida, como a palavra diz, boa; mas, assim, que não falte o meu pão de cada dia (A12 – Aluno do curso).

> Qualidade de vida, pra mim, é se você tem uma determinada condição de desenvolvimento, de poder viver bem, se o que está ao seu redor lhe atende nas suas necessidades. Ou então quando você tem uma espécie de serviço ou de bens que lhe garante poder viver bem, poder viver, seja sustentável, seja no nível econômico, seja no nível social, que você tem um bem e você, a partir desse bem, você consegue atingir, consegue progredir no seu trabalho e você estar bem (A13 – Aluno do curso).

> Qualidade de vida eu acho que é, pra mim, é você

> se manter bem, se manter estável, se manter de um modo de vida agradável a você. Confortável. É se realizar profissionalmente, primeiramente (A6 – Aluno do curso).
>
> Então, qualidade de vida, pra mim, é você ter as condições básicas dignas, de você ter assegurado os seus direitos a uma propriedade, a questão de saúde, educação, lazer, infraestrutura, ou seja, aquelas necessidades pra você viver em sociedade, de uma forma digna (A16 – Aluno do curso).

Nestes depoimentos, constata-se que a qualidade de vida está associada à questão da estabilidade financeira; ao emprego e ao equilíbrio na vida pessoal, saúde, ao ambiente de trabalho e ao ambiente familiar. Tudo em função do bem-estar pessoal e social.

Os relatos dos jovens permitem constatar que a qualidade de vida a que esses atores sociais almejam não compreende a área da pesca, pois cobiçam um mundo de modernidade que sabem não existir no mundo da pesca.

Na percepção de alguns servidores do IFRN – *Campus* Macau, a qualidade de vida está associada às variáveis de equilíbrio que remetem a interesses profissionais, pessoais e familiares. Também entendem que o bem-estar associa-se ao acesso a lazer, à saúde e à espiritualidade, a exemplo do que se registra no seguinte pronunciamento:

> [...] é poder conciliar trabalho, estudos, família e lazer de forma harmônica e equilibrada para que o dia a dia, a rotina seja prazerosa...é sem-

> pre estar buscando interagir, buscando novos conhecimentos, dando sentido à vida, por *hobby* ou por obrigação" (Servidor do IFRN – *Campus* Macau).

Como se pode perceber, a partir das colocações apresentadas, a qualidade de vida condiciona-se também à promoção do bem-estar, tanto físico quanto espiritual, de um indivíduo. É o equilíbrio que se transforma em qualidade de vida e está ligado a questões como bem-estar físico, intelectual, emocional, profissional, espiritual e social. Tudo isso, aplicado no ambiente de trabalho, gera impacto positivo no resultado final daquilo que se faz.

Na visão do Empresário A, ouvido na pesquisa, a qualidade de vida das comunidades pesqueiras locais melhorou; no entanto, tal como entende e como deixa transparecer em seu depoimento, a pesca local é totalmente artesanal e encontra-se em constante decadência. Como fator principal dessa decadência, aponta o modo de pesca, que ainda é muito arcaico; tanto é que as novas gerações não querem atuar na pesca artesanal, dadas as dificuldades do setor. Suas próprias palavras dão o veredicto: "o próprio pescador que já está ficando velho, com sua idade avançada e a gente não vê perspectiva para que os jovens o substituam".

O que confirma algumas importantes propriedades estruturais do sistema social do mundo da pesca, onde predominam baixos salários, falta de perspectiva de ascensão profissional e baixa qualidade de vida, que, por serem repulsivas, não são minimamente atrativas para motivar os mais jovens a atuar nesse mundo.

O Líder B, por sua vez, considera que a vida nas comunidades pesqueiras tem algo de bom. Segundo afirma, "tem que ver o seguinte: numa comunidade dessa não há fome; as pessoas vivem dignamente do seu trabalho, dos recursos naturais". No entanto, acrescenta que a qualidade de vida pode melhorar se houver outros investimentos e aprimoramentos da atividade pesqueira, como o beneficiamento do pescado para agregar valor. Além disso, entende que deve haver mais atuação governamental, com políticas públicas para a atividade pesqueira, como subsídios e incentivos a projetos de restauração e aquisição de embarcações por parte dos trabalhadores que atuam na pesca artesanal.

Nos relatos, mesmo quando apresentados de forma positiva, identifica-se e confirma-se que a falta de políticas governamentais apresenta-se como uma importante propriedade estrutural do sistema social do mundo da pesca, o que reafirma a discursividade reativa dos jovens em não querem permanecer nem atuar profissionalmente neste mundo.

4.5.4 O cotidiano familiar dos jovens na comunidade

No que se refere ao cotidiano em que vivem com suas famílias, a percepção dos jovens é de um ambiente simples e rotineiro. Alguns registram conflitos familiares e falta de apoio da família na satisfação de suas aspirações. Para Pais (1993, p. 108), "o cotidiano é o que se passa quando nada se parece passar". Nesse sentido, a rotina impera nos acontecimentos; o que se passa no cotidiano é rotina – o que pode ser considerado como o hábito de fazer as coisas sempre do mesmo jeito. Assim, o cotidiano se manifesta como um campo de rituali-

dades que se sustenta por uma segurança ontológica que se manifesta na rotinização reproduzida no dia a dia (Giddens, 2009).

No tocante à comunidade em que vivem, alegam, prioritariamente, a falta de oportunidades para os jovens alunos. Todos residem em comunidades pesqueiras e, direta ou indiretamente, têm suas famílias ligadas a essa atividade. Revelam que a comunidade não vê a realidade do cotidiano como sendo de boa qualidade. De fato, constata-se que existem muitos problemas de infraestrutura, serviços básicos de saúde, educação, segurança, oportunidades de trabalho, dentre outros. Seguem trechos de alguns relatos que corroboram esse entendimento.

> Hoje em dia, como posso falar? Seria um cotidiano não tão bom com os familiares. Em relação de muitas coisas...eu posso dizer a você um fator como a falta de emprego na comunidade pesqueira (A1 – Aluno do curso).

> É o cotidiano de uma família humilde, pobre; é um cotidiano de batalha todo dia, de você ter a garantia, de você ter essas condições mínimas de viver com certa dignidade (A16 – Aluno do curso).

> Eu considero normal, calmo; e tem dias, por minha mãe ser doente, que é complicado; mas, tirando isso, é normal (A11 – Aluno do curso).

> O cotidiano familiar cheio de problemas, as intrigas; não é uma família muito unida nem estável, não é muito agradável (A9 – Aluno do curso).

Como já relatado em capítulos anteriores, as comunidades pesqueiras tradicionais carecem de infraestrutura básica. Tais problemas resultam da ausência secular de políticas públicas efetivamente empoderadoras da atividade e que valorizem e tornem essas comunidades ambientes de ampla cidadania e dignidade, resultando em desenvolvimento e melhor qualidade de vida a seus habitantes.

Ambiente de pobreza, falta de emprego e batalhas para sobreviver são alguns dos relatos que anunciam o quanto os estudantes conhecem algumas das propriedades estruturais mais repulsivas do mundo da pesca e seu subsistema da pesca artesanal sobretudo, mas também da pesca industrial. É esse saber prático, obtido no contexto da vida cotidiana, que os afasta do interesse pela atividade pesqueira. É o que se confirma nos seguintes depoimentos:

> A qualidade de vida aqui em Macau, eu considero muito boa. Pelo menos para as pessoas que eu consigo conviver mais de perto. Mas, assim, numa visão mais macro; é claro que existem algumas deficiências (A3 – Egresso do curso).

> A comunidade vive exatamente da pesca; a atividade econômica fundamental é a pesca, que, infelizmente, em partes, ela acaba tendo um

certo declínio, porque a maioria dos pescadores mais antigos têm uma certa dificuldade de passar o ofício para a futura geração e isso acaba se tornando ruim (A13 – Egresso do curso).

Se vive em sua comunidade, eu acho que no limite. Não há nada muito bom, nem nada muito ruim, mas no limite. Eu acho que pra comunidade melhorar tem que partir dela própria, e é muito difícil você tentar influenciar ou tentar ensinar novamente costumes a pessoas mais idosas (A4 – Aluno do curso).

A comunidade que eu vivo é uma comunidade, vamos dizer, que dentro da cidade, uma das comunidades carentes. Lá engloba pessoas simples: pescador, pequenos comerciantes, até mesmo pessoas mais simples ainda, doméstica (A16 – Aluno do curso).

O que eu vejo pra minha comunidade é que ela precisa mais de sair do comodismo. As pessoas, elas são muito cegas. A cidade não cresce, devia crescer, e a população ela tá dormindo (A11 – Aluno do curso).

A maioria das pessoas são desempregadas. Outras usam como meio de subsistência a pesca. Trabalham de moto táxi, de motorista fazendo linha do Alcanorte pra Macau. Até agora, eu não

> vejo perspectiva, até porque não tem quem dê um apoio necessário para que haja mudança na comunidade (A9 – Aluno do curso).

De modo geral, confirma-se nos depoimentos dos jovens uma marca da rejeição ao modo de vida das comunidades e falta de interesse dos alunos do Curso de Recursos Pesqueiros em intervir na resolução dos problemas. As propriedades estruturais do mundo da pesca aparecem claramente nos seus discursos. A referência a fatores tais como apego à tradição, pobreza, desemprego, pequenos negócios familiares ou individuais, vida árdua e arriscada e baixos salários, vêm a confirmar que várias das propriedades estruturais oportunamente identificadas são percebidas e consolidadas na memória reflexiva desses jovens, desenvolvendo nestes o desinteresse e desmotivação, pois não é este o mundo que desejam para si. Pelo menos, é o que fica evidenciado nos trechos de depoimentos seguintes.

> Olha, eu considero que é uma atividade bastante propícia para qualquer pessoa exercer. Agora, no entanto, a gente não pode deixar de ver que a atividade na produção, na atividade de pesca mesmo, é uma atividade bastante árdua, seja em qualquer nível dessa, seja na artesanal, na comercial, seja na industrial (A14 – Aluno do curso).

> Os colegas de curso, eles veem que não é um mercado que chegue pra você e diga: "Tô pre-

cisando de você." Então, eles ficam desestimulados muitas vezes. Então, não depende só da gente, claro que nós temos uma parcela, mas, pra gente se estimular, outros precisam estimular. Então, eles ficam muito inseguros em arriscar em trabalhar na área (A15 – Aluno do curso).

A gente fica um pouco barrado, por causa que você tem as inspirações pessoais, as necessidades pessoais e, se fosse agregado às inspirações que você tem pessoal e a oportunidade de você exercer ganhando remuneração, aí seria o ideal que você estaria aplicando seu conhecimento que o IF pode dar, e você melhorar a condição da sociedade (A16 – Aluno do curso).

Mas as vidas dessas famílias são de muitas dificuldades; são pessoas carentes, que saem de suas casas para buscar seu sustento, mas o poder do município deixa um pouco a desejar, a falta de incentivos para as famílias na área da pesca (Secretário de Pesca de Macau).

A pesca, no caso a nossa, aqui, que é uma pesca totalmente artesanal, vem em constante decadência, devido aos modos de pesca que ainda são muito arcaicos e o próprio pescador que já está fincando velho com sua idade avançada e a gente não vê perspectiva para que os jovens o substituam. A ideia seria que eles o substituís-

> sem e ao mesmo tempo trouxessem a inovação da pesca, com mais equipamentos, aparelhos eletrônicos, que beneficiam na pesca, na pesca mais profunda, como se diz (Empresário).

Os depoimentos reforçam e reafirmam as propriedades estruturais do mundo da pesca, percebidas como: pobreza, dificuldades, trabalho árduo e arriscado, falta de inovação tecnológica (modernidade), salários ou rendimentos baixos, poucas ofertas de trabalho – o que confirma as consequências do caráter repulsivo de algumas das propriedades estruturais identificadas que levam os jovens a não querer, mesmo com a formação técnica especializada na área, regressar ou ingressar no mundo da pesca.

À exceção de alguns que já têm uma atuação mais significativa, principalmente os que residem na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão – RDSEPT [4], na fala de todos os jovens entrevistados, fica evidente a per-

4. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão – RDSEPT apresenta uma área de cerca de 13.000ha e 8.000 habitantes, sendo 95% da sua área no Município de Macau e 5% no município de Guamaré. Esses municípios são produtores de Petróleo e gás *offshore* e *onshore*, sal marinho e pesca artesanal. A Reserva situa-se no litoral norte, semiárido do Rio Grande do Norte, com 540mm anuais e evapotranspiração superior a 1800mm. Ela foi criada em 18 de Julho de 2003, sob a Lei Estadual 8.349/03, apresenta um Conselho Gestor, tendo o IDEMA como órgão ambiental responsável. A RDSEPT é o resultado da mobilização de seus moradores, organizados em ONGs, constituídas principalmente por pescadores tradicionais e seus descendentes. Esse movimento e suas ações, liderados pela Comissão de Justiça e Paz – CJP (Macau), mudou as políticas públicas locais, garantindo e defendendo sua terra e subsistência nas áreas de uso comum para pesca artesanal como também o desenvolvimento de um turismo comunitário e de lazer. As comunidades da RDSEPT se dividem em pesqueiras e agrícolas. As primeiras, com cerca de 6.000 habitantes, são as mais populosas e representadas em ordem decrescente por Diogo Lopes, Barreiras e Sertãozinho, na área de Macau. As principais comunidades, que possuem a agricultura como foco, são: Mangue seco 1 e 2 e Lagoa Doce com cerca de 1.000 habitantes na área de Guamaré.

cepção de que a atividade pesqueira não é valorizada e que precisa de muitos investimentos.

> Então, assim, as oportunidades pros jovens não tem. Eu, pelo menos, não visualizo, em Diogo Lopes, principalmente para os jovens, que terminam seu ensino médio e acabam ficando por lá... Às vezes vão pescar com os pais porque não têm outra coisa pra fazer. Eu fico, assim, triste, porque, assim, pela vivência, que eu venho de grupos sociais, eu tenho coragem de fazer (A3 – Aluno do curso).

> Eu acredito que se ela tem uma atividade econômica X, ela tem que fazer com que aquela atividade, ela também possa permanecer viva (A4 – Aluno do curso).

Os servidores do IFRN – *Campus* Macau entrevistados consideram as condições de vida das comunidades pesqueiras como sendo de vulnerabilidade social e econômica. Alegam que as dificuldades são inúmeras, registrando-se, entre tantas, o fato de serem situadas em locais de difícil acesso e de viverem à mercê da própria sorte, uma vez que políticas pú-

A principal atividade econômica da RDSEPT é a pesca artesanal. Segundo dados do IBAMA, em 2008, a sua pesca artesanal produziu 1,28 toneladas de pescado. Isso equivale a cerca de 72% do pescado do Município de Macau, que ocupa o 2º lugar na produção de pescado do RN. Natal ocupa o 1º lugar, mas sua produção é maciçamente a pesca industrial do atum e meca, administrada por empresas que não apresentam a possibilidade de empregar a quantidade de trabalhadores envolvidos na pesca artesanal.

blicas de apoio não chegam a essas comunidades, o que lhes rende uma baixa qualidade de vida. Consideram-nas ainda como sendo comunidades estagnadas, sem perspectiva de desenvolvimento, conforme atestam os trechos transcritos dos depoimentos seguintes.

> As comunidades necessitam melhorar quanto à educação, saúde e saneamento. Também há um elevado consumo de drogas e álcool, contribuindo para geração de problemas sociais (D1 – Docente do curso).

> Enxergo com muita preocupação. O setor precisa de políticas públicas urgentíssimas, principalmente políticas públicas integradas com o setor produtivo. Muito limitadas. Mesmo sendo comunidades artesanais, elas precisam de estruturas. Existem algumas comunidades pesqueiras artesanais no sul do país que têm estruturas exemplares. Vejo as comunidades pesqueiras da região como a "galinha dos ovos de ouro" para os políticos do estado (D2 – Docente do curso).

> A maioria das comunidades pesqueiras tem baixa ou baixíssimas condições de vida, infelizmente (D3 – Docente do curso).

> São comunidades com grande potencial para a área de RP, porém precisam de um desenvolvi-

> mento no que diz respeito à qualidade de trabalho e mercado consumidor D4 – Docente do curso).
>
> A comunidade vive de uma forma tradicional; mantém a cultura da pesca e, ao que parece, não busca formas inovadoras e empreendedoras de aproveitar o potencial pesqueiro da região (SC1 – Servidor do *Campus*).

Uma servidora do IFRN – *Campus* Macau assim opina: "Acredito que o curso é um viés para o desenvolvimento social, econômico e cultural. Entretanto, o CTRP precisa fundamentar-se para expandir".

O secretário de pesca de Macau reconhece que a vida das comunidades pesqueiras no município é de muitas dificuldades: "são pessoas carentes, que saem de suas casas para buscar seu sustento, mas o poder do município deixa um pouco a desejar. Há falta de incentivos para as famílias na área da pesca". Esclarece ainda que a secretaria de pesca possui um planejamento de execução para intervir nessa realidade local. E faz a seguinte comunicação:

> Daqui a 30 dias, mais ou menos, estamos inaugurando um centro de beneficiamento de marisco, que é para nós atendermos mais a essas famílias de marisqueiros que necessitam muito, com todo o suporte e todo o apoio do município de Macau, da prefeitura (Secretário de Pesca de Macau).

Também conclui, entre outras metas, no sentido de planejar e buscar parcerias com instituições de credibilidade, como o IFRN, a UFRN, dentre outras, visando fortalecer mais a vida das famílias de pescadores e de marisqueiros no município. O contraponto a essas afirmações revela-se no fato de não haver, na realidade, nada de concreto quanto a tais proposições. Basta lembrar que o centro de beneficiamento citado nunca funcionou de fato.

Uma importante propriedade estrutural presente no mundo da pesca é identificada nos relatos apresentados: a ausência de políticas públicas governamentais para desenvolver a atividade pesqueira. Sem políticas sérias de longo prazo orquestradas pelo setor público, em todos os níveis (federal, estadual e municipal), não acontecerá o desenvolvimento do setor pesqueiro no Brasil. Esta é, provavelmente, a primeira condição para gerar um processo de transformação que modernize a pesca, promovendo nas comunidades pesqueiras a modernidade que estimule os jovens a atuarem nela.

Os depoimentos dos alunos a seguir confirmam uma vez mais o conhecimento que têm dessa e de outras propriedades estruturais do sistema social de que o mundo da pesca se constitui:

> Um trabalho bastante de subsistência; mas também a pesca industrial é um trabalho bastante árduo e não é valorizado... Eles, mesmo trabalhando no mar, não existe uma legislação específica pra determinar isso (A9 – aluno egresso).

> Eu via uma pesca sofrida, um povo que sai pra passar dias, noite lá em alto mar e volta pra casa com aquele pouquinho de peixe, e depois que eu entrei no IFRN, no curso, eu vejo que não é só isso. Tem outras áreas que podiam ser exploradas (A7 – Aluno do curso).

> O pescado sendo desvalorizado, e aí, depois do IFRN, eu ainda vejo também muitos trâmites no mundo da pesca, principalmente pela não valorização do pescador. Primeiro, as pessoas dizem não valorização do pescado. Eu ainda vejo isso, essa discriminação, algumas discriminações dos órgãos responsáveis, seja lá Ministério Público, secretaria de pesca, com o pescador (A8 – Aluno do curso).

> O olhar, em si, no início, era um olhar marginalizado, era um trabalho, uma área que você buscava de subsistência, meio que marginalizante daquela situação pela questão da pesca, ainda, ela ser bastante rudimentar. Acho que no Brasil inteiro, acho que tá engatinhando pra você ter uma pesca mais industrializada, com mais procedimentos que venha, que dê a qualidade futura ao pescado em si. Então era essa visão que eu tinha enraizada (A11 – Egresso do curso).

Os depoimentos confirmam que os jovens sabem bem que, no mundo da pesca, composto por propriedades estrutu-

rais repulsivas, vigoram sobretudo regras sociais que dificultam o exercício da atividade pesqueira. Sabem também que o acesso aos recursos alocativos e de autoridade necessários a um envolvimento profissional que lhes proporcione realizar as suas aspirações pessoais de acesso à modernidade serão muito difícil de se conseguir.

O mais provável, segundo os jovens, é continuarem a se reproduzir as propriedades estruturais mais repulsivas do sistema social da pesca – presentes em fatores como: atividade rudimentar e de subsistência, trabalhador pescador discriminado e desvalorizado e submissão da pequena comercialização ao poder dos atravessadores. As propriedades estruturais, aqui claramente reveladas discursivamente pelos jovens, evidenciam-se no fato de não sentirem interesse em permanecer ou atuar na atividade pesqueira, pois não acreditam nem se representam como agentes capazes de transformar tais propriedades estruturais.

4.5.5 Percepções após ingresso no IFRN

Os relatos apresentados dizem respeito à percepção dos alunos acerca de suas vida antes e após estudar no IFRN – *Campus* Macau. As questões propostas dizem respeito a seu cotidiano, à qualidade de vida, dentre outras variáveis, chegando a como esses jovens percebem a formação em Recursos Pesqueiros e suas reais perspectivas de atuarem nessa área profissional.

4.5.6 As percepções da vida antes e durante a formação no IFRN

O IFRN – *Campus* Macau, segundo as falas dos jovens, contribuiu para uma mudança gradual e contínua quanto a questões sociais, melhor percepção, compreensão e senso crítico acerca dos problemas sociais, além de ter contribuído para o crescimento pessoal deles. Foi relatada ainda a abertura de possibilidades de traçarem novas aspirações e objetivos de vida. Como se pode depreender dos relatos abaixo, alguns apresentam uma narrativa de acesso à modernidade.

> O IFRN mudou a minha postura na sociedade, mudou os meus conceitos, que eu tinha justamente do curso que eu fiz de Recursos Pesqueiros. Existiam inúmeras discriminações sobre o Curso de Recursos Pesqueiros (A12 – Aluno do curso).

> O IFRN foi um propulsor, foi um intervalo de tempo pra eu chegar ao mundo real. Ele me proporcionou isso e eu percebi o que eu queria na minha vida (A3 – Aluno do curso).

> Quando eu entrei no IF, vim perceber que, pra ter uma melhoria de vida, precisamos estudar e, através do estudo, você vai ter um conhecimento dentro de sua cidade, dentro do seu cotidiano, do seu mundo onde você vive. Você tem outras ideias, você vê totalmente diferente o mundo [...]

No meu processo de autoconhecimento, eu levei um tempo pra me autoconhecer. O IFRN teve uma parcela significativa nisso, mas eu acho que a minha maior mudança foi pós-IFRN. Foi uma mudança gradual que atingiu um nível elevado. A minha perspectiva de como olhar a vida, do que é importante do que não era a maneira como eu olhava o mundo. Eu via o mundo de outra forma. Na verdade, não era nem melhor nem pior, mas eu andava sem direcionamento, eu não sabia exatamente o que eu queria, o que eu estava fazendo (A3 – Aluno do curso).

Houve uma abertura maior na compreensão dos problemas sociais. Não é que mudou a percepção dos problemas, mas contribuiu pra melhorar cada vez mais, ou seja, refinou mais o pensamento e trouxe o conhecimento acadêmico dentro do conhecimento que já existia (A13 – Aluno do curso).

Depois que eu entrei aqui, foi uma luz na minha cabeça e fez e clareou e melhorou muito de uma forma muito significativa... Me fez ver o mundo de outra maneira, me fez agir de outra maneira... Me fez batalhar para as coisas, ir atrás, correr atrás, tentar (A14 – Aluno do curso).

Depois que eu entrei aqui, minha vida mudou muito e pra melhor, porque aqui existe uma in-

> finidade de coisas novas que, principalmente em cidade pequena, não tem. Uma infinidade de conceitos novos, pessoas de todos os lugares, setores que você não sabia que existia (A16 – Aluno do curso).

Resumindo, os alunos no IFRN – *Campus* Macau passaram a ter um olhar mais amplo da realidade e também passaram a valorizar a formação, ampliando as possibilidades de ascensão profissional e social. Também fica evidenciado que estudar no IFRN mudou totalmente a percepção da realidade social desses jovens, favorecendo-os no sentido de terem atitudes mais críticas e participativas em relação a diversas questões da sociedade. O paradoxo reside no fato de, ao mesmo tempo em que o IFRN abre um leque de possibilidades aos jovens, leva-os também ao confronto com a realidade do mundo da pesca e, com isso, a tomarem consciência tanto prática como discursiva das suas propriedades estruturais. Digamos que o ambiente acadêmico do IFRN, ao proporcionar aos jovens acesso ao mundo novo da modernidade, traz consigo uma consequência não intencional associada ao seu ingresso no Curso de Recursos Pesqueiros: a repulsividade do mundo da pesca.

Estes jovens passam a cobiçar um mundo diferente daquele que vivenciam em suas comunidades tradicionais. Para Giddens (2009), o mundo moderno, com base na racionalidade, no conhecimento sistematizado, provoca mudanças reflexivas na estrutura da sociedade, na qual o indivíduo desenvolve a sua própria reflexividade, quebrando nele os valores enraizados da tradição, predominantes nas estruturas sociais pré-modernas.

4.5.7 Percepção quanto à formação técnica em Recursos Pesqueiros

O ingresso no Curso de Recursos Pesqueiros trouxe à consciência discursiva dos jovens um mundo da pesca repleto de dificuldades, sofrimento, insalubridade, de baixos rendimentos financeiros. Justamente por que vivenciam isso em suas comunidades. Porém, todos afirmaram que, no processo de formação, passaram a perceber, de forma mais técnica, as atividades ligadas à pesca e que, assim, passaram a entender as potencialidades e o imenso leque de oportunidades dessa atividade. Abaixo, alguns depoimentos que comprovam essa afirmativa:

> Percebo que, ainda na região salineira, a pesca é uma atividade artesanal. É uma atividade que aqueles que sobrevivem são explorados para poder ter o pão de cada dia (A2 – Aluno do curso).

> Eu via a pesca restringida somente à pesca artesanal, à pesca de subsistência. No decorrer do curso, a imagem foi semelhante. Eu só consegui ter outra visualização pós-curso (A3 – Aluno do curso).

> Eu via só como um meio de subsistência pra essas pessoas mais pobres. Eu passei a ver como uma área muito produtiva, que todos os alunos que cursam o Curso de Recursos Pesqueiros devem dar valor, investir, porque é uma área mui-

> to aproveitável aqui na cidade, que pode trazer muitas melhorias (A9 – Aluno do curso).

> A formação técnica, ela melhora nas questões, porque, como eu, muitas vezes a prática do pescado em si, geral, ela cai muito no pragmatismo histórico, cultural. [...] A gente traz uma novidade, que é o conhecimento técnico aplicado na prática. [...] As pessoas que fazem o curso, elas têm capacidade de melhorar a cadeia produtiva da pesca. [...] Por fim, um valor agregado maior ao produto (A14 – Aluno do curso).

> Normalmente, as comunidades de pescadores são carentes, principalmente quanto ao acesso às necessidades básicas, isto é, a saúde, medicação, tratamento médico, educação e transporte (Docente do Curso de Recursos Pesqueiros).

Em contrapartida, os jovens também afirmaram que não acreditam na formação técnica em Recursos Pesqueiros. Essas colocações atestam o fato de que muitos jovens não entram no Curso de Recursos Pesqueiros tão-somente com o intuito de se profissionalizarem na área, mas sim para poder estudar no IFRN, uma instituição que oferece uma formação de qualidade em nível médio.

Segundo depoimento do secretário de pesca de Macau, a formação técnica em Recursos Pesqueiros é importante porque leva conhecimento a jovens oriundos de famílias de pescadores, dando-lhes condições de intervir na atividade em

suas comunidades. Para oportunizar a empregabilidade aos jovens do curso, aponta, como alternativa, a carcinicultura. Pensando em como valorizar a atividade pesqueira na região (especialmente a pesca artesanal), o secretário sublinha que é preciso conscientizar quanto à exploração da atividade, dados os limites que a própria natureza impõe em termos de captura de determinadas espécies, respeitando, por exemplo, o ciclo de reprodução e garantindo a sustentabilidade dos estoques pesqueiros. Também considera que o Curso Técnico em Recursos Pesqueiros é menos valorizado que os demais cursos ofertados pelo *campus*, a exemplo do Curso Técnico em Química. Finaliza afirmando aquilo que a consciência prática dos jovens já revela: "a pesca, em relação às outras áreas de atuação profissional, é de muita dificuldade; são as pessoas carentes, que vão buscar sustento nessa pesca", ou seja, reconhece que a atividade pesqueira é estruturalmente uma atividade de subsistência econômica, uma de suas propriedades estruturais previamente identificadas.

O empresário entrevistado, por sua vez, percebe o curso de Recursos Pesqueiros ofertado pelo IFRN – *Campus* Macau, de modo bastante positivo, atribuindo-lhe potencial transformador do mundo da pesca em suas propriedades estruturais, como atestam suas próprias palavras:

> Inclusive, quando eu ouvi falar que esse curso vinha para Macau, eu fiquei muito animado, porque eu achava que seria um ponto de alavancamento da atividade da pesca no município, nesse intuito de que os jovens seriam qualificados.

Ele também entende que é necessário desenvolver a pesca como no modelo europeu, em que o pescador é dono do barco, qualificado e com acesso a infraestrutura de qualidade. Segundo afirma, na Europa, trabalha-se na atividade pesqueira com planejamento e com barcos sofisticados, que podem passar vários dias no mar e diversificar a pesca. A seu ver, o IFRN muda, em parte, a percepção dos jovens em relação à atividade pesqueira, pois eles adquirem conhecimento – "se não tão técnico, mas pelo menos específico na atividade em diversas áreas".

A ideia seria que os jovens trouxessem inovação e conhecimentos técnicos para a pesca, inclusive em termos de novos equipamentos e aparelhos eletrônicos, que beneficiassem a atividade, modernizando-a e tornando-a mais atrativa para as novas gerações.

Na percepção dos servidores, há, por parte dos discentes, um "certo descompromisso e desvalorização" em relação à formação em Recursos Pesqueiros. Eles dizem que a o IFRN é reconhecido como instituição de referência em qualificação profissional. São unânimes em sustentar que a formação ofertada atua diretamente na melhoria da perspectiva de vida dos estudantes. Vale ressaltar que alguns desses servidores são ex-alunos da Rede IF; portanto, falam por experiência própria quanto à transformação que a formação na instituição promove na vida das pessoas. Conforme percebem, o acesso ao conhecimento científico muda a perspectiva de vida; a oportunidade de estudar numa escola com a estrutura do IFRN, com profissionais capacitados em diversas áreas e laboratórios equipados com o necessário à formação, constitui um diferencial na trajetória desses jovens.

Na visão do Líder A, o IFRN é uma grande porta de possibilidades para o setor pesqueiro. O Curso de Recursos Pesqueiros, para cuja implementação contribuiu, é, conforme sublinha, de extrema importância, mas precisa estar mais afinado com a pesca local. Ressalta ainda que a atividade pesqueira é insalubre e perigosa, identificando uma das propriedades estruturais já referidas – trabalho árduo e arriscado –, o que restringe as atividades práticas do curso, pois o aluno não pode acompanhar um pescador artesanal em sua atividade no mar. Conclui dizendo que a atividade da pesca artesanal não tem uma estrutura ideal para oferecer ao estudante a experiência de um estágio, cabendo ao IFRN, através do curso, encontrar meios de superar essa dificuldade. Na verdade, a propriedade estrutural referenciada parece ser entendida como um sério obstáculo à aceitação pelos jovens, que, mesmo nunca tendo experimentado as dificuldades daí advindas, sabem bem da sua existência. Proporcionar-lhes essa experiência seria contraproducente e contrário aos interesses do Curso de Recursos Pesqueiros.

Segundo depoimento do Líder B, os jovens não se interessam pela pesca artesanal. Prova disso é que "muitas vezes o jovem não sabe nem amarrar um anzol, mas a nossa criança e o adolescente, aprendendo isso, veem o valor que o pai ou o avô tiveram para manter essa tradição". Em contrapartida, afirma perceber um movimento que passa a valorizar a atividade pesqueira, assim se pronunciando:

> Ocupar os jovens, tirá-los da ociosidade é o caminho, com escolas de tempo integral. Já aconteceu em projetos chancelados pela Petrobrás quando a Petrobrás teve esse trabalho de quem

> estudava de manhã se ocupava à tarde, quem estudava à tarde, se ocupava de manhã. Muitos desses jovens que passaram por essa experiência, hoje, estão envolvidos com as questões locais" (Líder B – entrevistado).

Para o Líder B, a atuação do IFRN poderia ser mais efetiva na região. É nesse sentido que propõe que o instituto tenha uma extensão, "um braço" dentro da comunidade pesqueira, no distrito de Diogo Lopes. Seu pensamento, como ele propõe, é ocupar o jovem. E vai além, ao afirmar:

> Sei que a dança é importante, futebol é importante, mas, numa área de praia, onde a gente tem tanto marisco, tanto mar de graça e o nosso jovem ficar ocioso... pelo menos se ele aprende a fazer instrumentos de pesca para vender ao pescador, o pescador não vai ter que ir para Natal comprar.

Os servidores do IFRN dizem que os alunos interessados pelo curso são aqueles que apresentam disposição nas aulas teóricas e práticas, além de apresentarem um comportamento mais "robusto" em relação aos demais colegas. Esse comportamento é essencial para encarar o campo. Quanto aos alunos do integrado e do subsequente, entendem que estes, normalmente, ingressam já desinteressados, alegando estar em Recursos Pesqueiros por falta de opção.

Além de apontarem essa falta de interesse – que, a nosso ver, esconde ou ignora o peso da consciência prática dos alunos na decisão de não ingressar na atividade pesqueira –, con-

sideram que eles provêm de um ensino fundamental de baixa qualidade e não estão acostumados a se esforçar para obter sucesso nos estudos. Diferentemente, segundo os servidores, os alunos de Química e Biologia mostram-se mais envolvidos com a proposta de seus cursos. Já os alunos de Recursos Pesqueiros apresentam maiores dificuldades de aprendizagem. Acreditam, ainda, que muitos escolhem o curso por ser menos concorrido, sendo poucos os que efetivamente se identificam com a área. Em nosso entendimento, os servidores percebem apenas parte do problema, já que não vislumbram as causas essenciais que levam os alunos a não se identificarem com o curso: o conhecimento reflexivo das propriedades estruturais do mundo da pesca, que se lhes apresentam como repulsivas, em contraste com as possibilidades de mobilidade e inserção na modernidade que o ingresso no IFRN representa.

Em suma, os depoimentos permitem confirmar várias das propriedades estruturais anteriormente identificadas no sistema social do mundo da pesca. Tais propriedades, presentes na consciência prática dos jovens são causa da sua apatia em relação à formação técnica na área. Reforçam, assim, a ideia de que não há interesse efetivo desses jovens na profissionalização, dado seu conhecimento prático das dificuldades da atividade. Também evidenciam que o propósito do IFRN de formar egressos capazes de intervir no sistema social da pesca, não vem se concretizando de modo efetivo.

4.5.8 Percepção sobre a atividade pesqueira

Os relatos apresentados a seguir relacionam-se às questões direcionadas aos jovens com a pretensão em usar a formação

técnica recebida, considerando os elevados investimentos feitos pelo IFRN. Buscou-se compreender se se sentem responsáveis por aplicar os conhecimentos adquiridos na realidade pesqueira; se pretendem intervir na pesca artesanal ou industrial, em suas comunidades, na região ou no país; e se reconhecem que, ao não atuarem na área, podem contribuir para a desvalorização da profissionalização, sobretudo após terem sido beneficiados por significativo investimento público em sua formação.

4.5.9 Disposição para intervir na realidade pesqueira

Os alunos entrevistados foram unânimes em reconhecer que, ao receberem o investimento na formação, tornam-se corresponsáveis no processo de intervenção na atividade pesqueira; e, ainda, que, não atuando a partir da formação técnica recebida no IFRN, estão contribuindo para a desvalorização dessa atividade.

Também fica evidente o sentimento de "dívida", de que deveriam aceitar tornarem-se agentes transformadores do mundo da pesca, no momento em que afirmam ter o dever de repassar os conhecimentos técnicos adquiridos para melhorar as comunidades pesqueiras da região.

Além disso, vale registrar novamente a percepção de um certo descrédito dos jovens quanto às oportunidades de trabalho na atividade pesqueira. Para tanto, alegam a necessidade de valorização empresarial, no sentido de absorção de mão de obra qualificada, condições menos insalubres de trabalho e melhores remunerações. Apesar de tudo, ainda se ressentem da falta de iniciativas governamentais que melhorem essa situação de "desencanto".

> Não acredito na formação Técnica em Recursos Pesqueiros porque aqui não tem muita oportunidade de emprego. Tem muitas pessoas se formando e pouco vínculo empregatício (A10 – Aluno do curso).

> A formação técnica em Recursos Pesqueiros pode contribuir para mudar a realidade da pesca. Agora, depende de quem está com essa formação, porque, às vezes, a gente quer a formação só para nós e não quer repassar o que a gente aprendeu para o outro (A12 – Egresso do curso).

> Um trabalho bastante árduo, se for a pesca de subsistência. Também a pesca industrial é um trabalho bastante árduo; não é valorizado (A3 – Egresso do curso).

Como se pode constatar, os jovens ouvidos consideram baixa e desmotivadora a oferta de oportunidades de trabalho na atividade pesqueira, principalmente nas pequenas regiões, em que se exige baixa qualificação e onde o trabalho é insalubre e os salários são baixos e pouco atrativos. Também reconheceram a necessidade de uma política governamental de estímulo à pesca, especialmente à pesca artesanal, pois, sem o devido apoio, torna-se difícil fomentar tanto a iniciativa empresarial quanto a profissionalização e, consequentemente, despertar o interesse dos jovens pela atividade pesqueira.

Os depoimentos evidenciam o desinteresse dos jovens em atuar na atividade da pesca, reforçando que possuem amplo

conhecimento das propriedades estruturais desse sistema social, das regras e recursos existentes, que rejeitam. Em outras palavras, os jovens não acreditam que, por via do mundo da pesca, o IFRN possa ser o elo para a modernidade, ainda que possa ser uma via de acesso a uma formação de qualidade em Recursos Pesqueiros.

Portanto, os jovens parecem não vislumbrar o aproveitamento das oportunidades ofertadas pelo curso em suas comunidades de origem, mas sim em outros lugares, à semelhança do que acreditam ocorrer com os colegas de outros cursos com quem socializam.

4.5.10 Depoimentos dos jovens quanto a utilizar a formação técnica em Recursos Pesqueiros para intervir na pesca

Apesar de considerarem a formação técnica importante, não se atesta a partir dos depoimentos dos alunos uma pré-disposição para atuarem no ramo. Isso parece denotar que a formação técnica oferecida pelo IFRN – *Campus* Macau não está conseguindo despertar o estímulo necessário para que esses jovens vençam suas limitações e passem a enxergar a atividade pesqueira de forma mais positiva.

> Então, é o que eu acho que vem da falta de mercado, porque eu poderia tá utilizando esse conhecimento... só se for de uma forma autônoma, se eu tivesse experiência (A16 – Aluno do curso).

> Porque, na verdade, eu não consegui encontrar uma maneira ainda que eu possa fazer isso, intervir. Eu ainda não consegui pensar. Não consegui pensar em uma forma ainda de realizar isso (A3 – Aluno do curso).

> Então, eu vejo assim, que é uma atividade muito árdua e muito dura, mas nada disso impede que qualquer pessoa possa fazer e nem se apaixonar por isso (A3 – Aluno do curso).

Conforme revelam uma vez mais os depoimentos, os jovens, estão mergulhados em incertezas quanto ao porvir, o que é bem preocupante, pois se pressupõe que a formação técnica profissionalizante forneça a base para que os formandos possam identificar as diversas formas de atuação profissional na área. A rejeição ao mundo da pesca presente nos depoimentos é aguçada pelo desejo pela modernidade. É fato que a formação profissional em Recursos Pesqueiros é nova, o que torna o IFRN – *Campus* Macau, para os alunos e egressos, um contexto extremamente desafiador na busca do reconhecimento da sociedade.

Na percepção dos servidores, há, por parte dos alunos, "certo descompromisso e desvalorização" com relação à formação em recursos pesqueiros. Eles acreditam que o IFRN – *Campus* Macau é referência quanto à qualificação profissional, e são unânimes em afirmar que a formação ofertada atua diretamente na melhoria da perspectiva de vida dos discentes.

Para o secretário de pesca de Macau, a instalação do IFRN – *Campus* Macau e a criação do Curso Técnico em Recursos

Pesqueiros são importante para a atividade pesqueira da região, uma vez que profissionalizam os jovens para atuarem na área. Ele percebe também que existem causas estruturais que afetam os jovens, que não têm estímulos para se profissionalizarem na atividade pesqueira, mas acredita que, estudando no IFRN, podem mudar o modo de ver o mundo da pesca. Acredita ainda que a formação técnica em Recursos Pesqueiros pode contribuir para mudar a própria realidade socioeconômica das comunidades pesqueiras. Todavia, foca-se muito em questões meramente acadêmicas, nas lacunas apresentadas pelos alunos ao chegarem ao IFRN que dificultam a sua aprendizagem. Estudar no IFRN – *Campus* Macau, em suas palavras,

> melhorou muito a realidade dos alunos, apesar de que eles vêm de umas escolas que não têm uns estudos muito bons. Aí, quando chegaram aqui, encontraram muitas dificuldades porque são uns professores capacitados, graduados, com doutorado e "n" coisas.

O secretário também admite que a base, o ensino fundamental, que é obrigação do município, precisa melhorar, porque a alegada má qualidade afeta muito o rendimento dos alunos que chegam ao IFRN com uma base de conhecimentos deficitária.

No tocante aos alunos ingressantes no curso, o Líder A observa que os pais não estimulam o filho a tornarem-se pescadores, pelas dificuldades de segurança, de falta de políticas para agregar valor ao produto da atividade, além de outras

contingências, que os levam a querer os filhos em outra profissão. Isso é preocupante justamente porque, daqui a 20 ou 30 anos, não se sabe qual será o contingente de pescadores na atividade. Ou seja, os próprios pais dos alunos transmitem a eles o quanto são repulsivas em sua generalidade as propriedades estruturais do mundo da pesca, almejando para seus filhos uma vida sem as dificuldades enfrentadas por eles próprios.

Pode-se concluir que os alunos que estão em formação no Curso de Recursos Pesqueiros do IFRN – *Campus* Macau, em sua maioria, não irão absorver a pesca como sua atividade profissional. Esses jovens poderiam tornar-se pescadores qualificados e trazerem para a pesca um diferencial para melhorar a atividade. É preciso, pois, não só no IFRN, mas em nível nacional, criar-se uma política de valorização e reconhecimento da dignidade do pescador, assim como acontece em políticas de valorização do homem do campo (o MST vem trabalhando para valorizar e fixar as famílias, com os filhos de trabalhadores rurais, no campo, para não precisarem deslocar-se para os grandes centros urbanos). O mesmo precisa acontecer com a valorização do pescador tradicional.

Apesar dessas observações, os pescadores veem no mundo da pesca um grande potencial e muitas oportunidades, principalmente na região salineira do RN, pois, segundo depoimento do Lider A, "Há muito tempo, a pesca é que sustenta essas comunidades; então, economicamente, a maioria das pessoas aqui vive da pesca, e exclusivamente da pesca, e é um potencial econômico e social muito grande".

Retomando os depoimentos dos servidores, vale sublinhar uma observação relativa à localização do *Campus* Macau: distância da praia. De todos os IFs com cursos voltados para

Recursos Pesqueiros, em nível nacional, o único que não é na praia é o *Campus* Macau. Esse *campus* deveria ser localizado na praia e ter um trapiche com embarcação.

Para tanto, seria preciso repensar todo o planejamento do curso, repensar o currículo. Os depoimentos confirmam que a proposta do curso é ousada e desafiadora para o IFRN, frente ao cenário da atividade, onde as regras e recursos do sistema da pesca agem de forma repulsiva aos interesses das novas gerações.

Apesar de oferecer formação ampla e qualificada, o IFRN não alcança êxito no setor pesqueiro, pois o próprio sistema da pesca – marcado por estruturas atrasadas – desestimula os jovens a nele atuar. Em geral, buscam a qualidade do ensino, mas não demonstram compromisso em transformar o mundo da pesca.

4.5.11 Relatos dos jovens quanto a receberem investimento e não atuarem na área

Considera-se que a formação técnica profissionalizante em Recursos Pesqueiros poderá contribuir para a especialização de profissionais nessa atividade e que estes podem intervir na área e, assim, promover um processo de melhoria contínua na exploração dessa atividade.

Em seus depoimentos, os jovens entrevistados não se mostram alheios à sua responsabilidade no processo de mudança e continuam demonstrando seus receios diante das dificuldades a enfrentar, colocadas por determinadas propriedades estruturais referidas anteriormente, conforme mostram os relatos a seguir.

> Eu considero que é uma atividade bastante propícia para qualquer pessoa exercer...uma atividade bastante árdua, seja em qualquer nível: na artesanal, na comercial, seja na industrial. Cada uma tem sua parcela de dureza; ela não é uma atividade que você faz de pé enxuto, é uma atividade que você faz se relacionando com as forças da natureza, o mar, por exemplo, o vento (A14 – Aluno do curso).

> É um trabalho árduo, porque requer bastante esforço e o retorno não é tão alto...Porque o valor do pescado acaba se tornando baixo para o esforço de pesca (A13 – Aluno do curso).

> Então eu vejo que é preciso, até mesmo os empresários do ramo de aquicultura, se abrirem mais a uma perspectiva de mão de obra técnica dentro das empresas e assim... e também além de tá abrindo espaço pra trabalhar, dar condições dignas. Você almeja ganhar um salário, uma qualificação média acima do salário mínimo... Você vê que não existe esse tratamento. Você às vezes tem condições precárias de trabalho e você também ganha a remuneração abaixo do que você merece dum trabalho técnico (A16 – Aluno do curso).

Os servidores do IFRN – *Campus* Macau consideram que a quantidade de alunos concluintes é muito baixa, se compa-

rada à entrada. De fato, neste quesito, verifica-se uma lacuna imensa a ser avaliada. Nessa proposição, inclui-se a sugestão para solucionar um caso grave extremamente comum: os alunos completam o curso, mas não chegam a diplomar-se porque não entregam o relatório final. Tanto isso é verdadeiro que o número de alunos efetivamente concluintes ainda é pequeno em relação àqueles que totalizam as disciplinas. Mas é preciso lembrar que, dentre os concluintes, alguns optaram em continuar na área, ingressando no curso superior em Engenharia de Pesca; já outros obtiveram aprovação em concurso público; assim como existem egressos empregados em empresas privadas na área.

4.5.12 Percepção dos jovens sobre o mundo da pesca em relação a outras áreas de atuação profissional

Quando se fala em futuro, a maioria dos jovens revela o desejo de alcançar um trabalho formal e também admite que, a partir do estudo no IFRN, pode galgar avanços no processo de formação, verticalizando-a por meio do ensino superior. A formação em nível médio passa a ser apenas uma etapa da vida que, ao ser vivenciada, já desperta para a necessidade de continuar estudando em nível superior.

Na opinião do empresário, estudar no IFRN muda a maneira de encarar o mundo. Mas considera que o mundo da pesca, em relação às outras áreas de formação profissional, ainda é muito desvalorizado e que são muitas as suas debilidades estruturais, a exemplo da falta de técnicos, de pessoas qualificadas e de incentivo governamental. Além da carga burocrática que emperra o setor, há a falta de apoio financeiro para o pes-

cador investir em sua atividade. Por isso, considera o mercado de trabalho na atividade pesqueira, para quem tem formação técnica na área, muito restritivo. Além disso, menciona a visão distorcida dos empresários, que preferem pagar um salário inferior a quem não tem qualificação a contratar um técnico que pode ampliar o apoio em sua atividade, alegando que "o empresário ainda tem uma mentalidade muito medíocre", identificando- se aqui propriedades estruturais que se fazem sentir na pesca artesanal e também na pesca industrial, como a escassez de investimentos no desenvolvimento e modernização da atividade, mão de obra assalariada desqualificada, com salários baixos pagos por parte, baixa absorção de mão de obra (qualificada e não qualificada) e a ausência de políticas governamentais de valorização da atividade pesqueira.

O Líder A, em seu depoimento, sublinha que, quando um pescador vai fazer um projeto para a atividade pesqueira, muitos órgãos, a exemplo da EMATER, não possuem, em seu quadro de pessoal, engenheiro de pesca, como possuemi técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos. Então, nesse caso, o técnico em Recursos Pesqueiros deveria ser o responsável por projetos ligados à área da pesca. É importante ter, nessas instâncias, técnicos pesqueiros, como concursados, para levar a visão do conhecimento da pesca e fazer projetos voltados à realidade da área. O técnico em Recursos Pesqueiros também deve estar nas secretarias estaduais, municipais e nos ministérios da pesca. Essas pessoas formadas em Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca poderiam contribuir, nessas instituições, para a pesca como um todo.

Ainda segundo sua opinião, é preciso quebrar as barreiras e as dificuldades enraizadas, sobretudo na pesca artesa-

nal (as principais propriedades estruturais devem passar de repulsivas a atrativas), mas reconhece que isso não pode ser um projeto de curto prazo e que é necessário unir forças para intervir na dura realidade da pesca artesanal. É mister envolver as famílias nesse processo de valorização da pesca artesanal: o IFRN pode, através de programas como Mulheres Mil, do projeto Pescando a Cidadania e da alfabetização de jovens e adultos, que envolve pescadores, levar a família toda a participar do processo de formação, para combater a força das regras e recursos que sustentam propriedades estruturais como a desvalorização do trabalho das mulheres e os altos índices de analfabetismo. Aqui se identificam outras propriedades estruturais presentes no mundo da pesca – caracterizado por pequenos empreendimentos em que os empresários não valorizam a qualificação técnica e, assim tendem a não absorver a mão de obra qualificada. Predominam, então, pequenos empreendimentos que mantêm estruturalmente o pescador numa relação de submissão aos atravessadores. Assim, os pescadores são explorados e, sem opção, submetem-se a essa dominação, imposta também pelos empresários, que em conjunto com os atravessadores, controlam a maioria dos recursos existentes (embarcações, apetrechos, capital) necessários à atividade.

4.5.13 Percepção sobre os colegas de curso: como veem a atividade pesqueira

Segundo a percepção dos jovens, em seus depoimentos, os colegas de curso, em sua maioria, embora enxerguem as dificuldades da área da pesca e a baixa expectativa de em-

pregabilidade, demonstram interesse em colocar em prática os conhecimentos adquiridos e, assim, poder atuar na área, se tiverem oportunidade em alguma empresa do ramo. Além disso, parece-lhes evidente que seus colegas valorizam, acima de tudo, estudar no IFRN, feito que consideram superior e até mais importante do que a própria formação técnica.

Consideram também que os colegas de curso veem a atividade pesqueira com discriminação e até percebem neles certo comodismo em não se dedicar a procurar oportunidades de atuação na área. Discursivamente, admitem certa parcela de culpa dos colegas (e de si mesmos) por não se disporem a atuar na área, responsabilizando indevidamente, como reconhecem, a falta de estímulos do mercado. Alegam ainda que a maioria dos colegas termina o curso apenas pelas exigências da instituição. Eles não têm "vocação" nem afinidade com a área pesqueira e, assim, não identificam perspectivas. É comum ouvir menções como "perda de tempo" e "sem futuro", entre outras, na fala desses jovens quando se referem à formação técnica em Recursos Pesqueiros. São, em geral, essas alegações, provenientes de suas consciências práticas, que constituem a base de seus depoimentos.

> Eu acho que eles veem a atividade que a área de pesca, pra eles, é como se fosse um lazer, uma diversão. Eu não percebo que eles verem a pesca como atividade mesmo produtiva (A12 – Aluno do curso).

> Na maioria, eu acho, que vê, assim, com um pouco de discriminação, porque a atividade pesquei-

ra, eles veem, assim, como um profissional baixo, assim sem qualidade (A10 – Aluno do curso).

Não é um mercado que chegue pra você e diga: "Tô precisando de você." Então, eles ficam desestimulados muitas vezes. Então, não depende só da gente; claro que nós temos uma parcela, mas pra gente se estimular, outros precisam estimular (A15 – Aluno do curso).

Eles veem de uma forma meio que preconceituosa... A maioria terminou o curso por terminar. Eles simplesmente passaram pelo curso por passar; é tanto que muitos não fizeram o trabalho de conclusão. Muitos porque não criaram afinidade com a área, muitos porque não vê perspectiva de atuar na área; muitos porque não tiveram a construção dos conhecimentos. É bastante grande, então eles não se sentem motivados a estar dentro desse ambiente, dessa área de trabalho, essa área profissional. Então, eles veem com um certo desprezo (A16 – Aluno do curso).

O que todo mundo comenta, apesar de gostar, é uma área que, no momento, é uma área sem futuro, digamos assim, mas está porque gosta (A8 – Aluno do curso).

Esperavam mais do curso, então esperavam ser admitidos, ser absorvidos pelas empresas

> o quanto antes e isso dificultou, assim, porque as coisas não são imediatas. Então, alguns até mesmo desestimularam, não fizeram seu TCC, acabaram ficando até mesmo sem o diploma e que não conseguiram finalizar todo o processo (A13 – Aluno do curso).

Os relatos fortalecem a hipótese de descompromisso e desinteresse dos jovens em atuar na atividade pesqueira. Ao avaliarem os próprios colegas, de forma reflexiva, esses jovens estão falando também via consciência prática, de como veem e como percebem a repulsividade das regras e dos recursos da atividade pesqueira.

Os relatos demonstram o desinteresse dos alunos e suas reais intenções quanto à formação técnica e a atuação na área de Recursos Pesqueiros. Na dualidade da estrutura de Giddens (2009), as regras e recursos que se apresentam na ação social são recursivamente retroalimentados. Na percepção dos jovens, subentende-se as intenções destes, no sentido da força de sua rejeição ao mundo da pesca. Esses, depoimentos parecem revelar, assim, as intenções não declaradas diretamente, a reflexividade das intenções em não querer atuar na pesca.

4.6 O Mundo da Pesca sob a ótica dos entrevistados

Os relatos apresentados a seguir estão relacionados com as variáveis referentes aos anseios concernentes ao futuro profissional, antes de entrar no IFRN. Ainda, à percepção quanto à

atuação dos órgãos governamentais no seu município, estado e União em relação à atividade pesqueira; quanto ao mercado de trabalho nessa área e à avaliação da interferência empresarial na atividade pesqueira.

4.7 O Curso de Recursos Pesqueiros e as perspectivas para o futuro profissional dos jovens ouvidos

Os jovens entrevistados afirmam que o IFRN muda a sua percepção quanto à realidade de mundo, à criticidade da realidade social que os cerca e da sua própria condição na sociedade, seus interesses individuais de crescimento e sua atuação profissional.

No que diz respeito à percepção da realidade que os cerca, eles revelam que, antes de ingressar como alunos, visualizavam poucas oportunidades e baixas perspectivas de crescimento profissional. Estudar no IFRN mudou a sua percepção e os orientou para a realidade que vivenciam, conduzindo-os para o processo de autoconhecimento, como testemunham os pronunciamentos a seguir.

> As ofertas de trabalho pra Recursos Pesqueiros, por essa região, ainda está pouca porque o IF está fazendo um grande esforço de divulgar o projeto, só que as empresas parece que ainda estão descobrindo esse lado do técnico em pesca (A12 – Aluno do curso).

> Implantar os IFs com esse curso, variar, tentar implantar as comunidades as colônias, as zonas do município, é um pontapé inicial, é um tipo de incentivo para os pescadores. É uma coisa a se trabalhar porque é uma coisa que não é muito falada (A5 – Aluno do curso).

> Antes de vir estudar no IFRN, pensava em ser professor e agora, após a formação e vivenciar o IFRN, pretendo seguir uma engenharia de aquicultura (A11 – Aluno do curso).

> Alguns colegas do curso não veem o curso como algo pra continuar, outros amigos meus também ficam naquela dúvida de querer ou não continuar a área de Recursos Pesqueiros (A6 – Aluno do curso).

Na visão do Líder A, para estimular os jovens da região a procurar o Curso de Recursos Pesqueiros, é preciso valorizar a importância dos recursos da pesca dentro das próprias escolas de ensino fundamental da região, que são a base para ingressar no IFRN, apresentando as potencialidades do curso, as vantagens para o jovem e para a comunidade e como esses jovens, ao receberem a formação, podem contribuir para a comunidade – "que isso vai ser retorno para a comunidade, para o pai dele, para a família dele, para a tradição". Assim, ele acredita que os jovens podem ter uma noção mais aprofundada do curso e perceber a formação como importante para a atividade pesqueira. E finaliza dizendo: "a gente tem que quebrar

uma série de coisas, mas eu acredito e acredito que tem como mudar esse quadro de abandono, que é a pesca artesanal". Revela, ainda, que só existe uma instituição que trabalha em prol da agricultura, a EMBRAPA (em nível nacional), e questiona a ausência de desenvolvimento tecnológico direcionado para a pesca artesanal.

Por último, considera necessário estimular os alunos para o curso e para a área da pesca, assim se pronunciando:

> Apostaria no intercâmbio, de trazer essa realidade do curso para a comunidade e levar a comunidade para o curso. Pode-se promover isso levando os pescadores para conhecer o Instituto, por exemplo, e aquilo que ele tem a oferecer; e apresentar pra ele o que um filho dele pode ser como um técnico pesqueiro (Líder A).

E há ainda que se registrar que a atividade empresarial na pesca se caracteriza, em sua maioria, por pequenos e microempreendimentos que não valorizam nem absorvem a mão de obra qualificada pelo IFRN. Os relatos confirmam mais uma das propriedades estruturais do mundo da pesca – um meio empresarial caracterizado por pequenos negócios familiares, com pouca propensão à absorção da mão de obra qualificada constituída pelos jovens formados em Recursos Pesqueiros.

4.8 Percepção da atuação dos órgãos governamentais (município, estado e União) em relação à área da pesca

No tocante à atuação governamental na atividade pesqueira, os entrevistados alegam a falta de incentivos, de investimentos e de políticas sérias e efetivas que valorizem e proporcionem a modernização desse setor no Brasil, identificando também aqui algumas propriedades estruturais elencadas acima, como a ausência de políticas governamentais de valorização da atividade pesqueira e o fato de a pesca ser uma atividade desregulada, sazonal e predatória dos recursos marinhos, tal como se percebe nos trechos de entrevistas transcritos abaixo.

> Olha, eu ainda acho lamentável a atuação dos órgãos governamentais, porque nós estamos num estado onde se produz, município onde se produz a segunda produção de pescado no estado, e isso não é coisa pouca (A14 – Egresso do curso).

> O mercado atual pra área de pesca é bastante restrito. Tem que haver toda uma reforma. Tem que ter estímulos de investimento nessa área, mas falta... Falta uma adequação à realidade (A3 – Aluno do curso).

> Eu acho falha. Aí as irregularidades começam a acontecer num crescimento desenfreado que nem eles mesmo podem controlar. Então, com

> isso, existe a desvalorização do pescado; com isso, existe o passar a mão na cabeça. Fulano de tal tá fazendo a coisa errada e ele vai deixar por isso mesmo. E aí acaba, com isso, prejudicando basicamente a pesca artesanal. Que hoje em dia os nossos governantes tão dando mais prioridade à pesca industrial, porque ela, em massa, ganha mais dinheiro para o governo, que retém mais do que a pesca artesanal, que é uma pesca mais saudável, com materiais, apetrechos feitos pelo próprio pescador (A12 – Aluno do curso).

> A gente tem uma Secretaria de Aquicultura e Pesca em Macau; no entanto, ela... Você não vê ações, você não vê uma busca de... Porque eu vejo o que é que seria possível fazer treinamento de pescadores pra processamento de pescado, e eu não vejo isso acontecer aqui, não vejo compra de caminhão frigorífico pra expandir a produção dos maricultores, dos pescadores em gerais. Em relação, vejo que federal ainda existe a mobilização; no entanto, estadual e municipal somente, eu não vejo políticas públicas feita para melhorar a cadeia de pesca (A16 – Aluno do curso).

O então Secretário de Pesca considera a atividade pesqueira em Macau de suma importância para o município, apesar do enfrentamento das muitas dificuldades. Em suas próprias palavras:

> Macau, hoje, é o segundo maior produtor de pescado do Rio Grande do Norte. Nós estamos buscando melhorias para que, cada vez mais, possa crescer esta atividade no nosso município. É uma questão de incentivo, do município, do poder executivo, da gente poder elaborar mais projetos, dar muito incentivo para eles (pescadores).

Pode-se considerar que existe uma incoerência na fala do secretário de Macau quando afirma que o município, sendo o segundo produtor de pescado do estado, não criou mecanismos de valorização, com políticas públicas locais, que alavanquem e deem a devida importância à pesca.

Quanto à situação do estado do Rio Grande do Norte e da União em relação à atividade pesqueira, segundo o Secretário, faltam mais incentivos da União para chegar aos estados e destes aos municípios, porque o município é o foco principal de todo o polo brasileiro; é onde as coisas, de fato, acontecem junto às comunidades. São várias as dificuldades na área da pesca que precisam de intervenção do poder público. Considera o mercado de trabalho para os técnicos em Recursos Pesqueiros como um leque de oportunidades na carcinicultura e na pesca artesanal. Avalia a atuação empresarial na região como problemática, seja pela situação de crise hídrica no município, seja pelos males causados pela doença da mancha branca, que afeta a produção de camarão na região.

Na percepção do empresário, o município de Macau deve dar mais estímulo à pesca artesanal e à aquicultura, até em respeito à sua vocação natural: "Macau tem um estigma: já foi

o maior produtor de camarão do país; já teve a maior fazenda de cultivo de camarão. Macau ainda é detentor de, mesmo numa forma decadente, o maior produtor de pesca artesanal do estado". Então, apesar de alguns problemas de ordem ambiental por que passa o município, acredita que pode haver equilíbrio entre a preservação e o cultivo. Também entende que, para valorizar a atividade pesqueira e mudar a mentalidade do empresário do setor, são necessários incentivos dos órgãos governamentais. Além disso, critica o fato de Macau ser o primeiro produtor de pescado do estado (em pesca artesanal) e não possuir recursos próprios, como uma indústria de beneficiamento ou um frigorífico de qualidade que suporte a capacidade produzida. Por fim, ao ser questionado se incentivaria um filho a fazer o Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, respondeu: "sim, com certeza, desde que já tivesse alguma coisa que eu visse em andamento para que ele, quando terminasse seu curso, pudesse atuar".

O Líder A começa seu discurso fazendo a seguinte afirmação:

> A pesca artesanal no município de Macau é a grande empresa, vamos dizer assim. Ela consegue empregar aí, entre os que estão, digamos assim, legalizados e os que estão na informalidade, cerca de 1.000 pessoas. Então, não há empresa na região que absorva essa mão de obra que atua na pesca artesanal. A pesca artesanal, em nível de Brasil, produz mais de 50% da produção pesqueira; e, em Macau, 100%. Não tem pesca industrial, não tem outra atividade de

> pesca que não seja a artesanal. E ela é capaz de mobilizar essa quantidade de recursos e de suprir a necessidade de alimentos, principalmente de proteínas dessa população. O município de Macau está sempre variando entre segundo e terceiro maior produtor no estado. Dentro dessa produção de Macau, cerca de 80% está na RDSEPT.

Ainda segundo o Líder A, que é um defensor da pesca artesanal, a pesca industrial tem apenas um cunho empresarial que visa ao lucro, fazendo com que o homem se torne muito sujeito à exploração do trabalho. A pesca industrial explora os pescadores e contribui para o fortalecimento da propriedade estrutural que se definiu como ausência de acesso aos direitos trabalhistas e sociais, onde é regra que a jornada de trabalho viole a legislação trabalhista para obter um retorno econômico maior. O problema é como preservar os modos de vida. Ele conclui: "Então o pescador artesanal, voltar para o pescador artesanal como referência; ele não tem patrão, ele vai pela natureza, a hora da maré, a hora de chegar, o vento, as condições, sem estar imposto um cronograma para ele".

Os relatos identificam e confirmam importantes propriedades estruturais do mundo da pesca, regras e recursos já identificados neste estudo que reafirmam os inúmeros motivos que levam os jovens atendidos pela formação em pesca oferecida pelo IFRN a não querer atuar neste segmento.

4.9 Percepção sobre o mercado de trabalho da área de Recursos Pesqueiros e a atuação empresarial na atividade pesqueira

Reafirmando a existência de várias propriedades estruturais atrás identificadas e relacionadas, sobretudo com a ausência de políticas de apoio ao setor, os baixos salários e o fraco recurso a mão de obra qualificada, os entrevistados consideram ineficaz a atuação empresarial na atividade pesqueira na região e no estado. A esfera empresarial ainda não atentou para o fato de que a formação técnica profissionalizante pode contribuir para a melhoria da realidade do setor e continua resistindo à valorização da formação profissionalizante. Abaixo, alguns relatos quanto à percepção da atuação empresarial na atividade pesqueira.

> Eu vejo a atuação empresarial um pouco devagar. Por quê? Porque hoje nem todo mundo que tem um poder aquisitivo bom quer fazer uma indústria de pesca em determinados setores (A12 – Aluno do curso).

> As empresas vem, vem aqui, trabalham, mas é, como posso falar, não investem na comunidade, só extraem (A5 – Aluno do curso).

> (A atividade empresarial) já se acha autossuficiente pra tocar as empresas de uma forma sem ter ajuda de um técnico ou de um engenheiro de pesca. Eles são autodidatas e eles são altamente

> fechado à abertura de outras visões que sejam mais recentes (A16 – Aluno do curso).

> A atividade empresarial, muitas vezes, tá voltada apenas para a aquicultura, como a gente pode ver; não existe investimento para pesca artesanal (A13 – Aluno do curso).

> O ganho da pesca é pouco. Baixos salários e muito trabalho (pouco investimento), digamos. As empresas já têm sua própria equipe (A15 – Aluno do curso).

Os empresários do setor da pesca e aquicultura vivem à margem de políticas de incentivo; são dificuldades de toda natureza que poderiam ser amenizadas com o apoio governamental, que não existe. Além disso, os salários pagos aos trabalhadores do setor não são atrativos e não estimulam aqueles que têm melhor formação.

Os servidores, por sua vez, também consideram que os empregadores não valorizam a mão de obra. Apenas a exploram com subempregos e baixa remuneração. Em sua visão, os empreendedores focam apenas no lucro; por isso mesmo, os alunos do curso, ao chegarem ao mercado de trabalho, são, de certa forma, explorados, recebendo salários baixíssimos. Os empresários da pesca, muitas vezes, também são atravessadores e não têm o real desejo de desenvolver as organizações, mantendo sua relação de dominação para com os pescadores. A pesca passa por vários entraves de natureza econômica, social, política e ambiental. Já a aquicultura, que tem como

principal atividade a carcinicultura na região de Macau, passa por um grande problema que afeta a produtividade: a doença conhecida como "mancha branca", um mal que afeta a criação em cativeiro do camarão.

Na percepção do Líder A, existe uma lacuna entre a formação ofertada pelo IFRN em RP e a inserção dos alunos na atividade pesqueira ou na aquicultura. Existem problemas na pesca e muitas dificuldades, é verdade, mas em todas as áreas existem dificuldades, como sublinha: "Em todo canto existe, no mundo do trabalho, a empresa, relações com o patrão; qualquer que seja, tudo tem dificuldade, então não vai ser sair da pesca que vai evitar isso".

O Líder B começa dizendo: "É preciso propor ações que gerem novos negócios, que gere oportunidades para que o jovem não precise se aventurar em outras regiões e passe a contribuir, efetivamente, com as questões de sua comunidade". Segundo ele, é preciso trazer novos negócios, novos investimentos, novos projetos que promovam um processo de profissionalização da pesca artesanal, sem deixar de lado as tradições, a cultura e os valores desenvolvidos pela comunidade ao longo de sua existência.

Segundo ele, na atividade empresarial também se reproduz a propriedade estrutural relativa à baixa absorção da mão de obra qualificada; além disso, a atividade empresarial está mais ligada à carcinicultura na região, a qual absorve poucas pessoas para atuarem nesse segmento. Também alerta para a poluição das águas e a consequente diminuição da captura; para a pesca predatória, que reduz os estoques pesqueiros; e para a falta de investimentos e estímulos por parte dos órgãos governamentais nas três esferas – federal, estadual e municipal. Esses são alguns dos principais pontos apresentados no

tocante à problematização da atividade pesqueira refletida no depoimento dos ouvidos nesta pesquisa.

As propriedades estruturais da pesca apresentadas nos depoimentos evidenciam a repulsividade dos atores quanto à difícil situação da atividade pesqueira no Brasil. Essas propriedades, percebidas, relatadas e não desejadas por esses atores sociais, reforçam e confirmam um ambiente adverso à modernidade, que afasta os mais jovens do interesse em atuar e intervir nesse sistema social da pesca, marcado pelo atraso e por poucas perspectivas.

4.10 Representação social

Os depoimentos apresentados estão relacionados com as seguintes variáveis: coletar informações que demonstrem se houve influência do IFRN na decisão quanto à profissionalização dos jovens no curso; verificar se há incentivos familiares para atuação na atividade pesqueira; sondar se os familiares veem com bons olhos a formação técnica em Recursos Pesqueiros; e se os jovens ouvidos consideram importante a formação técnica em Recursos Pesqueiros.

4.11 Interesse profissional dos jovens após o ingresso no IFRN

A maioria dos entrevistados, cerca de 80%, afirmam que suas aspirações e intenções profissionais mudaram ou se aprimoraram com a vivência e formação no IFRN. Os seus

depoimentos revelam que muitos sequer tinham perspectiva profissional e nem percebiam a formação profissionalizante. Os sonhos, antes do IFRN, eram incipientes, muito distantes e imaturos. Estudar no IFRN possibilitou a percepção crítica acerca da possibilidade de crescimento profissional, como atestam os trechos transcritos a seguir.

> Antes de estudar no IFRN, pensava em atuar em escritório, especificamente com computadores. Na instituição, passei a me sentir mais importante, pois percebi que isso pode contribuir mais para a sociedade (A8 – Aluno do curso).

> No IFRN, mudei a maneira de encarar o mundo que me cerca. O IFRN foi um propulsor que me levou ao mundo real. Antes, não sabia o que queria para a vida profissional (A3 – Aluno do curso).

> Antes de estudar no IFRN, pensava em seguir carreira na área de construção civil ou arquitetura. Já no IFRN, continuo pensando em seguir carreira nessas áreas (A4 – Aluno do curso).

> Antes do IFRN, pensava que ia atuar no comércio, em alguma loja. Ao estudar no IFRN, passei a perceber que podia almejar algo melhor para a minha vida profissional (A4 – Aluno do curso).

É fato que o IFRN muda a percepção de mundo dos jovens, pois promove uma formação técnica cidadã aguçando

seu senso crítico. Os relatos confirmam isto. Contudo, o IFRN também se torna um paradoxo para os jovens, um confronto entre a realidade que vivem em suas comunidades e o mundo de possibilidades de acesso à modernidade cujas portas são entreabertas pelo IFRN. Isso reforça a sua desmotivação em ingressar ou regressar ao mundo da pesca, cujas propriedades estruturais eles bem conhecem, ainda que, em alguns casos, de forma apenas prática.

Na verdade, é sobretudo através da consciência prática que os jovens expressam o que percebem. Nos termos da Teoria da Estruturação de Giddens (2009), tal consciência é distinta da discursiva e do inconsciente. Na consciência discursiva, esses jovens até demonstram interesse pela formação técnica e pela atuação na área; no entanto, na consciência prática, de forma inconsciente, não declarada, rejeitam o mundo da pesca, pois percebem e vivenciam todo tipo de dificuldades e limitações em que não vislumbram expectativas claras de valorização profissional.

Em suma, pode-se afirmar que o ambiente do IFRN abre um leque de possibilidades, mas o acesso à modernidade cobiçada se confronta com a realidade do mundo da pesca, levando os jovens a recusarem (re)ligar as suas vidas a esse mundo.

4.12 Incentivo e percepção das famílias e das comunidades sobre o Curso de Recursos Pesqueiros

A maioria dos jovens afirma que os familiares incentivaram a formação nessa área, e que percebem de forma positiva

o curso. A comunidade, por sua vez, não tem a mesma visão, porque considera a área da pesca como sendo desvalorizada. Os depoimentos seguintes confirmam as considerações apresentadas.

> Meus pais sempre foram, em questão a meus estudos, eles sempre me disseram em relação ao curso: "Você escolha uma coisa que vai servir pra você." E eu vejo que essa área serve (A1 – Aluno do curso).

> Os meus familiares, por eu já conversar com eles, eles veem o curso como uma oportunidade mesmo de trabalho e de mudança na vida da pesca; mas algumas pessoas da minha comunidade, a qual é uma área de pesca, poucos valoriza, porque, é como eu disse no início, eles ficam achando que é pra tratar peixe. (A12 – Aluno do curso).

> Então, acredito que as primeiras turmas, eles até que tinham um olhar marginalizado, mas que desempenhava uma perspectiva. No entanto, a maioria da comunidade viu que o curso, ele não está tendo empregabilidade, não está tendo valorização, eles veem muitas turmas formadas e, no entanto, ele não vê resultado. Acredito que, cada vez mais, a comunidade vê com olhos, assim, que pela linguagem popular, que o curso não presta (A16 – Aluno do curso).

Talvez por não entenderem claramente a proposta do curso, familiares e comunidade local consideram que a maioria dos jovens faz o curso por falta de opção em outras áreas no IFRN. Não esqueçamos que algumas das propriedades estruturais – como os altos índices de analfabetismo, resistência à inovação, com uso de técnicas tradicionais e transmissão geracional do conhecimento, trabalho árduo e arriscado – podem estar por trás da desvalorização do curso. Abaixo, alguns depoimentos que comprovam essa afirmativa.

> Eles acham que é um curso que não vale nada, principalmente a comunidade (A9 – Aluno do curso).

> No começo, ninguém queria, porque é como eu disse: existe um certo preconceito com a área, entendeu? (A8 – Aluno do curso).

> A visão das pessoas em geral, aqui em Macau, sobre o Curso de Recursos Pesqueiros é uma visão um tanto minimizadora do curso (A3 – Aluno do curso).

> Familiares e comunidade não sabem o que é Recursos Pesqueiros (A4 – Aluno do curso).

Os relatos constatam que a própria comunidade não valoriza e não percebe perspectivas na formação técnica, o que contribui ainda mais para fortalecer nos jovens o sentimento de rejeição pela atuação profissional. os jovens oriundos

dessas comunidades já trazem na sua memória reflexiva essa rejeição, o que torna mais desafiador para o IFRN revertê-la e despertar a valorização da formação e a consequente intervenção dos jovens formados no mundo da pesca.

5



CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS PROBLEMÁTICAS DO MUNDO DA PESCA NO BRASIL



Após apresentarmos os depoimentos coletados na pesquisa, retorna-se às hipóteses apresentadas na Introdução, para, através das análises dos depoimentos, contextualizá-la e verificar a sua validade.

As análises da pesquisa foram agregadas e interpretadas tendo como parâmetro inicial as hipóteses formuladas acerca do objeto de estudo desta pesquisa.

> **i. O espaço social da atividade pesqueira no Brasil é constituído principalmente pela pesca artesanal, em que predominam baixas expectativas de qualidade de vida, bem como de ascensão profissional.**

Constatou-se na pesquisa que a maneira de viver das comunidades pesqueiras tradicionais no Brasil est secularmente centrada em tradições, cultura, valores, crenças, costumes e métodos de trabalho arcaicos que afastam o interesse das novas gerações em atuar ou intervir. Predomina a tradição reproduzida de geração a geração. Com baixos traços de modernidade, associada à dependência e à subordinação dos produtores artesanais, caracterizam-se as propriedades estruturais desse sistema, modelo que impera nas comunidades pesqueiras tradicionais.

Esse cotidiano revela um sistema social de pobreza e baixa expectativa para os mais jovens, afastando o interesse das novas gerações em atuar e intervir nele. A rotinização dessa estrutura social acontece de forma a perpetuar esse modelo, distanciando ainda mais a possibilidade de mudanças e modernização que possam atrair o interesse dos jovens em intervir e transformar esse mundo.

Esse sistema social se perpetua com suas propriedades estruturais, regras e recursos, reproduzidos ao longo do tem-

po, o que torna o processo social de estruturação da pesca mera continuidade de estruturas sociais conservadoras e tendencialmente repulsivas, que se reproduzem no tempo e no espaço, fortalecendo ainda mais o desestímulo dos jovens do Curso de Recursos Pesqueiros em querer atuar na pesca.

Assim, o mundo social da pesca, sob a ótica de Giddens (2009), à luz da Teoria da Estruturação, caracteriza-se como um universo,com um conjunto de regras, recursos e propriedades estruturais típicas e únicas, organizadas na formação desse sistema social. Nessa visão, ele está dividido em dois grandes ramos do sistema da pesca, que estão integrados e, ao mesmo tempo, apresentam características que os diferenciam: o mundo artesanal e o mundo industrial. Para Giddens (2009), a estruturação é o que se faz no fluxo do tempo e do espaço; mas não se trata de tempo contínuo, porque esse espaço também vai se modificando à medida que entram novas organizações e se constituem novas regras. A estruturação aqui passa a ser o mundo social da pesca, com todos os elementos que o constituem ao longo da história. Ele é instrumento do tempo (as coisas não param); a estrutura é dinâmica, e tempo e espaço protagonizam as mudanças da própria estrutura.

Ainda segundo o autor, os sistemas sociais se aproximam do conceito de sistemas biológicos. As totalidades sociais só são encontradas dentro do contexto de sistemas intersociais distribuídos ao longo das extremidades do tempo-espaço. Todas as sociedades são sistemas sociais e, ao mesmo tempo, são constituídas pela interseção de múltiplos sistemas sociais.

O tempo e o espaço não são estáticos; o processo de estruturação do mundo social da pesca, com todos os seus elementos constituintes ao longo da história, criou e recriou um

modelo que não é atraente para os jovens. A reprodução desse modelo no tempo e no espaço desencadeia uma série de desestímulos, a ponto de estes não se sentirem capazes de intervir em seu meio, mesmo tendo o suporte da formação técnica profissionalizante recebida no IFRN.

O fator tempo também colabora para essa percepção, visto que os processos evolutivos são contínuos e rápidos, mas o modelo estruturador do mundo da pesca parece caminhar com passos distantes da modernidade, considerando que reproduz práticas seculares de exploração na pesca artesanal, perpetuando os mesmos problemas e dificuldades enfrentados há mais de 200 anos.

O propósito, nesse sentido, é olhar para o mundo da pesca como um sistema social composto por pescadores e pequenos empresários que exploram os trabalhadores, buscando apenas o lucro, sem haver correlação de parceria que fortaleça a atividade. A pesca, historicamente, no Brasil, não foi (e não é) valorizada na cadeia produtiva, gerando secular abandono, o que deixa as comunidades pesqueiras relegadas à própria sorte. Esse histórico descaso de políticas de governo que visem incrementar a atividade pesqueira enraizou nesses sistemas contradições e desinteresse das novas gerações em dar continuidade à pesca, passando a rejeitar esse mundo de abandono e sofrimento.

A pesca artesanal, por muito tempo, representou a principal forma de exploração da atividade pesqueira no Brasil. Diegues (1995) destaca que, até meados do século XX, ela foi a principal atividade pesqueira do país; e, mesmo com a industrialização, não deixou de ter papel de destaque na produção de pescado. Dados do extinto Ministério da Pesca e Aquicultu-

ra (2014) apontam que 40% da pesca extrativista no Brasil são oriundos da pesca artesanal.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, de 2003 a 2013, cresceu significativamente o número de trabalhadores na atividade pesqueira artesanal, enquanto, na atividade pesqueira industrial, a quantidade de trabalhadores não chegou a 10% do total no país.

As atividades ligadas à pesca sempre padeceram com o descaso e o abandono por parte do Governo brasileiro, e as comunidades pesqueiras tradicionais sempre foram marginalizadas. É justamente nas condições de vida dessas comunidades que se verifica um cenário de infraestrutura precária quanto a moradia, saneamento, nutrição, escolaridade e assistência à saúde inadequada, além de inúmeros outros problemas conjunturais causados pela secular falta de políticas e ações que valorizem a atividade, principalmente a pesca artesanal.

Soma-se a isso o fato de que a renda oriunda da pesca é bastante baixa, atendendo, na maioria dos casos, apenas à subsistência das famílias. A falta de recursos precariza ainda mais a atividade. A perecibilidade do pescado torna o pescador refém dos atravessadores, e a falta de recursos financeiros para investir em equipamentos e estrutura de apoio torna esse trabalhador ainda mais refém dessa cadeia. Esses condicionantes, além de dificultarem a atuação na atividade, tornam-se ainda mais agravantes em comunidades distantes dos centros de comercialização, relegando-as à pobreza extrema e à marginalização.

Outro aspecto importante a considerar, nas comunidades pesqueiras artesanais, é a tradição reproduzida de geração em

geração, reforçando as condições sociais de pobreza em que vivem.

Apesar da falta de apoio governamental à pesca artesanal, a atividade é significativa e representa mais de 40% da produção no Brasil. No RN, a pesca artesanal chega a representar cerca de 70% da produção do estado.

Constata-se esta assertiva pelo fato de que esse modelo social se perpetua e se reproduz, com suas regras e princípios, estabelecidos ao longo do tempo, que o legitimam e tornam a estruturação da pesca mera continuidade de estruturas sociais que se repetem, fortalecendo ainda mais o desestímulo e o desinteresse dos jovens em querer atuar na pesca.

> **ii.** A maioria dos alunos do Curso de Recursos Pesqueiros provém de comunidades e famílias de pescadores artesanais e, por consequência, tem uma percepção prévia formada sobre o espaço social em que vivem, caracterizado por condições precárias de sobrevivência, sofrimento e baixas expectativas de qualidade de vida.

No mundo da pesca, os jovens vivenciam as propriedades estruturais desde muito cedo: percebem o modelo social impregnado em suas comunidades. E, apesar de não se sentirem muito estimulados diante dessa realidade, são impulsionados a buscar, fora do mundo da pesca, a modernidade de um modelo de vida diferente e de melhores perspectivas que não o do contexto social em que vivem. O modelo de estrutura social da pesca não estimula os jovens; ao contrário, eles rejeitam o modelo existente. O sistema social da pesca, organizado como práticas regulares, afasta o interesse dos jovens em permanecer nessa estrutura, provocando a reflexividade e rejeitando a

continuidade dessa estruturação social, pois ela se perpetua na reprodução desse sistema. Ter essa percepção prévia torna o jovem resiliente no que concerne à formação técnica. E isso transparece em suas falas quando tratam da questão do interesse em atuar na atividade da pesca após a formação técnica em Recursos Pesqueiros.

Na visão de Giddens (2009), as razões reportam-se aos motivos da ação, enquanto as motivações referem-se às necessidades que as instigam. A motivação refere-se mais ao potencial para a ação do que propriamente ao modo como a ação é cronicamente executada pelo agente. Fica, portanto, a noção de consciência prática, que é fundamental na Teoria da Estruturação. A rejeição dos jovens em atuar no mundo da pesca é consequência da consciência prática desses jovens, que têm consciência dos enormes desafios para atuar nessa área.

Estabelecendo uma correlação com a teoria, constata-se que a ação de cada indivíduo nesse processo é sempre a de um agente em favor da produção ou reprodução das estruturas sociais de que participa. Por que, então, os jovens não querem entrar no mundo da pesca? As razões que eles invocam estão relacionadas com o que Giddens (2009) designa como consciência prática. Isso se faz plausível porque estão imersos nesse contexto, mas não desejam a realidade que vivenciam, justamente por possuírem conhecimento prático das dificuldades que enfrentam.

No entanto, subsidiados pela formação oferecida pelo IFRN, passam a vislumbrar outras possibilidades, outros horizontes, o mundo da modernidade, que não encontram no contexto social em que vivem. Assim a consciência discursiva e a consciência prática se aproximam: a ação influencia a es-

trutura e, por sua vez, passa a ser influenciada por ela. É fato que os jovens têm noção de como está estruturado o mundo da pesca, e isso não os agrada, especialmente porque percebem que nele serão escassas as perspectivas de carreira, de auferir bons salários e de ter oportunidades reais em empresas formais que os queiram acolher e mudar seu futuro.

Na dualidade da estrutura de Giddens (2009), as ações e a estrutura se influenciam reciprocamente; os atores são agentes reflexivos, que racionalizam sua ação com base nas razões e nos interesses. Mas as consequências não são por eles controladas, pois nem o próprio IFRN, como agente de mudança, pode controlá-las. Tanto é que não consegue, por si só, despertar o interesse dos jovens na formação recebida no Curso de Recursos Pesqueiros. As falas dos atores ouvidos na pesquisa vão justamente ao encontro desse propósito, pois revelam a reflexividade das intenções dos jovens de não querer atuar no mundo da pesca.

Assim, a falta de perspectivas profissionais na pesca e na aquicultura afasta, sistematicamente, os jovens dessa área. Em razão disso, estudar no IFRN torna-se o propósito primeiro, e o Curso de Recursos Pesqueiros é a forma de muitos desses jovens chegarem à instituição. Ou seja, não há interesse efetivo pelo curso e pela formação técnica, mas sim pela oportunidade de estudar na instituição.

O papel do IFRN como agente transformador aguça, nos jovens, a rejeição singular ao sistema social da pesca, pois promove um cenário de inferências e percepções antes não percebidas criticamente pelos alunos, que passam a rejeitar esse modelo social das comunidades pesqueiras em que vivem.

> iii. Os negócios da pesca existentes neste território são resistentes à introdução de novos conteúdos em seus processos (saberes técnicos advindos dos egressos do IFRN versus experiência prática), ou seja, geralmente os empresários presumem que tais conhecimentos não agregam valor ao seu negócio.

O quadro configurado dá visibilidade "material" às inúmeras dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais na prática de seu ofício. Como fica evidente, tudo é, em geral, muito simples, até mesmo um tanto rudimentar. Como relatado por Cortez (2012), algumas comunidades pesqueiras do RN ainda pescam de forma primitiva.

Infelizmente, o Estado brasileiro deixa a desejar quanto à atuação para fomentar a atividade pesqueira uma vez que não a prioriza como essencial para a economia do país. O sistema de colônias também não atende aos interesses das comunidades pesqueiras; não desempenha, a contento, seu papel de intermediação com os demais órgãos, atuando em favor dos pescadores.

Os empresários que atuam na pesca são pessoas com baixa formação (em sua maioria) que visualizaram a oportunidade de empreender e lucrar, seja atuando na pesca artesanal como senhores capitalistas, donos das embarcações, seja atuando como atravessadores da produção pesqueira, e se mostram resistentes à introdução de novos processos ou à intervenção de técnicos, como os egressos do IFRN. Tal como entendem, em sua visão empresarial, esses conhecimentos não agregam valor ao seu negócio; ao contrário, representam uma espécie de ameaça. É certo que não desejam a modernização da atividade pesqueira na região com o único propósito

de manter a secular e total dependência do pescador ao poder de seu capital e de seu comando.

Em todas as atividades pressupõe-se que a qualificação técnica pode tornar-se elemento propulsor de desenvolvimento e valorização das comunidades pesqueiras, sendo isso também verdadeiro para a atividade pesqueira no Brasil. A pesca e a aquicultura necessitam de profissionais qualificados em todas as dimensões hierárquicas, e a qualificação profissional de jovens, principalmente oriundos das comunidades pesqueiras tradicionais, oportuniza sua inserção no mercado de trabalho do mundo da pesca.

> iv. Este território ainda não internalizou todos os elos da cadeia da pesca (captura do pescado, beneficiamento, distribuição, incluindo construção naval, reparos e manutenção de embarcações e inserção de tecnologias), os quais, se existissem, ocupariam uma mão de obra, em média, portadora de maior escolaridade/qualificação e melhor remunerada.

Os indicadores oficiais consideram, apenas, na pesca extrativa nacional, aspectos como a infraestrutura de apoio à pequena produção, o parque industrial, a comercialização e distribuição do pescado e a mão de obra. Apresentam-na como pouco expressiva no contexto socioeconômico do país, vez que se concentra na captura e no cultivo, sendo seu processo de industrialização ainda incipiente, se comparado com países vizinhos como Chile e Peru.

Isaac (1997) retrata o cenário de pobreza das comunidades pesqueiras tradicionais, aludindo aos muitos aspectos que lhes são peculiares e que, por certo, já foram aqui considerados, assim enfatizando:

> A renda obtida pela pesca permite somente um nível de subsistência. A falta de infraestrutura de apoio (gelo, câmaras, etc.), as dificuldades de escoamento da produção e a falta de recursos materiais para comprar equipamentos para a pesca são os entraves mais importantes enfrentados pelos pescadores artesanais. Estes inconvenientes obrigam os trabalhadores da pesca a depender fortemente de atravessadores, que acabam usufruindo da maior parcela da renda gerada pela atividade. Isto é mais intenso ainda, quanto mais isolada e carente seja a comunidade (Isaac, 1997 *apud* Cardoso, 2014, p. 28).

Como já mencionado, a atividade da pesca na região salineira, no entorno do IFRN, centra-se na carcinicultura e na pesca artesanal. Apesar de o município de Macau ser um importante produtor de pescado no estado, essa atividade, na região, acontece apenas na sua forma de captura extrativista. Não existe, nem por parte do poder público nem da iniciativa privada, qualquer empresa interessada em agregar valor a essa produção, como, por exemplo, através de beneficiamento. Tampouco há empresas que deem suporte à atividade pesqueira sob a forma de manutenção de embarcações, apetrechos de pesca, ou que desenvolvam pesquisa que gere tecnologia de apoio à aquicultura.

Nesse sentido, o mundo da pesca se apresenta para os jovens do IFRN como um universo enraizado em conservadorismo, cultura e tradições, e com baixa expectativa de vida, de forma que esses tendem a não querer permanecer nesse mun-

do. Essa realidade fica mais aguçada no momento em que, vivenciando a modernidade com alunos do IFRN, com acesso a tecnologias e interação global, passam a rejeitar ainda mais a estrutura social da pesca.

Tomam, assim, para si, de modo recursivo e reflexivo, caminhos contrários ao da pesca, almejando a modernidade percebida, que se clareia e se fortalece por meio do processo de formação oportunizado pelo IFRN. Assim, apesar de todo o esforço da instituição em promover a formação profissionalizante na atividade da pesca, pode-se considerar que o ambiente de formação também contribui, mesmo que indiretamente e de forma não desejada, para que os alunos diminuam o interesse em intervir com o conhecimento técnico na atividade pesqueira.

Na perspectiva de inserir elementos da modernidade nesses ambientes, principalmente através de instituições públicas e privadas, tem-se, atualmente, que assumir o desafio do governo e adentrar nesses espaços para promover as mudanças necessárias a um melhor aproveitamento dos recursos pesqueiros, bem como à qualificação de profissionais, implementação de ações voltadas à pesca, tendo em vista a geração de emprego e renda e a capacitação técnica, objetivando o fortalecimento do potencial produtivo.

> **v.** Mantém-se a secular insuficiência de políticas públicas visando à efetiva elevação da produtividade, competitividade e sustentabilidade da atividade pesqueira, que promova o interesse pela a atuação profissional e pela qualidade de vida das comunidades pesqueiras.

Gargalos seculares emperram o desenvolvimento da atividade pesqueira, pois esta vivencia problemas que se tornam

insolúveis por ser uma atividade de alta periculosidade para os pescadores, tendo em vista ser insalubre e extremamente fatigante, porque requer força bruta e técnicas que, rudimentarmente, são repassadas de geração em geração, sem o devido aprimoramento que possa levar à modernização, principalmente no que se refere à pesca artesanal, tipo predominante no estado do Rio Grande do Norte. Recorre-se a Cortez (2012), ao relatar que os pescadores esperam há décadas por políticas públicas que ao menos auxiliem na garantia de seus direitos como cidadãos, pois, historicamente, são taxados pela sociedade urbana como cidadãos de segunda categoria.

Por tudo o que já foi apresentado neste estudo, pode-se afirmar que não houve, por parte do Estado brasileiro, estímulos para valorizar e potencializar a atividade da pesca e da aquicultura no país. Assim, mantém-se a secular ineficiência do setor que, mesmo diante de tantas evidências naturais atestando a viabilidade econômica da atividade, não apresenta resultados significativos quando comparados aos de outros setores que se destacam, como a agropecuária.

Os dados do Censo da Pesca de 2011 (MPA, 2014), apresentados aqui evidenciam a pouca importância da pesca na composição da matriz econômica do país, que se coloca atrás de países como Chile e Peru, cuja atividade pesqueira ocupa posição de destaque na economia. Com isso, o Brasil deixa de atrair novos (e necessários) investimentos para o setor. Não se admira que, frente a tal realidade, os jovens formados em Recursos Pesqueiros não tenham interesse em atuar como profissionais da área.

Outro impacto negativo para o setor no Brasil deu-se quando o então governo do presidente Lula, para dar noto-

riedade e espaço a políticas governamentais voltadas ao setor pesqueiro, criou, em 2003, a SEAP e, em 2009, o Ministério da Pesca e Aquicultura, provocando uma reação do Estado quanto a vislumbrar o crescimento potencial da atividade pesqueira e aquícola no país. No entanto, as políticas de Estado não funcionaram a contento na conjuntura econômica, social e política do país, pois, a partir do *impeachment* da presidenta Dilma (2016), o Ministério da Pesca e Aquicultura, passou a integrar o Ministério da Agricultura, com sinais preocupantes de possível retrocesso nas políticas voltadas ao setor pesqueiro no Brasil.

5.1 Fatores da desmotivação dos jovens para a formação em Recursos Pesqueiros

O IFRN, de forma desafiadora e pioneira, ao decidir iniciar o processo de formação técnica na área da pesca, assumiu o desafio paradigmático de superar os preconceitos relativos à atividade pesqueira.

Mesmo instalado numa região que tem a pesca como atividade natural (o município de Macau – RN, que é o segundo maior produtor de pescado do estado, além de ter forte atividade empresarial no setor da carcinicultura), o Curso de Recursos Pesqueiros ofertado pelo IFRN é pioneiro, já que não existe mão de obra especializada para atuar nessa área.

A formação técnica promovida pelo poder público nas localidades da região Nordeste do Brasil, mais precisamente no Rio Grande do Norte, pelo IFRN, favorece a inserção de traços modernos na atividade pesqueira, confrontados com os fortes hábitos, costumes, valores e tradições locais. Esse proces-

so de modernização provoca mudanças paradigmáticas, uma vez que essas localidades estão fora do espectro tradicional de atuação na área em foco.

A pesquisa realizada neste estudo permitiu mapear e identificar os fatores que levam ao desinteresse e desestímulo dos jovens quanto à formação técnica em Recursos Pesqueiros. Existem fatores explícitos, declarados pelos jovens e também apontados pelos demais entrevistados, mas também existem fatores não declarados, que fazem parte do inconsciente dos jovens que rejeitam a formação e a atuação na atividade pesqueira. Giddens (2009) considera a reflexividade como um dos elementos que caracteriza a radicalização da modernidade. Para o autor, o mundo moderno proporciona aos sujeitos oportunidades de obtenção de conhecimento sobre determinado assunto em seus vários ângulos.

Segundo Giddens (1991), a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de as práticas sociais serem constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre essas próprias práticas, alterando assim, constitutivamente, seu caráter. Em suma, o debate reflexivo contribui para a quebra de elementos da tradição, ou seja, o mundo moderno, com base na racionalidade e no conhecimento sistematizado, provoca mudanças reflexivas na estrutura da sociedade, em que o próprio indivíduo desenvolve a reflexividade, rompendo valores enraizados da tradição predominantes nas estruturas sociais pré-modernas. Assim também os jovens assistidos pelo IFRN passam a perceber um novo mundo, o mundo da modernidade, com amplas e inúmeras possibilidades, as quais passam a cobiçar em detrimento do mundo da pesca em que vivem e no qual não desejam permanecer.

Na realidade, pode-se dizer que os jovens não querem entrar no mundo da pesca por razões relacionadas à consciência prática. Eles vivenciam as cenas da vida em suas comunidades e passam a compreender outras possibilidades ao ingressar no IFRN. Esse confronto os desloca de "seu centro" e os mergulha num mar de incertezas quanto ao futuro. Em síntese, entre os fatores detectados neste estudo que influenciam o comportamento dos jovens frente à situação da atividade pesqueira, à qual devem alinhar sua preferência profissional, estão os listados a seguir:

- a pesca extrativista é considerada de pouca expressão quando analisada dentro do contexto socioeconômico do país;
- a pesca artesanal é uma das poucas atividades que absorve mão de obra de pouca ou nenhuma qualificação, quer seja de origem urbana, quer seja de origem rural, sendo, em alguns casos, a única oportunidade de emprego para certos grupos de indivíduos, principalmente para a população excluída;
- o modelo de reprodução da pesca parece andar a passos bastante distantes da realidade da modernidade, uma vez que reproduz práticas seculares de exploração na atividade da pesca artesanal, perpetuando os mesmos problemas e dificuldades enfrentados há 200 anos;
- a realidade das comunidades pesqueiras se perpetua nas práticas políticas, que permanecem antiquadas e conservadoras nos dias de hoje;
- o Estado não intervém para modernizar, pois, de certa forma, tira proveito dessa condição, uma vez que o sis-

tema social está profundamente enraizado e institucionalizado no modelo de submissão e na falta de políticas públicas de médio e longo prazo que atuem diretamente nessas comunidades;

- as condições de vida das famílias de pescadores artesanais são precárias. A renda oriunda da pesca é bastante baixa, atendendo, na maioria dos casos, apenas à subsistência das famílias;
- a ausência de políticas governamentais que atendam às comunidades pesqueiras, aliada à forma de viver dessas comunidades (com tradições, cultura, valores, crenças, costumes e métodos), faz da vida simples um paradoxo entre tradição e modernidade;
- a situação de vida das comunidades da pesca artesanal carece de políticas e programas que atuem diretamente na resolução de seus problemas de saneamento, educação, saúde e moradia;
- os pais não estimulam os filhos nessa formação pelas dificuldades de segurança, pela falta de políticas que agreguem valor ao produto, entre tantas outras dificuldades;
- a pesca local é totalmente artesanal e encontra-se em constante decadência;
- os pescadores esperam, há décadas, por políticas públicas que ao menos auxiliem na garantia de seus direitos como cidadãos, pois, historicamente, são taxados pela sociedade urbana como cidadãos de segunda categoria;
- gargalos seculares emperram o desenvolvimento da atividade pesqueira, tendo em vista ser uma atividade insalubre e extremamente fatigante, que requer força bruta e técnicas que, rudimentarmente, são repassadas de gera-

ção em geração, sem aprimoramento e sem intervenção modernizadora;

- a pesca é parte importante da economia do município de Macau – RN. No entanto, existe disparidade entre a produção pesqueira e o retorno social e econômico, uma vez que este fica concentrado nas mãos de poucos que se beneficiam da atividade, enquanto as comunidades carecem de infraestrutura e melhorias que se traduzam em melhor qualidade de vida para os pescadores, suas famílias e a comunidade, tendo em vista que o processo de captura, beneficiamento e comercialização acontece de forma incipiente, beneficiando um pequeno grupo de atravessadores e empresários contribuindo pouco para os que vivem diretamente dessa atividade;
- há uma secular carência de políticas públicas de estímulo à atividade pesqueira, acesso à formação técnica para domínio de tecnologias e infraestrutura de apoio às comunidades pesqueiras, entre outras demandas que fazem parte das reivindicações de inúmeras organizações de pescadores, bem como da criação de associações e cooperativas que formalizem a exploração dessas atividades.

As informações apresentadas (com dados já trabalhados nesta tese) referendam o enorme desafio de intervir numa área totalmente carente de apoio para promover a valorização da atividade da pesca. Assim, o desafio do processo de formação torna-se maior, uma vez que os jovens ingressantes chegam com essa carga de percepções negativas quanto ao mundo da pesca.

No que diz respeito ao comprometimento e à participação dos alunos nas atividades do curso, considera-se que estes

precisam de maior estímulo, dada a manifestada apatia para os estudos e o pouco envolvimento com o curso.

Em resumo, retomam-se alguns discursos reveladores dessa visão desestimulante no que concerne à formação técnica:

- Não acreditam na formação técnica em Recursos Pesqueiros porque não há muita oportunidade de emprego. Há muitas pessoas se formando e pouco vínculo empregatício.
- Os alunos do integrado e do subsequente, segundo os servidores, normalmente já ingressam desinteressados no curso. Alegam estar no curso de RP por falta de opção. Na maioria, são alunos que vêm de um ensino fundamental de baixa qualidade e que não estão acostumados a se esforçar para obter sucesso nos estudos.
- O baixo interesse, ainda segundo os servidores, tem a ver com a intenção de cursar um nível médio de qualidade (e isso o IFRN oferece); com a falta de conhecimento, na área, sobre as potencialidades da atividade pesqueira; com a falta de estímulo dos próprios docentes; com baixos índices de empregabilidade pós-curso; e com a falta de estrutura adequada para as atividades práticas no *campus*.
- Os empregadores não valorizam (e exploram) a mão de obra, oferecendo subempregos e baixa remuneração. A costa brasileira, sobretudo a da região Nordeste, tem um potencial enorme para a atividade pesqueira, mas são muitos os entraves burocráticos e a falta de mão de obra qualificada para o efetivo desenvolvimento dessa atividade.
- Os jovens apontam certo distanciamento entre a formação técnica oferecida pelo IFRN e a aproximação com as

comunidades pesqueiras.

- O mundo da pesca, para a maioria dos jovens, é um "mundo desvalorizado", que não atende às suas aspirações pessoais e profissionais.
- A insegurança em conseguir se inserir no mercado de trabalho na atividade pesqueira decorre da baixa oferta de oportunidades, mesmo sendo corresponsáveis, a partir do momento em que recebem a formação, por procurar maneiras de intervir no setor pesqueiro e contribuir para mudar o quadro de desvalorização.
- Os jovens, em sua maioria, não têm "vocação" nem afinidade com a área pesqueira e, assim, não identificam perspectivas.
- A atividade empresarial pouco absorve a mão de obra qualificada, além de estar mais ligada à carcinicultura na região, atividade que absorve poucas pessoas.
- A maioria dos jovens está mais preocupada com a verticalização da formação técnica, almejando o ingresso em curso superior.
- A comunidade local tem uma visão minimizada do curso; não vê futuro nele, nem o considera garantia de futuro promissor.

Cabe considerar, com base nos relatos e depoimentos coletados neste estudo, que a formação técnica em Recursos Pesqueiros é um grande desafio para o IFRN, uma vez que a instituição tem o propósito de formar, inserir e intervir na atividade pesqueira, a fim de contribuir para um processo de modernização dessa atividade secularmente esquecida, mas de grande potencial econômico e social para o país.

Os depoimentos dos jovens e dos demais sujeitos entrevistados (servidores do IFRN, líderes ligados à pesca e empresários) complementam-se no sentido de esclarecer os motivos que levam à falta de estímulo e de interesse dos jovens pela formação técnica em Recursos Pesqueiros. A consciência prática com que os jovens expressam o que percebem representa um dos principais temas da Teoria da Estruturação de Giddens (2009) e deve ser distinguida da consciência discursiva e do inconsciente. Na consciência discursiva, esses jovens até apresentam interesse pela formação técnica e pela atuação na área; no entanto, no inconsciente, de forma não declarada, rejeitam atuar na área, dadas as dificuldades percebidas e a falta de expectativas claras de valorização profissional.

Recorreu-se a Giddens (2009), especificamente à Teoria da Estruturação, como fundamento para compreender esse contexto social, as propriedades estruturais que predominam no modelo social das comunidades pesqueiras e também a recursividade reflexiva das decisões dos jovens que vivem nessas comunidades. Além disso, constatou-se a influência do próprio IFRN na percepção dos jovens quanto à ruptura frente a outros mundos mais atrativos apresentados pela instituição no contexto da modernidade.

Constata-se, ainda, que os jovens, em seus depoimentos, declaram a importância do curso, a importância de estudar no IFRN e o desejo explicitado de atuar na atividade pesqueira. No entanto, de forma contraditória e subjetiva, percebe-se, nos próprios depoimentos, que existem fatores presentes na consciência prática que os afastam do mundo da pesca, pois evidenciam um ambiente de muitas dificuldades.

Não declaram isso diretamente; recursivamente rejeitam e não demonstram disposição para lutar a fim de mudar essa realidade. Para Giddens (2009), a radicalização da modernidade está ligada à reflexividade; o mundo moderno proporciona aos sujeitos oportunidades de obtenção de conhecimento sobre determinado assunto em seus vários ângulos e, com base nesse conhecimento, tomam suas decisões de forma crítica e seletiva.

Não obstante, ainda para o autor, não é a experiência do ator individual isolado que determina o fato social, nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas sim as práticas ordenadas da interação social dos agentes que fazem parte do sistema social, observadas no espaço e no tempo em que ocorrem. Nesse sentido, apresentam-se de forma recursiva as atividades sociais humanas, bem como a semelhança com alguns sistemas autoprodutivos na natureza das ações sociais, fruto da interação entre as práticas ordenadas e o fator temporal. Assim, o ambiente do IFRN, no processo de formação, precisa ser um condutor nas práticas ordenadas da interação social dos jovens, promovendo, de forma positiva e propositiva, suas decisões quanto à atuação na área da pesca.

Diante da explicação de Giddens (2009) a respeito da estruturação humana e do caráter recursivo das ações dos indivíduos frente ao contexto social em que vivem, o IFRN passa a clarificar, por meio deste estudo, explicações quanto ao comportamento dos jovens e, assim, pode traçar um planejamento que forneça as bases para o entendimento das atividades sociais desses indivíduos.

A tríade que alicerça os estudos de Giddens (2009) está pautada em uma ênfase no caráter ativo (em que o indivíduo

não é apenas um agente passivo no contexto social em que vive, mas é predisposto a reproduzir o modelo social da comunidade); em um posicionamento reflexivo (o indivíduo é capaz de analisar e tomar decisões contrárias às regras estabelecidas pelo modelo; sua conduta humana é fruto de sua reflexividade); e na rejeição, a partir da reflexividade, ao modelo que não o atrai, não o instiga, não lhe apetece como proposta (aqui o indivíduo é capaz de promover suas próprias reflexões e tomar decisões contrárias ao modelo que vivencia).

Também se constata que, no próprio ambiente do IFRN, ao se depararem com um mundo novo de possibilidades, esses jovens passam a cobiçar ainda mais a modernidade, um mundo diferente daquele que vivenciam em suas comunidades tradicionais, um mundo de perspectivas que, para eles, são ilimitadas, que encanta e seduz esses jovens, afastando-os ainda mais do interesse em atuar na atividade pesqueira. Segundo Giddens (2009), o mundo moderno, com base na racionalidade e no conhecimento sistematizado, provoca mudanças reflexivas na estrutura da sociedade, na qual o próprio indivíduo desenvolve a reflexividade, rompendo os valores enraizados da tradição predominantes nas estruturas sociais pré-modernas.

5.2 Propostas para o IFRN e para a formação em Recursos Pesqueiros

É preciso que o IFRN – *Campus* Macau "saia dos seus muros", que busque a comunidade e que se aproxime da realidade da pesca artesanal e dos empresários que atuam na região

para, assim, poder intervir por meio de parcerias, projetos de extensão e pesquisas de interesse do mercado, colocando docentes e discentes, empresários e pescadores à frente desses projetos.

Faz-se necessário um plano que reavalie a proposta do curso, a fim de colocá-lo em consonância com as percepções e as necessidades da área, no tocante à qualificação de mão de obra para atender às carências do setor. É preciso que o curso direcione ações voltadas à extração, produção, intermediação e comercialização de alimentos ligados à pesca e à aquicultura; desenvolva ações e projetos de ensino, extensão e pesquisa que estimulem docentes e alunos no processo de formação.

Como proposta de valorização do curso, é preciso trabalhar junto às empresas para que estas percebam a importância da formação técnica, abrindo espaço para os alunos e despertando naqueles que têm vocação, o interesse em empreender. Ainda nessa mesma linha de proposições, faz-se necessário promover a inserção de técnicas, tecnologias e modelos de gerenciamento técnico na atividade pesqueira da região; promover e estimular a valorização da profissão; promover a melhoria contínua de laboratórios e infraestrutura que deem suporte à formação técnica; fortalecer a relação com empresas e órgãos para oportunizar estágios e empregos na área; rever as metodologias de ensino nas disciplinas, de forma a torná-las mais estimuladoras no processo de ensino-aprendizagem; estabelecer um planejamento de monitoramento e acompanhamento das dificuldades dos alunos para diminuir a evasão no curso; ampliar a percepção dos jovens quanto às oportunidades de atuação profissional na área e na região; criar e implementar mecanismos de valorização da atividade pesqueira

para que os alunos percebam que a área da pesca na região é atrativa e repleta de oportunidades.

É preciso desencadear um processo de intervenção que promova mudanças conjunturais no sentido de valorizar a atividade pesqueira, dado que o maior desafio para o IFRN é fazer com que os alunos do Curso de Recursos Pesqueiros possam, a partir da profissionalização, intervir na pesca, atuando não como agentes de reprodução de um modelo que rejeitam, mas como agentes de transformação, interferindo no processo de mudanças e sendo capazes de modernizar a atividade da pesca, dando-lhe o destaque merecido na economia.

O IFRN – *Campus* Macau, localizado geograficamente na entrada da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão – RDSEPT, que tem a pesca artesanal como principal atividade econômica, é um campo fértil para atuação de toda natureza, desde projetos de pesquisa e extensão ligados à pesca até intervenção direta junto a pescadores. Precisa fomentar projetos de cultivo de organismos vivos que estimulem o empreendedorismo e promovam, de forma ordenada, o surgimento e a consolidação de associações e cooperativas para a melhoria da exploração da atividade da pesca artesanal nessas comunidades.

Constatou-se a necessidade de parcerias com outras instituições de ensino ligadas à formação na área de pesca, tais como: Rede IF, LABOMAR, UFRN, UFERSA, UERN, UFPB, UFPE e UFCE, entre outras, com as quais se possa trocar experiências e oportunizar práticas conjuntas de ensino, pesquisa e extensão, voltadas à aplicação prática na atividade da pesca e aquicultura. Além disso, faz-se necessário estabelecer parcerias com órgãos públicos em todas as esferas – federal, estadual e mu-

nicipal – tais como IDEMA, IBAMA, secretarias de agricultura e pesca estaduais e municipais, e inúmeros outros órgãos que possam proporcionar atuação técnica aos alunos formados.

Para proporcionar melhores resultados na conclusão do curso pelos jovens, é preciso que a instituição reveja o modelo vigente determinado no planejamento do curso, a fim de tornar os resultados de conclusão mais significativos quanto aos objetivos propostos. O que se percebe é um desestímulo dos alunos do curso, além da falta de compromisso com a formação técnica. Esse fator é um dos mais sérios a ser trabalhado, pois é preciso despertar nesses alunos o interesse pela formação, para que desejem concluir o curso e atuar na área. Infelizmente, o que tem acontecido, nos últimos anos, é que o aluno recebe a certificação de conclusão do ensino médio, mas não conclui efetivamente a formação profissionalizante, agravando o quadro institucional quanto à diminuição de alunos que cursam, mas não terminam o curso técnico. Isso ocorre porque, nos últimos anos, o governo forneceu, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, a certificação de conclusão para ingresso em universidades públicas e privadas do país, diminuindo ainda mais o interesse desses alunos, pois, com a certificação do ensino médio e a aprovação no ENEM, migram para o ensino superior e deixam de lado a perspectiva de atuação técnica.

Em síntese, é preciso que a instituição, no plano estratégico, desenvolva ações que induzam os jovens a buscar a formação em Recursos Pesqueiros. Entre outras, sugere-se:

- trabalhar ações e estratégias voltadas à permanência e ao êxito no curso, com programas de bolsas e assistência estudantil;

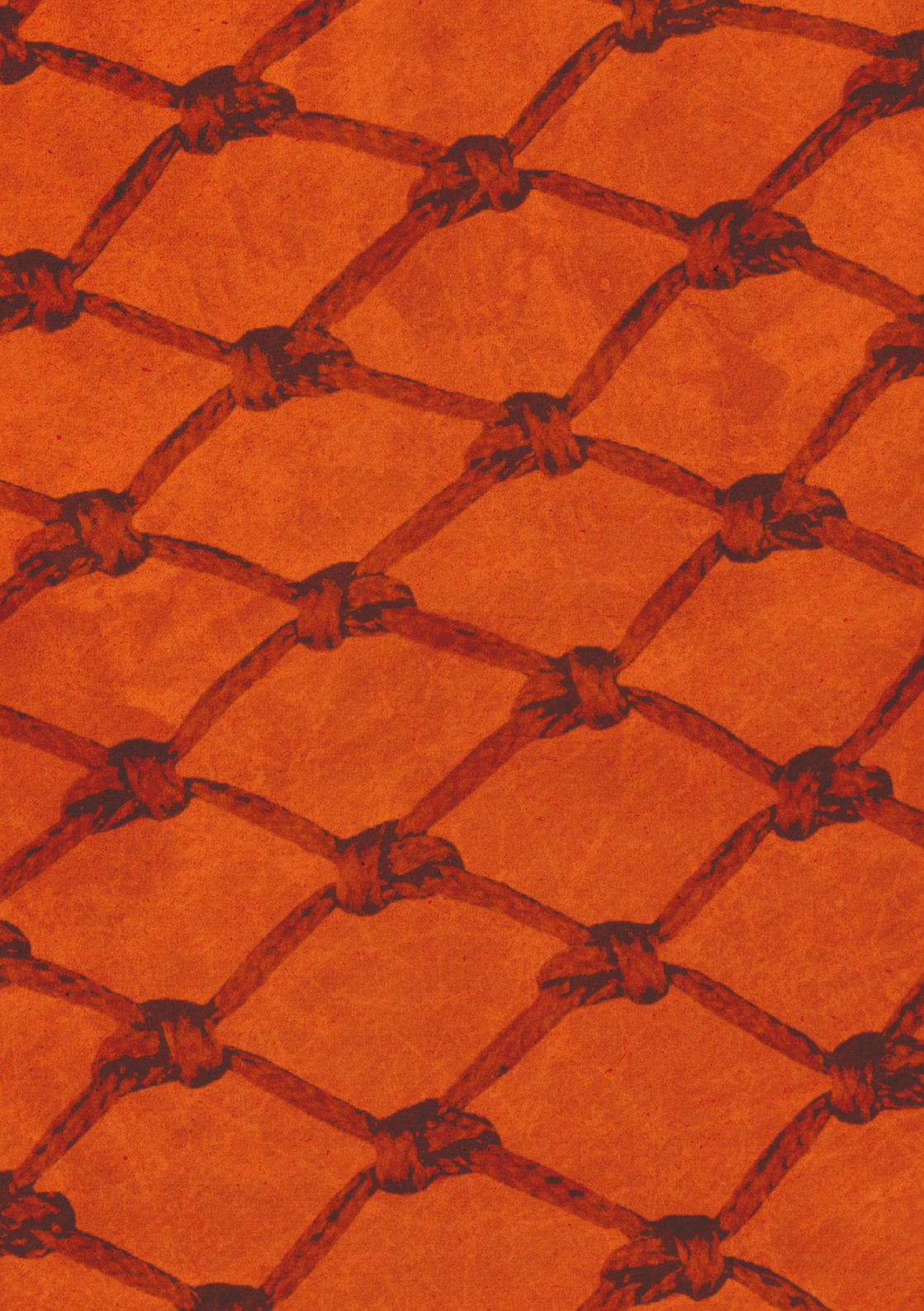
- fortalecer a relação com o mercado e oportunizar o ingresso dos alunos em estágios e empregos;
- promover um programa de visitas e divulgação nas escolas da região;
- criar estratégias metodológicas de valorização das disciplinas do curso para motivar os alunos, de forma que eles próprios e os egressos divulguem o curso;
- fortalecer, em ações de divulgação do exame de seleção, a produção de vídeos sobre o curso e depoimentos reais de jovens egressos;
- estimular o empreendedorismo com apoio a incubadoras.

No plano institucional, devem-se criar projetos bem estruturados, com metas claras e com todo o apoio dos órgãos macro da instituição, para serem bem executados. Entre outros, seria viável:

- criar o evento "Feira das Profissões", uma feira anual que mostre diferentes áreas e possibilidades profissionais ;
- promover ações que melhorem a visão do curso por parte da população, apresentando todas as possíveis áreas de atuação e onde se encontram oportunidades de emprego na região;
- proporcionar um planejamento focado no mercado de trabalho, no potencial empregatício e nas oportunidades de empreendedorismo que fomentem novos negócios.

E, por fim, cabe ao IFRN inteirar-se dos problemas enfrentados pelo setor pesqueiro na região salineira e aproximar-se dos órgãos públicos e da iniciativa privada, não só para com-

preender as dificuldades e os problemas enfrentados, mas também para contar com esse apoio na formação de profissionais da área, fortalecendo o curso e estimulando a atuação técnica dos profissionais formados pela instituição.



6



DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA FORMAÇÃO TÉCNICA EM RECURSOS PESQUEIROS



A área da pesca e aquicultura sempre foi marginalizada e pouco contemplada por investimentos e políticas de desenvolvimento. Por isso, oferece poucas oportunidades de trabalho. O meio ambiente (espécies e ambiente) é visto como mero recurso infindável. Os empresários da pesca exploram a mão de obra, oferecendo subempregos e baixa remuneração. Percebe-se que a atividade da pesca e da aquicultura passa por vários entraves de vieses econômicos, sociais, políticos e ambientais que mantêm a secular ineficiência e atraso do setor no estado e no país.

Essa é a difícil realidade de exploração que reclama por investimentos de toda natureza para consolidar um polo de produção pesqueiro. O custo de embarcações, a manutenção, a logística de apoio e a falta de profissionalização são alguns desses gargalos. A formação profissionalizante é apenas um passo nessa complexa cadeia que precisa de inúmeras outras ações que venham dar notoriedade ao setor e oportunizar o crescimento dessa importante atividade econômica para a região e para o país.

As políticas de governo não chegaram, efetivamente, à pesca como aconteceu na agricultura e na pecuária, deixando uma dívida secular de falta de desenvolvimento para esse setor que, de certo modo, é visto de forma marginalizada pela sociedade. Fica evidente que, sem o apoio do governo, com políticas de incentivo, não acontecerá a modernização da atividade, que é promissora e tem potencial para a economia do futuro do país. A profissionalização, através da formação técnica ofertada pelo IFRN, é um desafio e, ao mesmo tempo, uma necessidade que abre portas para a modernização, de forma que a atividade pesqueira ganhe novos rumos e importância na economia brasileira.

A qualidade de vida nas comunidades pesqueiras pode melhorar se houver investimentos e aprimoramentos da atividade da pesca, melhorando toda a cadeia, desde a captura ao beneficiamento e à comercialização do pescado. Também se fazem necessários investimentos governamentais com políticas públicas para a atividade pesqueira e aquícola, que subsidiem a pesca, que incentivem projetos de restauração e aquisição de embarcações por parte dos trabalhadores da pesca artesanal e que deem abertura à iniciativa empreendedora acompanhada tecnicamente, para geração de novos negócios.

Apesar de a região salineira ser importante produtora de pescado no estado, essa atividade acontece apenas na sua forma de captura extrativista. Não há, por parte do poder público nem da iniciativa privada, empresas na região que agreguem valor a essa produção. A atividade restringe-se à extração nessa etapa da cadeia e não consegue, por si só, oportunizar a intervenção técnica dos alunos formados pelo curso de Recursos Pesqueiros.

O Curso de Recursos Pesqueiros ofertado pelo IFRN pode ser uma ponte que inicia um processo de desenvolvimento social e econômico para essas comunidades que vivem ainda à margem da modernidade e dos benefícios da contemporaneidade. O que se evidencia na pesquisa realizada é que, no espaço social da atividade pesqueira no Brasil, predomina a pesca artesanal, que se caracteriza por baixas expectativas de qualidade de vida e baixa perspectiva de ascensão profissional.

Assim, o objetivo principal foi desvelar as razões pelas quais os jovens em formação técnica no Curso de Recursos Pesqueiros no IFRN Macau – RN tendem a desvalorizar essa formação. No decorrer deste estudo, foi possível identificar

as razões que contribuem para o desinteresse e desestímulo dos jovens quanto à formação técnica em Recursos Pesqueiros, as quais se expressam, por exemplo, na falta de políticas governamentais de incentivo à atividade (na pesca artesanal predomina o secular abandono e o conservadorismo cultural das comunidades pesqueiras; na pesca industrial, predomina a exploração de mão de obra, com baixíssimos salários, condições insalubres e baixa perspectiva de ascensão profissional; na aquicultura, a atividade empresarial é atrasada e não valoriza a formação profissional), na falta, por parte dos jovens, de um conhecimento mais amplo quanto às potencialidades e oportunidades de atuação na atividade da pesca e aquicultura, no baixo índice de emprego formal e na rara identificação dos alunos com o curso. Essas assertivas formam as principais regras e recursos, as propriedades estruturais do sistema social da pesca que são contrárias aos interesses dos jovens que buscam melhor qualidade de vida:

- constatou-se que as condições de vida das comunidades pesqueiras são de vulnerabilidade social e econômica, com sério déficit de atuação de políticas públicas nessas comunidades no entorno do IFRN e em toda a região. São inúmeras as dificuldades nessas comunidades, estagnadas no tempo, com problemas conjunturais que as tornam reféns de um modelo arcaico, em que a modernidade não chegou de fato. O maior desafio é manter a cultura local e, ao mesmo tempo, promover a modernidade com inserção de técnicas e tecnologias para explorar melhor o potencial pesqueiro na região e, assim, estimular os jovens a atuar nessa área;

- constatou-se que os jovens alunos do Curso de Recursos Pesqueiros do IFRN vivenciam, no mundo social da pesca, com suas famílias e comunidade, todas as dificuldades da pesca artesanal. Seus depoimentos confirmam a condição de baixa qualidade de vida nas comunidades pesqueiras tradicionais e a falta de expectativas desses jovens, que não percebem perspectivas na pesca, o que os leva a não querer retornar a esse mundo de dificuldades. Os demais atores ouvidos também confirmam a percepção do desinteresse dos jovens em atuar na área pesqueira. Os servidores do IFRN, por exemplo, apontam as dificuldades das comunidades que vivem da pesca artesanal, situadas em locais de difícil acesso, à mercê da própria sorte, uma vez que políticas públicas de apoio não chegam a essas comunidades; têm baixa ou baixíssima qualidade de vida, em função das condições em que vivem; são comunidades estagnadas, sem perspectiva de desenvolvimento, cujos problemas são inúmeros;
- constatou-se a necessidade de mudanças de várias ordens: nos investimentos de estrutura para a pesca, em capacitação, entre outros, por meio de políticas contínuas de governo que impulsionem a atividade pesqueira. O Estado brasileiro deixa a desejar quanto a políticas que fomentem e impulsionem a atividade pesqueira. Os órgãos governamentais, em todas as esferas, precisam ser mais atuantes para promover o desenvolvimento da atividade, a fim de que esta gere renda e fomente o desenvolvimento da área. Os empresários que atuam na pesca são pessoas com baixa formação, em sua maioria, que visualizam apenas a oportunidade de empreender e lucrar, seja atuando

na pesca artesanal, como senhores capitalistas, donos das embarcações, e/ou como atravessadores da produção pesqueira. Por isso mesmo, resistem à introdução de novos processos ou à intervenção de técnicos egressos do IFRN;

- constatou-se que o mundo da pesca, quando comparado com outras áreas de formação e atuação profissional, ainda é muito desvalorizado, sendo necessário um complexo planejamento, que proporcione essa valorização, o que só acontecerá por meio de um conjunto de medidas que se complementem, no sentido de valorizar o curso, a formação e inserir os técnicos na efetiva atuação na pesca e na aquicultura. O mercado da pesca e da aquicultura ainda é muito restrito, com poucas oportunidades para os que têm melhor qualificação, o que desestimula os alunos;
- constatou-se que, para alcançar o êxito da profissionalização em Recursos Pesqueiros, ofertada pelo IFRN, e obter melhores respostas, dadas as inúmeras variáveis apresentadas neste estudo, faz-se necessário um plano que reavalie a proposta do curso, a fim de colocá-lo em consonância com as percepções e as necessidades da área, no tocante à qualificação de mão de obra para atender às carências do setor. É preciso que o curso direcione ações voltadas à extração, produção, intermediação e comercialização de alimentos ligados à pesca e à aquicultura; desenvolva ações e projetos de ensino, extensão e pesquisa que estimulem docentes e alunos no processo de formação;
- constatou-se que o IFRN precisa despertar nos alunos o sentimento de pertencimento e valorização quanto à sua identidade local, para dar valor à realidade deles, de seus pais, e da atividade da pesca artesanal, mostrando sua po-

> tencialidade para que esses alunos se sintam inclinados a atuar e intervir nessa realidade. Quebrar as barreiras e dificuldades enraizadas na pesca artesanal não é um projeto de curto prazo, justamente porque depende de políticas governamentais de toda ordem, direcionadas, particularmente, à pesca artesanal; também é preciso envolver as famílias no processo de valorização da pesca artesanal, o que o IFRN pode fazer por meio de programas como Mulheres Mil, Pescando a Cidadania, e de alfabetização de jovens e adultos, envolvendo pescadores e suas famílias.

Esse leque de constatações permitiu subentender as causas de desmotivação pelo curso e pela área da pesca, cabendo, então, ao IFRN determinar estratégias de atuação no sentido de fortalecer a formação, tornando-a mais atrativa e permitindo também ações externas que a valorizem, conseguindo, assim, intervir, com a formação técnica, na realidade da pesca na região, no estado e no país.

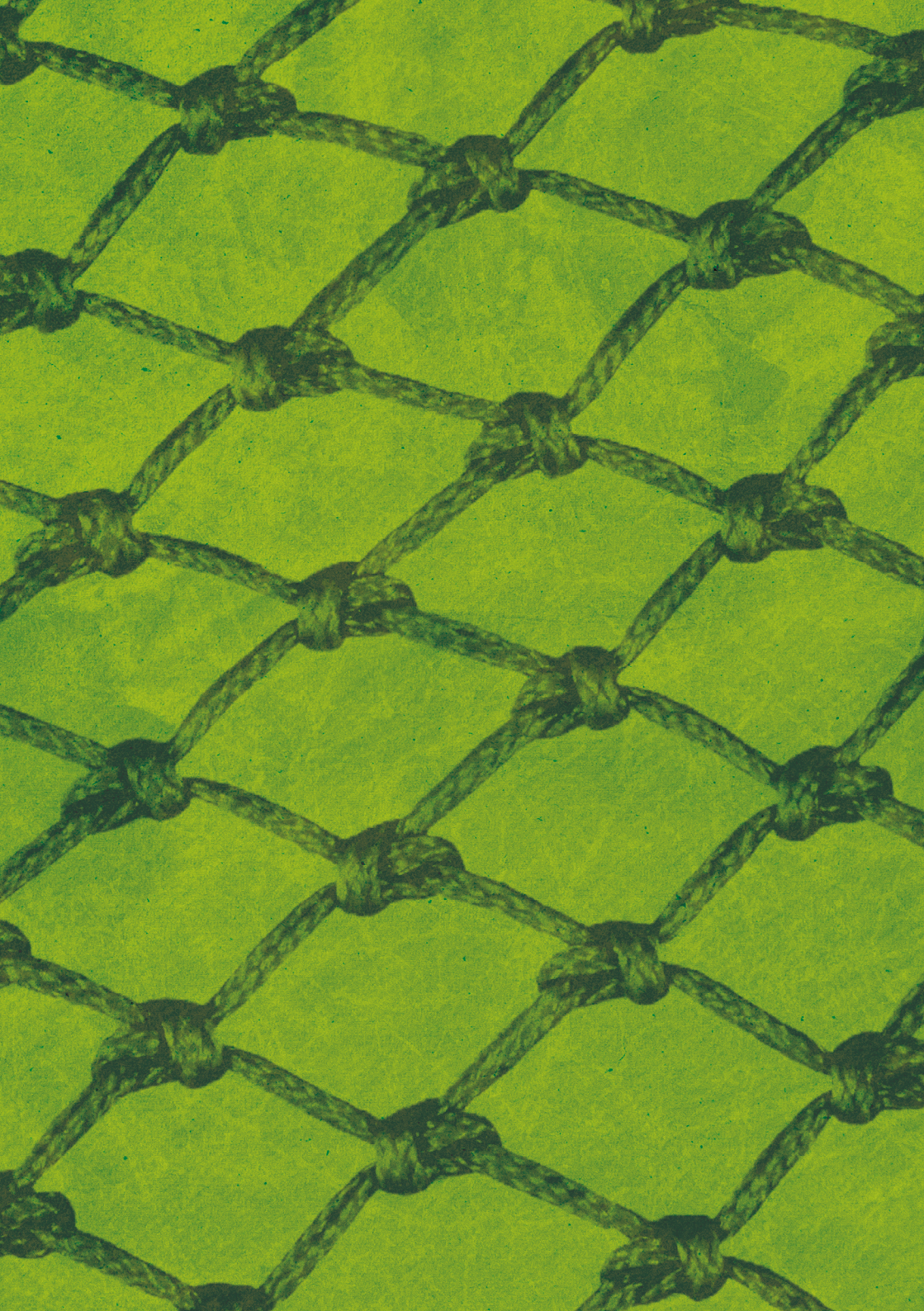
Dito isto, a partir deste estudo, que se propôs investigar as causas de desinteresse dos jovens quanto à formação técnica oferecida pelo IFRN – *Campus* Macau, foram-se delineando prováveis medidas, no sentido de estimular os jovens pelo curso e, ao mesmo tempo, valorizar a formação, para que as metas institucionais de formação e inserção no mercado de trabalho sejam atingidas. Nesse processo decisório, constatou-se, por exemplo, que é necessário um planejamento estratégico institucional que avalie a proposta do curso e que possa definir metas e objetivos claros de curto, médio e longo prazo, visando à consolidação e à valorização do curso. Para isso, é preciso que a instituição reavalie a grade curricular do curso,

tornando-o mais atrativo, com maior atuação prática no processo de formação, por meio de parcerias com organizações públicas e empresas privadas, visando à prática profissional.

Não obstante todas as sugestões e proposições formuladas, é preciso entender que a formação técnica, por si só, não modifica as estruturas vigentes da pesca na região; é necessário um conjunto de proposições, parcerias e fatores que, alinhados com a formação técnica, venham consolidar o profissionalismo no setor pesqueiro.

Essas ações passam, principalmente, por políticas de governo que valorizem e estimulem o setor pesqueiro. Outro ponto a considerar é a maneira como a maioria da sociedade, os empresários e os governantes veem esses trabalhadores da atividade pesqueira – uma visão distorcida e desvalorizada. Mais grave ainda é o fato de que as práticas de captura e cultivo de pescado permanecem como eram há séculos.

Nessa perspectiva, considera-se que este estudo cumpriu seu propósito ao identificar as causas do desinteresse dos jovens pela formação técnica em Recursos Pesqueiros. Espera-se que suas conclusões possam subsidiar o planejamento institucional e contribuir para o aprimoramento do curso. Reconhece-se, contudo, que este trabalho constitui apenas um passo inicial diante da complexidade que envolve a consolidação da formação técnica em Recursos Pesqueiros, cuja efetivação depende de esforços institucionais contínuos e de políticas públicas capazes de fortalecer a pesca e a aquicultura na região e no estado.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Presidência da República, 1909. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 10 set. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015**. Regulamenta a Lei nº 11.959/2009 quanto ao Registro Geral da Atividade Pesqueira. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8425.htm. Acesso em: 20 maio 2016.

BURNS, Tom; Flam, Helena. **Sistemas de regras sociais**: teoria e aplicações. Oeiras: Celta, 2000.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; Tauk Santos, Maria Salett. Extensão Pesqueira e Gestão no Desenvolvimento Local. *In*: Prorenda Rural (org.) **Extensão pesqueira**: desafios contemporâneos. Recife: Bagaço, 2003.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Pescadores: Geografia e Movimento Social. *In*: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: Universidade de São Paulo, mar. 2005. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/07.pdf. Acesso em: 3 mar. 2014.

CARVALHO, Felipe Eduardo Araújo de. **Extensão pesqueira e desenvolvimento local**: a experiência da Secretaria Espe-

cial de Aquicultura e Pesca no estado de Pernambuco, 2003–2006. 2007. 78 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2007.

CORTEZ, Antônio Alberto. Pesca Artesanal: promessa de dias melhores. **Tribuna do Norte**, 25 nov. 2012. Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/pesca-artesanal--promessas-de-dias-melhores/237492. Acesso em: 10 mar. 2015.

CORTEZ, Antônio Alberto. **Verticalização** – Um passo necessário à atividade pesqueira norte-rio-grandense. Natal: [s.n.], 2009.

CRÔNICAS MACAUENSES. Macau – RN, [s.d.]. Disponível em: https://cronicasmacaenses.com/tag/salinas-de-macau/. Acesso em: 5 fev. 2015.

DIAS NETO, José. Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais – um registro para o futuro. **Revista CEPSUL Biodiversidade e Conservação Marinha**. Itajaí, v. 1, n. 1, p. 66–80, maio 2010. Disponível em: www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/cepsul/article/view/300. Acesso em: 10 mar. 2015.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Povos e mares**: leituras em sócio-antropologia marítima. São Paulo: NUPAUB- USP, 1995.

DORNELLES, Lia Drumond. **Diagnóstico da pesca marítima do Brasil**. Brasília: Ibama, 1996

EMBRAPA. **Pesca e aquicultura**. Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, [s.d.]. Disponível em: https://www.embrapa.br/tema-pesca-e-aquicultura/nota-tecnica. Acesso em: 27 jul. 2015.

FERRAZ, João Henrique de Melo. **Políticas públicas e capital humano para o desenvolvimento local da pesca artesanal em Porto de Pedras** – Alagoas (2003–2009), 2011. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

FERREIRA, Sonia M. G. **Setor pesqueiro**. São Paulo: Conselho Pastoral dos Pescadores/Reg. Sul, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. São Paulo: Global Editora, 2004

GLOBO RURAL. O mercado está pra peixe. **Revista Globo Rural**, jun. 2013. Disponível em: http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,ERT338998-18282,00.html. Acesso em: 27 jul. 2015.

HADDAD, P. **Texto de referência sobre cultura local**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **O estado dos recursos pesqueiros**: pesca extrativa e aquicultura. Brasília, 2002. Disponível em: https://www.gov.br/ibama/pt-br/phocadownload/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/gestao-pesqueira/publicacoes/2002-geobrasil-estado-dos--recursos-pesqueiros.pdf. Acesso em: 20 maio 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Portal institucional**. Natal: 2014. Disponível em: https://www.ifrn.edu.br. Acesso em: 10 jul. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Tradição e evolução histórica**: o IFRN ao longo de 115 anos. Natal: 2015. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/*campus*/reitoria/noticias/tradicao-e-evolucao-historica-o-ifrn-ao-longo-de-115-anos. Acesso em: 7 mar. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Projeto pedagógico do curso técnico em Recursos Pesqueiros (PPC)**. Macau – RN: 2012. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/776/Tecnico_Integrado_em_Recursos_Pesqueiros_2012.pdf. Acesso em: 10 out. 2014.

IPEA. **Perfil laboral dos pescadores artesanais no Brasil**: insumos para o programa seguro defeso. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, abr. 2016. p. 61-73. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt60_12_politi ca2.pdf. Acesso em: 22 maio 2016.

ISAAC, V. J. **A pesca no estado de Amapá**: alternativas para o seu desenvolvimento sustentável. Relatório. Macapá: SEMA, 1997.

LOBÃO, R. J. da S. Testemunhas, infratores, parceiros, invisíveis ou criminosos: papéis múltiplos em uma relação singular entre pescadores e a exploração do petróleo na Bacia de Campos. *In*: Herculano, S. (org.). **Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas** – o caso de Macaé (RJ). Niterói: PPGSD da UFF, 2010.

LOPES, Flávia Caheté. **O conflito entre a exploração offshore de petróleo e a atividade pesqueira artesanal**. Monografia – Graduação em Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2004. Disponível em: https://www.osti.gov/etdeweb/servlets/purl/21429343. Acesso em: 20 de abr. 2016.

MACAU (RN). **Prefeitura Municipal de Macau**. Portal institucional. [s.d.] Disponível em: https://macau.rn.gov.br/. Acesso em: 10 set. 2014.

MAIA, L. P. *et al*. **Estudo das áreas de manguezais do nordeste do Brasil**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR), 2005.

MENDES, Luciana, Macedo, Marcos, Costa, Hudson. Estudo sobre a manutenção de embarcações pesqueiras em Macau--RN e seus distritos. **IX CONGIC** – Congresso de Iniciação Científica do IFRN. Natal, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Histórico da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), mar. 2016. Disponível em: https://redefederal.mec.gov.br/historico. Acesso em: 18 maio 2016.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Institucional**. Brasília: MPA, 2014. Disponível em: http://www.mpa.gov.br/institucional. Acesso em: 29 jul. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL (MMARHAL). **Avaliação Crítica da Metodologia do "Zoneamento EcológicoEconômico" nos Estados da Amazônia Brasileira**. Brasília: MMARHAL, 1997. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/S9D00009.pdf. Acesso em: 05 mar. 2014

PAIS, José Machado. Nas Rotas do Cotidiano. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e ISCTE, n. 37, jun. 1993. Disponivel em: https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/37/Jose%20Machado%20Pais%20-%20Nas%20Rotas%20do%20Quotidiano.pdf. Acesso em: 13 de mar. 2015.

PEREIRA, Luciano Gomes de. **Pesca e aquicultura no Brasil**. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, nov. 2012. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/estudos-por-assunto/agropecuaria/pesca-e-aquicultura-no-brasil. Acesso em: 20 maio 2016.

PESSANHA, Elina. **Os companheiros**: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu. Niterói: Eduff, 2003.

POTIGUAR JÚNIOR, Petrônio Lauro Teixeira. Associativismo e políticas públicas: uma mediação necessária em áreas de pesca no nordeste do Pará. **Seminário Internacional – Amazônia e Fronteiras do Conhecimento**, 35, 2008, Belém. Anais... Belém: NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 9–11 dez. 2008.

REIMBERG, MAURÍCIO. **Trabalhador da pesca lida com precariedade e má remuneração**. Repórter Brasil, 14 set. 2009. Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/2009/09/trabalhador-da-pesca-lida-com-precariedade-e-ma-remuneracao/. Acesso em: 27 ago. 2014.

SANTOS, Cláudio Rogério dos; Miller, Francisca de Souza. As relações entre pescadores e sua entidade representativa: a colônia de pesca Z-34 (RN): populações tradicionais, processos sociais e meio ambiente. **XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste**, Teresina/PI, 2012. Disponível em: http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT24-39.pdf. Acesso em: 15 jun. 2015.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA (SEAP). **Produção de pescados**: uma grande oportunidade para o Brasil. Brasília: Ministério da Pesca e Agricultura (MPA), 2008. Disponível em: http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Publicidade/Cartilha_SEAP_final.pdf. Acesso em: 07 dez. 2013.

SILVA, Josué Graciliano da. **A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica entre os anos 2005 e 2015 e suas implicações socioespaciais no estado de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://educacaoprofissional10anosgloriosos.files.wordpress.com/2017/06/final- jesuc3a9-graciliano-da-silva-tese-expansc3a3o-da-rfepct-2017-ufsc.pdf. Acesso em: 12 dez. 2017.

SILVA, Luiz Geraldo. **Os pescadores na história do Brasil**. Recife: Comissão Pastoral de Pescadores, 1988.

SIRY, Bernardo. Experiências pastorais no meio dos pescadores artesanais. *In*: Prorenda Rural – PE (org.). **Extensão pesqueira**: desafios contemporâneos. Recife : Bagaço, 2003. p. 28-42.

VASCONCELOS, Gilvânia de Oliveira de. **As Políticas Públicas e desenvolvimento das comunidades de pescadores e pescadoras no interior de Pernambuco**. 2009. 109 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2009.

VEIGA, Carlos Veloso da. **As regras e as práticas**: factores organizacionais e transformações na política de reabilitação profissional das pessoas com deficiência. Lisboa: Secretaria Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, 2006. (Cadernos SNR; 20). Orig. tese dout. em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Univ. do Minho, 2003. ISBN 972-9301-94-8.


editoraifrn

A Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) já publicou livros em todas as áreas do conhecimento, ultrapassando a marca de 250 títulos. Atualmente, a edição de suas obras está direcionada a cinco linhas editoriais: acadêmica, técnico-científica, didático-pedagógica, artístico-literária e cultural potiguar.

Alinhada à função social do IFRN, a Editora reafirma seu compromisso com a formação humana integral, o exercício da cidadania, a produção e socialização do conhecimento.

Nesse sentido, a Editora IFRN busca promover a publicação das produções de servidores e estudantes do Instituto, bem como da comunidade externa nas várias áreas do saber, abrangendo a edição, difusão, distribuição de seus produtos editoriais e buscando sempre consolidar sua política editorial, que prioriza a qualidade.





VARELIO GOMES DOS SANTOS

Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, com atuação destacada em Administração, Economia e Pesquisas com foco no mundo do trabalho, doutor em Sociologia pela Universidade do Minho.



CARLOS VELOSO DA VEIGA

Professor associado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pesquisador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e vogal da Direção da Associação Internacional de Sociologia das Organizações e da Comunicação.



VALDÊNIA APOLINÁRIO

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, docente Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do Departamento de Economia.

Esta obra apresenta, com base em investigação e depoimentos de atores envolvidos, a atuação do IFRN na oferta da formação técnica em Recursos Pesqueiros. Ao contextualizar o pioneirismo da instituição nessa área, analisa as dificuldades enfrentadas e os desafios para consolidar a profissionalização em uma atividade econômica relevante para o Rio Grande do Norte e para o Brasil.

Oportunizar a formação técnica na área da pesca é o motor necessário para transformar uma atividade pouco valorizada e pouco explorada no Brasil, dado o seu enorme potencial em um setor econômico sustentável e altamente competitivo. Nesse contexto, o IFRN torna-se pioneiro na capacitação profissional para a atuação em toda a cadeia produtiva nessa área.

Os relatos dos atores apresentados nessa obra fornecem indicadores que permitem entender e planejar ações institucionais para o fortalecimento da formação técnica em Recursos Pesqueiros. O recorte temporal, limitador deste estudo, necessita de continuidade para nortear os investimentos e resultados pretendidos na formação técnica na área da pesca do RN.

O pioneirismo do IFRN na formação técnica em Recursos Pesqueiros assume papel estratégico para o desenvolvimento sustentável do setor, especialmente diante dos desafios que essa área enfrenta. Esta obra configura-se como referência para o planejamento institucional, ao subsidiar a definição de metas para o curso e ao sistematizar elementos centrais para a compreensão dessa experiência formativa.

9 788583 333609

editoraifrn

EDITORA ASSOCIADA À ABEU
abeu.org.br

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte